

**Bispo Alexandre Rodrigues**

**ODRE VELHO  
VINHO NOVO**



**AS ALIANÇAS DE DEUS  
PARA O CUMPRIMENTO DO SEU PROPÓSITO**



Bispo  
Alexandre Rodrigues

ODRE VELHO, VINHO NOVO:

As alianças de Deus para o cumprimento de  
Seu Propósito

Brasília  
2009

# As alianças de Deus para o cumprimento de Seu Propósito

Copyright © 2009 Alexandre Rodrigues de Lima

Capa: Gilson Rodrigues

Diagramação: Heiko Humann

Impressão: xxxxxxxx

1ª Edição

Tiragem: 2.000

Lima, Alexandre Rodrigues

Ordre Velho, Vinho Novo: as alianças de Deus para o cumprimento de  
Seu propósito  
Alexandre Rodrigues de Lima – Brasília: Ed.

Formato: 14 x 21 cm

ISBN

Bíblia. 2. Doutrina. 3. As duas alianças (antigo e novo testamento).  
I Título

(É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, salvo com a permissão prévia, por escrito, do autor. Citações breves são permitidas, desde que citada a fonte).

Todos os direitos reservados ao autor.

[www.devoltaapalavra.com](http://www.devoltaapalavra.com)

Todas as referências bíblicas são da Versão Revista e Atualizada (VRA), exceto quando indicadas pelas seguintes siglas:

BJ – Bíblia de Jerusalém

ECA – Edição Contemporânea

KJ – King James

VR – Versão Revisada de João Ferreira de Almeida de acordo com os melhores textos em hebraico e grego

VRC – Versão Revista e Corrigida

Os grifos nos textos bíblicos – *itálicos*, **negritos**, sublinhados ou MAIÚSCULAS – são acrescentados pelo autor, com a finalidade de realçar palavras ou expressões-chave, para não passarem despercebidas aos olhos do leitor.



# ÍNDICE

Apresentação-----Z

## Primeira Parte

### Capítulo 1

Odre Velho versus Vinho Novo -----X

### Capítulo 2

A Necessidade de progredirmos para o que é perfeito -X1

### Capítulo 3

A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito ----X2

### Capítulo 4

A Transição: da antiga para a nova aliança ---Y

## Segunda Parte

### Capítulo 5

A Nova Aliança: conteúdo, natureza e propósito ----X3

### Capítulo 6

As Bênçãos e Eficácia da Nova e Eterna Aliança ---X4

### Capítulo 7

Para o Cumprimento do Seu Propósito -----X5





# PRIMEIRA PARTE

## **Capítulo 1**

Odre Velho versus Vinho Novo

## Capítulo 2

A Necessidade de progredirmos para o que é perfeito

## Capítulo 3

A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito



## **APRESENTAÇÃO**

Esta obra é fruto da graça e misericórdia do Senhor Jesus para nós. Digo isso porque Deus, em Sua bondade, não nos deixou à mercê do engano prevalecente nestes dias. Antes, revelou-nos tão grande verdade a respeito dos critérios de interpretação e aplicação do antigo e novo testamento. Além do mais, o Senhor não somente permitiu-nos compreender a Sua Palavra, mas Lhe aprouve conceder-nos o privilégio de colaborar com Ele na ministração desta verdade, agora em forma escrita, como hoje se vê presente em vossas mãos.

A obra reserva-se ao essencial. Sem muitos prolongamentos, aborda aspectos centrais, deixando para o leitor a tarefa de desenvolver o pensamento ao longo das demais partes das Escrituras. Os textos principais não são abordados exaustivamente num só capítulo. A totalidade de

suas abordagens encontra-se espalhada ao longo do livro, de acordo com a ênfase e o aspecto da verdade apresentados em cada capítulo. O interesse do autor limita-se a estabelecer um caminho estrutural, com princípios claros, o que certamente habilitará o leitor interessado a discernir, pelo guiar do Espírito da Verdade, aspectos restantes não apresentados nestas poucas páginas.

O livro pode ser contemplado por dois ângulos: por seu tema ou por seu título. O tema diz respeito ao assunto central tratado no livro (a antiga e a nova aliança). O título por sua vez refere-se ao nome do livro – Odre Velho, Vinho Novo: as alianças de Deus para o cumprimento de Seu propósito. Se lido de acordo com o tema, os sete capítulos podem se estruturar no esquema 3-1-3: três capítulos iniciais que tratam da antiga aliança, um capítulo intermediário – o capítulo quatro, que fala da transição de era – e três últimos capítulos que falam da nova aliança. Se, todavia, a leitura for realizada pela perspectiva de seu título, seus sete capítulos esquematizam-se na configuração 1-5-1: um capítulo inicial, o capítulo 1 (Odre Velho, Vinho Novo); cinco capítulos centrais, do capítulo 2 ao 6 (as alianças de Deus); e, um capítulo final, o capítulo 7 (para o cumprimento de Seu propósito).

A importância deste livro se justifica por sua rigorosa reflexão crítica e sensata a respeito da verdade de Deus, do modo como ela nos é apresentada nas Sagradas Escrituras, em suas duas divisões elementares: antigo e novo testamento. Fazer a devida distinção entre a antiga e a nova aliança, em tempos em que a Bíblia é tomada muito mais como livro da

sorte do que como a verdade de Deus revelada ao homem, constitui fator fundamental para aqueles que desejam verdadeiramente conhecer a Deus e Seu plano eterno.

Dada a importância do livro, assim como a complexidade do seu tema e a forte resistência que este século faz à sua mensagem, faz-se necessário que o leitor não somente leia-o, mas releia-o, e, se necessário for, leia-o pela terceira vez, até que as fortalezas da mente sejam completamente destruídas, e todos os sofismas que se levantam contra o conhecimento de Deus sejam anulados pelo poder de Sua Palavra.

Nosso desejo e oração são para que este livro sirva de grande aproveitamento para os verdadeiros e sinceros filhos de Deus, e que contribua, em alguma medida, para a edificação do Corpo de Cristo.

Em Cristo,  
Bispo Alexandre Rodrigues



# PRIMEIRA PARTE

## **Capítulo 1**

Odre Velho versus Vinho Novo

## Capítulo 2

A Necessidade de progredirmos para o que é perfeito

## Capítulo 3

A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito





## Capítulo 1

# **Odre Velho versus Vinho Novo**

*“Nem se põe vinho novo em odres velhos; do contrário, rompem-se os odres, derrama-se o vinho, e os odres se perdem. Mas põe-se vinho novo em odres novos, e ambos se conservam”.*

Mateus 9:17

Em toda a Sua vida e ministério esteve Jesus cercado de opositores. Esses, todavia, ao contrário do que se podia esperar, não eram os pagãos, alheios às promessas de Deus e sem esperança. A oposição a Cristo e à Sua doutrina vinha da parte daqueles que julgavam ser servos de Deus e andar em conformidade com a Sua vontade.

O texto de Mateus 9:14-17, de onde extraímos o versículo-chave deste capítulo, apresenta-nos muito

claramente esta questão. É-nos dito nesta parte da Escritura que os discípulos de João perguntaram a Cristo, dizendo: “... *porque jejuamos nós, e os fariseus [muitas vezes], e teus discípulos não jejuam?*” – v. 14. Ora, vede. Quem eram os fariseus? E quem eram os discípulos de João? Não eram todos “servos” de Deus, em quem diziam crer, baseados nas promessas divinas feitas na lei e nos profetas? Por que, então, levantavam questões conflituosas contra as práticas doutrinárias que o Senhor Jesus, o Enviado do Pai, ensinava aos Seus discípulos?

Veja que o conflito se instaura exatamente entre aqueles que teoricamente deveriam manter a unidade: os discípulos de João, os fariseus e os discípulos de Cristo. Esses três pareciam estar do mesmo lado, haja vista terem o Messias prometido por motivação de fé e de esperança. A lei de Moisés e os Profetas eram o elo que unia esses três grupos de “servos” de Deus. No entanto algo havia que os separava, a saber: a interpretação que cada um deles dava às palavras de Deus contidas no livro sagrado. Este tem sido o grande problema do povo de Deus ao longo dos tempos.

A interpretação particular das Escrituras, rigorosamente proibida pela Palavra de Deus (2Pe 1:20-21), é uma das principais responsáveis pelas muitas divisões no seio do povo professo do Senhor. Devemos nos lembrar das palavras do apóstolo Paulo que nesse sentido nos advertiu, dizendo: “*Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que faleis todos a mesma coisa e que não haja entre vós divisões; antes, sejais inteiramente unidos, na mesma disposição mental e no mesmo parecer*” (1Co 1:10).

Mas como pode ser isso? Como pode milhares de pessoas de culturas e tradições heterogêneas possuírem a mesma disposição mental e o mesmo parecer? O caminho para tal unidade consiste na convergência de todos ao falar único do próprio Deus: a Bíblia Sagrada. Para tanto, todavia, tornam-se necessários deixar de lado, cada qual, as suas próprias opiniões, as tradições legadas, os costumes adquiridos e o pragmatismo tentador, e, humildemente, elegermos a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática, tendo a pessoa de Jesus Cristo como a sua hermenêutica; isto é, ter a consciência de que Jesus é o cumprimento de tudo o que a lei e os profetas anunciaram e a realidade e essência do novo testamento. Nele tudo se explica; sem Ele, nada se compreende.

Portanto voltemo-nos à Palavra de Deus e permitamos que ela nos dirija os passos, a fim de encontrarmos o caminho seguro para a compreensão das Escrituras, a partir de interpretação isenta de intromissões e erros humanos.

## **NÃO SE PÕE VINHO NOVO EM ODRES VELHOS**

Os discípulos de João queriam saber de Cristo por que Seus discípulos não praticavam o tipo de jejum próprio dos tempos da primeira aliança, do modo como eles próprios e os fariseus o faziam. Observe como que já naquele tempo despontavam os primeiros conflitos quanto a práticas referentes à lei e à nova compreensão da verdade, à luz da pessoa de Jesus Cristo.

Observe a pergunta: “... *por que jejuamos nós, e os fariseus [muitas vezes], e teus discípulos não jejuam?*” – Isso não nos parece familiar? Considere por um pouco estas questões: por que, tendo os cristãos do tempo presente o elo que os torna teoricamente um, a Bíblia Sagrada, estão segregados em muitos grupos divisivos? Por que uns guardam o sábado e outros não o fazem do mesmo modo? Por que uns obrigam os fieis à prática do dízimo da lei enquanto outros os ensinam a generosidade e a gratidão? Por que uns vivem tão incutidos com práticas de festas judaicas, e outros se preocupam com a realidade de Cristo vivida na experiência da igreja? Por que muitos lançam mão de textos do antigo testamento, os quais *parecem* prometer riquezas e prosperidades terrenas, enquanto outros ensinam o saber viver contente em toda e qualquer situação? Para todas essas perguntas, e ainda tantas outras, Jesus tem a resposta: “*Ninguém põe remendo de pano novo em veste velha; porque o remendo tira parte da veste, e fica maior a rotura. Nem se põe vinho novo em odres velhos; do contrário, rompem-se os odres, derrama-se o vinho, e os odres se perdem. Mas põe-se vinho novo em odres novos, e ambos se conservam*” (Mt 9:16-17).

Com estas metáforas, os conceitos de velho e novo são evocados pelo Senhor. As palavras de Jeremias são aqui lembradas, ainda que figuradamente, a respeito de uma NOVA ALIANÇA que Deus faria com o Seu povo, não conforme a ANTIGA, a que fora feita com Israel, quando tirado da terra do Egito (Jr 31:31-32).

Deus havia feito um pacto com Israel, mediante o qual Se relacionava com o Seu povo. Esta aliança, à semelhança

de uma veste útil, mas que se tornara velha, isto é, obsoleta (Hb 8:13), fora usada para dar uma roupagem simbólica ao Cristo prometido, conforme está escrito que *“a lei tem sombras de bens vindouros, não a imagem real das coisas”* (Hb 10:1). Semelhantemente, o pacto do antigo testamento feito com Moisés e o seu povo referia-se ao Messias vindouro, o qual era ali representado parabolicamente em todas as sombras e figuras da lei, como também está escrito: *“Portanto, ninguém vos julgue pelo comer, ou pelo beber ou por causa dos dias de festa, ou de lua nova, ou de sábados. Estas são sombras das coisas futuras; a realidade, porém, encontra-se em Cristo”* (Cl 2:16-17 – ECA). Assim, tal qual um odre velho, a lei só podia conter a sombra de Cristo, não, porém, a Sua realidade.

O pano novo e o vinho novo, por sua vez, representam a verdade de Deus, de acordo com a Sua revelação na NOVA ALIANÇA, o novo testamento. Cristo, o Verbo de Deus, é a Palavra que define, explica e revela o Deus invisível (Jo 1:18). A Palavra de Deus na lei e nos profetas encontra em Jesus Cristo a interpretação final.

A pessoa de Cristo, portanto, tanto quanto suas palavras e Suas obras, são a vontade de Deus, em realidade, para o NOVO tempo instaurado na cruz do Calvário. De sorte que, a conciliação de ideias abstratas do antigo testamento com a realidade concreta de Cristo, no novo testamento, é impossível. Qualquer tentativa nesse sentido acarretará profundos prejuízos.

Como afirmou o próprio Jesus, aqueles que levarem para dentro do odre antigo da lei a pessoa de Cristo e Sua

doutrina, com o fim de conciliá-los, terão o odre rompido e o vinho derramado; isto é, romperão com a configuração da lei, a qual consiste em um sistema de sombras e figuras transitórias (2Co 3:7-11), e perderão o gozo da plenitude de Deus, o bom vinho (Jo 2:10), a saber: Jesus Cristo.

Certamente esta concepção intrigou os discípulos de João, do mesmo modo como, nos dias de hoje, incomoda muitos cristãos. Todavia, a despeito da surpresa ou da resistência de alguns, Jesus estabeleceu um *divisor de águas* entre conceitos doutrinários velhos e novos. Essa ruptura das coisas simbólicas da lei e dos profetas e a instauração da realidade anunciadas por elas nos legaram o todo da Bíblia Sagrada, conhecido nos dias de hoje por antigo e novo testamento.

## **NÃO PENSEIS QUE VIM REVOGAR A LEI E OS PROFETAS**

Entretanto alguns não podem conceber esta verdade, porque firmam suas bases em um texto do novo testamento, o qual, por causa de leitura superficial e descontextualizada, parece contradizer o que tão claramente nos revela o restante das Escrituras. O referido texto é o que se encontra em Mateus 5:17-18, que diz: *“Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra”*.

Ora, os que fazem desse texto o seu “porto-seguro” com o fim de negar a transitoriedade do antigo testamento, o fazem movidos por dois grandes erros de natureza semântica: 1) a falsa compreensão da expressão “*a Lei ou os Profetas*”; e 2) o sentido equivocado do verbo cumprir (... *até que tudo se cumpra*).

## **A Lei ou os Profetas: o que significam?**

Com respeito ao primeiro problema imposto pela dificuldade de interpretação do próprio texto, comentou R. N. Champlin, em seu comentário bíblico *O Novo Testamento Interpretado*, dizendo que a *Lei ou os Profetas* referem-se “*evidentemente [a] uma expressão geral que indica o V. T., o conjunto completo das Escrituras judaicas*”. E como quem busca ratificar o que acabara de declarar, reafirma, dizendo: “*Não há razão para interpretarmos outra coisa que não as Escrituras judaicas de modo geral, ou seja, o V. T.*”.

Esta não é uma interpretação particular de Champlin sobre o que poderia significar o termo a *Lei ou os Profetas*. Pois, não somente muitos outros exegetas o definiram do mesmo modo, mas a própria Escritura – a maior, a mais segura e infalível fonte de revelação e conhecimento – assim também o define. Este é o testemunho bíblico pronunciado pelo próprio Jesus depois de Sua ressurreição, conforme o encontramos em Lucas 24:44.

Os judeus, ao se referirem à totalidade das Escrituras hebraicas – o antigo testamento, conforme o conhecemos

hoje – chamavam-no de a *Lei, os Profetas e os Salmos*<sup>1</sup> (Lc 24:44). A *Lei* nesse sentido não se refere a alguma lei específica (moral, cerimonial ou civil), mas ao conjunto dos cinco livros de Moisés: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, também chamado *Torá* ou simplesmente *Moisés* (Lc 24:27; 2Co 3:15). Os *Salmos* referem-se aos seis livros de caráter poético: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos e Lamentações. E os *Profetas*, aos demais livros.

A afirmação de que o antigo testamento utiliza o termo *A Lei* para referir-se genericamente aos livros de Moisés e não somente aos dez mandamentos ou a quaisquer outros específicos é facilmente encontrada nas Escrituras. Em Mateus 12:5 diz: “*Ou não lestes na Lei que, aos sábados, os sacerdotes no templo violam o sábado e ficam sem culpa?*” Ora, pois. Onde na lei encontramos tal informação? Encontramo-la porventura nos dez mandamentos? É certo que não. A declaração de que os sacerdotes, no templo, violam o sábado e ficam sem culpa encontra-se, segundo Cristo, na Lei, a saber, no quarto livro de Moisés, em Números 28:9-10.

Outro exemplo é o referido em João 8:4-5, momento em que os escribas e fariseus, ao levarem uma mulher adúltera pega no flagrante ato de adultério, disseram a Jesus: “... *Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante adultério. E na lei nos mandou Moisés que tais mulheres sejam apedrejadas; tu, pois, que dizes?*” Pergunto, pois: onde na lei há a ordem para se apedrejarem os adúlteros? Em qual

1 Russell P. Shedd, em suas notas bíblicas, comenta o seguinte a respeito de Lucas 24:44: “Lei... Profetas... Salmos. São as três divisões características do cânon hebraico, que incluíam todo o AT”. (Bíblia de comentários Shedd – Lc 24:44).



dos dez mandamentos encontramos tal ordem? Em nenhum deles. A Lei, neste contexto, na concepção dos escribas e fariseus é uma referência geral aos livros de Moisés, haja vista fazerem referência aos textos de Levítico 20:10 e a Deuteronômio 22:22-24.

O apóstolo Paulo também compartilhava de tal entendimento. Em sua carta aos Gálatas, ao exortar os crentes a viverem a vida cristã unicamente pela fé em Cristo, indagou-os, dizendo: *“Dizei-me vós, os que quereis estar sob a lei: acaso não ouvís a lei? Pois está escrito que Abraão teve dois filhos, um da mulher escrava e outro da livre”* (4:21-22). Ora, vede. Os crentes da Galácia estavam sendo persuadidos por falsos irmãos a voltarem-se aos costumes e práticas da antiga aliança (Gl 2:4). Com o fim de ensiná-los o caminho da verdade, Paulo inicia sua persuasão, procurando colocá-los em contradição com aquilo que diziam crer: acaso não ouvís a lei, vós os que quereis estar sob a lei?

A resposta dos gálatas que se faz ecoar nas entrelinhas do texto paulino é óbvia: o que nos diz a lei, para que possamos ouvi-la? E a resposta paulina explode imediatamente: *“está escrito que Abraão teve dois filhos, um da mulher escrava e outro da livre”*.

*Mas Paulo, diria alguém um tanto desinformado, a referência que você apresenta como fundamentação de sua tese, não se encontra na lei. Como dizes tu, ao referir-se a Abraão, que devemos a lei? E ainda mais: como pode ser isso, se nem ao menos havia a lei no tempo do patriarca, vindo a ser promulgada quatrocentos e trinta anos depois? (Gl 3:17).*

Veja. A história de Abraão, Sara e Hagar encontra-se no livro de Gênesis (17). Quando Paulo referiu-se à Lei, não pensava nos dez mandamentos nem em quaisquer outros. Antes, à semelhança de Cristo e dos judeus de Seu tempo, o apóstolo entendia que o termo *A Lei* refere-se, de maneira geral, aos cinco livros de Moisés.

Portanto a Bíblia Sagrada faz menção à Lei e aos Profetas<sup>2</sup>, ou à Lei, Profetas e Salmos – expressão idiomática conhecida dos judeus<sup>3</sup> e ratificada pelas Escrituras – refere-se ao antigo testamento, isto é, aos trinta e nove livros primeiros da Bíblia, conforme a conhecemos hoje. Portanto, sanado está o primeiro problema de ordem semântica referente a Mateus 5:17. Passemos ao segundo.

## **Não vim para destruir [a Lei ou os Profetas], vim para cumprir**

Como entender o verbo *cumprir*, de acordo com a declaração “*não vim para revogar [a lei ou os Profetas], vim para cumprir*”? Muitos equivocadamente veem neste texto a afirmação de que Jesus veio *obedecer* a Lei (os dez mandamentos) a fim de deixar-nos o exemplo. Esta interpretação, todavia, equivoca-se em pelo menos três

2 Leia também Atos 28:23 e Romanos 3:21

3 Veja o que diz a tradução judaica de Mateus 5:17 e o Comentário Judaico do Novo Testamento, de David H. Stern: “‘Não pensem que vim abolir a Torá ou os Profetas. Não vim abolir a Torá, mas completar, para tornar pleno o seu significado’. A palavra Torá, literalmente ensinamento, doutrina é a versão tanto da Septuaginta quanto do Novo Testamento para a palavra grega nomos, que significa lei. [...] No judaísmo a palavra torá pode significar: (1) Chumash (o Pentateuco, os cinco livros de Moisés); ou (2) o Chumash mais os Profetas e os Escritos, ou seja, o Tanakh (conhecidos pelos cristãos como o Antigo Testamento” – p. 50.

pontos cruciais: 1) quanto ao significado da expressão Lei ou Profetas, conforme fora explicado no item anterior; 2) quanto ao sentido do verbo cumprir, pois o traduzem por obedecer, o que não é o caso neste contexto (isto veremos a seguir); e 3) quanto à afirmação “*a fim de deixar-nos o exemplo*”, expressão essa inexistente no texto sagrado, tendenciosa, o que certamente compromete todo o entendimento da referência bíblica em questão.

Comparemos, então, dois textos das Escrituras, com o fim de chegarmos à conclusão segura do verdadeiro significado da declaração de Cristo a respeito da Lei e dos Profetas

<b>Mateus 5:17</b>	<b>Lucas 16:16</b>
<p>“Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; <u>não vim para revogar, vim para cumprir</u>”.</p>	<p>“A Lei e os Profetas <u>vigora-ram até João</u>; desde esse tempo, vem sendo anunciado o reino de Deus, e todo homem se esforça por entrar nele”.</p>

Ora, como pode Jesus afirmar, no primeiro texto, que não veio revogar a Lei ou os Profetas, e no segundo dizer que a Lei vigorou somente até João? Afinal: Ele cumpriu a Lei para deixar-nos o exemplo, a fim de que possamos cumpri-la também? Ou com a chegada do reino de Deus [que é Cristo – Mt 3:2-3] - pôs fim ao sistema da Lei do antigo concerto?

A primeira interpretação a qual afirma que Cristo cumpriu a Lei para deixar-nos o exemplo está fora de

cogitação, haja vista não possuir elementos materiais que comprovem tal asseveração no texto, e o que já foi exposto a esse respeito anteriormente. Desse modo, só resta-nos a segunda opção: com a chegada de Cristo, a Lei e os profetas tiveram o seu tempo de ação encerrado, e uma nova dispensação foi iniciada: o reino dos céus.

Os textos de Mateus 5 e Lucas 16, portanto, levam-nos a uma compreensão cabal da questão em quatro proposições, progressivamente, conforme se seguem:

**“Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar...”** – Os escribas e fariseus pensaram, diante da mensagem de Cristo no sermão da montanha (Mt 5 – 7), que Jesus estava a desfazer da Escritura hebraica, com intuítos de inaugurar uma nova doutrina, diferente da que tinham recebido de Moisés (a Lei) e dos Profetas . Diante de tal pensamento, o Senhor declarou enfaticamente: *“eu não vim para revogar a Lei ou os Profetas”*. O Cristo do novo testamento não é incompatível ou inconciliável ao Cristo prometido por Deus nas páginas do antigo testamento.

**“Não vim para revogar, vim para cumprir”** – Esta foi a real intenção e objetivo de Sua vinda ao mundo: trazer o cumprimento de tudo o que a Lei e os Profetas disseram a Seu respeito. O verbo *cumprir*<sup>4</sup>, neste contexto, não tem o sentido de obedecer, como pensam alguns. Antes, diz da fidelidade de Deus em trazer a realização e a concretização de tudo o que havia prometido a respeito de Seu Filho, por meio de sombras e profecias. A Bíblia de Jerusalém traz

<sup>4</sup> Cumprir – do grego pleroo, cujo significado é tornar pleno; trazer a realização; levar a cabo – J. Strongs, nota 4137 (Mt 5:17).

esse sentido de maneira muito clara: *“Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim para revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento”* (Mt 5:17 – BJ). Tudo o que a respeito do Messias havia sido predito nas páginas do antigo testamento deveria ser cumprido. E, mesmo que o céu e a terra passassem, isto é, fossem desfeitos, nenhum *i* ou *til* jamais poderia ser tirado, até que tudo fosse cumprido. Por essa razão, para cada profecia cumprida e para cada figura que se encontrou com a sua realidade encontramos a expressão *“para se cumprir o que está escrito”*, conforme se verifica em Mt 12:17; 21:4; Lc 21:7; 21:22; Jo 12:38; 18:9; 19:24, 28 e 36, dentre tantos outros textos presentes nos evangelhos. O próprio Jesus, inclusive, interpretou suas próprias palavras, ditas em Mateus 5:17, dizendo: *“... São estas as palavras que eu vos falei, quando ainda estava convosco: era preciso que se cumprisse tudo o que está escrito sobre mim na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos”* – ( Lc 24:44 – BJ).

**“A Lei e os Profetas vigoraram até João”** – Ora, vede. Desde que o Senhor Jesus veio cumprir tudo o que fora prefigurado pela Lei e profetizado pelos Profetas, o sistema de sombras e profecias deixou de vigorar como tal, e deu lugar ao seu cumprimento: o tipo retirou-se para dar lugar ao antítipo, a figura à realidade, a sombra à concretude. Dois sistemas não poderiam coexistir, pois assim está escrito: *“... Remove o primeiro para estabelecer o segundo”* (Hb 10:9).

**“Desde esse tempo, vem sendo anunciado o reino de Deus”** – Com a inauguração da era da realidade, um novo tempo instaurou-se: o reino dos céus. Um tempo em que o governo dos céus se manifestou em carne e andou entre

os homens. Desde então, tudo o que outrora subjazia nas formas simbólicas do antigo testamento, encontrou n'Ele a concretização: Ele é o Cordeiro de Deus (Jo 1:29), Ele é o templo (Jo 2:21), Ele é o descanso (Mt 11:28-30), Ele é a justiça, a redenção e a santificação (1Co 1:30); Jesus é o Pão vivo [maná] (Jo 6:35), a páscoa (1Co 5:7); a porta (Jo 10:9), o caminho (Jo 14:6), a ressurreição e a vida (Jo 11:25), enfim, Ele é o EU SOU (Jo 8:24 e 58 cp. Ex 3:14). Todas as coisas positivas preditas na antiga aliança convergem para Ele e encontram n'Ele a substância. Jesus é o reino dos céus na terra<sup>5</sup>. Assim, desde que a plenitude da divindade se manifestou aos homens, já não mais precisamos servir a Deus por meio das sombras obscuras e imperfeitas da antiga aliança (Hb 7:11 -12 e 19). Pelo contrário, devemos ir a Cristo para termos vida (Jo 5:39), a fim de que Ele seja TUDO em todos (Cl 3:11).

Portanto a razão pela qual os cristãos do tempo presente estão divididos por práticas e doutrinas tão diferentes, encontra sua explicação, em grande medida, na falta de compreensão do que Jesus ensinou: “*não se põe vinho novo em odres velhos*”. Conceitos neotestamentários são, não raras vezes, misturados com ensinamentos do antigo testamento [não mais aplicáveis aos nossos dias], de sorte que não se estabelecem critérios de interpretação sustentáveis. Essa mistura sem critérios forma uma verdadeira *torre de babel espiritual*: cada grupo denominacional falando uma língua diferente, de modo que não se entendem e, conseqüentemente, já não podem reunir-se juntos. Assim,

<sup>5</sup> Este é um conceito parcial, devendo ser levado em consideração que não se esgota nele toda a verdade contida na expressão. O conceito completo de reino dos céus incluem ainda aspectos relacionados à igreja e ao reino milenar.

cada qual vai para junto dos seus iguais, configurando um cristianismo fragmentado e enfraquecido.

A solução divina para nós, no entanto, encontra-se no que disse o Senhor: “*Mas põem-se vinho novo em odres novos, e ambos se conservam*” (Mt 9:17). Permitam-se, pois, que o Espírito Santo vos faça odres novos, para que possais conter e experimentar o vinho novo, Jesus Cristo, a plenitude de Deus (Cl 2:9). E então, com mentes renovadas, completamente conformadas à verdade divina no novo testamento, possamos não somente conservar o mistério da fé [sã doutrina] (1Tm 3:9), impedido-o de se perder (1Tm 4:7), mas conservemos as nossas próprias almas, para que encontremos, na alma de Deus, o Seu eterno prazer (Hb 10:38-39).

Deixemo-nos, pois, levar para o que é perfeito.





## **Capítulo 1**

Odre Velho versus Vinho Novo

## **Capítulo 2**

A Necessidade de progredirmos para o que é perfeito

## Capítulo 3

A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito



## Capítulo 2

# A Necessidade de Progredirmos Para o que é Perfeito

*“Por isso, pondo de parte os princípios elementares da doutrina de Cristo, deixemo-nos levar para o que é perfeito...”*

Hebreus 6:1

A carta aos Hebreus, como o próprio nome indica, foi escrita aos que, em suas vidas pregressas, viveram sob o regime da aliança do Sinai. Os hebreus eram pessoas culturalmente absorvidas pelas práticas da Lei, que depositavam forte confiança nas palavras dos profetas do velho testamento.

Conceber a Cristo como a realidade de todas as sombras, figuras e profecias anunciadas no antigo testamento foi um processo doloroso, marcado por dilemas e dúvidas. A superação de paradigmas antigos era, a cada dia, um desafio. Mas, como todo começo tem a seu favor a impetuosidade da emoção e da novidade, foram bons os primeiros começos dos recém-convertidos hebreus. Afirmam a Escritura que, mesmo sob grande luta e sofrimento, mantiveram-se firmes e inabaláveis, aceitando, inclusive, com alegria, o espólio de seus bens, tendo ciência de possuírem patrimônio superior e durável (Hb 10:32-34).

Entretanto toda essa disposição e firmeza sofreram o impacto do tempo, e muitos dos que outrora pareciam inabaláveis vieram a titubear entre dois pensamentos: avançar em direção à plenitude de Cristo ou recuar às práticas obsoletas da lei? A verdade é que a influência de falsos irmãos judaizantes fez com que muitas práticas do antigo concerto voltassem a ganhar lugar no coração e nos cultos dos hebreus, de sorte que a pessoa e obra de Cristo começavam a perder a centralidade e a dar lugar a ritos vazios e destituídos de realidade.

Por esta razão foi que o escritor aos Hebreus escreveu-lhes essa carta. Uma carta, cujas palavras e advertências, cheias de vigor e rigor, procuravam despertar os cristãos hebreus à essência da verdade de Deus, às coisas substanciais e eternas, em oposição ao velho sistema levítico que a ninguém podia aperfeiçoar (Hb 7:19).

**36** Abandonar o sistema de sombras e figuras da antiga aliança e projetar-se no caminho das coisas perfeitas, a fim

de experimentar, em Cristo Jesus, a plenitude da realidade de Deus constituem, pois, a totalidade do discurso argumentativo da carta. No capítulo seis de Hebreus encontramos o versículo que articula todo o pensamento da epístola e traduz explicitamente essa verdade. Em Hebreus 6:1, o apóstolo convida os crentes hebreus a colorem de lado os princípios elementares da doutrina de Cristo e a permitirem-se ser levados ao que é perfeito. A Bíblia, pois, coloca estes dois termos em oposição um ao outro: os princípios elementares versus o que é perfeito. Ora, o que vem a ser isso?

O termo *elementar*, no referido texto acima, vem do grego *arche*<sup>6</sup> e significa *começo, origem*. Quando, pois, diz o texto sobre *princípios elementares* faz referência a revelação de Deus ao Seu povo, no tempo primitivo. Naquele tempo, a verdade divina, a qual é Jesus Cristo (Jo 14:6), fora dada a Israel mediante a Lei e os Profetas, os quais falaram sobre Cristo, obscuramente, por sombras e profecias. Esse falar simbólico de Deus preconizado no antigo testamento tornou-se, com a chegada da realidade, obsoleto. Não porque fosse em si mesmo insignificante; mas porque, tendo alcançado a realidade a quem por tanto tempo preanunciou, cumpriu finalmente o seu papel. Por isso nos é dito: “... *PONDO DE PARTE OS PRINCÍPIOS ELEMENTARES DA DOCTRINA DE CRISTO, deixemo-nos levar para o que é perfeito*” – Hb 6:1.

A expressão *perfeito*, por sua vez, cuja raiz grega é *teleios*<sup>7</sup>, significa (1) *levado a seu fim, finalizado* (2) *que não carece de nada necessário para estar completo*.

6 J. Strongs, nota 746 (Hb 6:1).

7 J. Strongs, nota 5047 [5046] (Hb 6:1).

Tal significado refere-se à verdade plena de Deus, agora revelada, não mais oculta em figuras e símbolos, nem tão pouco em meras palavras faladas, mas manifestada em carne, pessoalmente, em nada carente para ser completada: “*e o Verbo [Palavra] se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade...*” (Jo 1:14). Como também está escrito: “Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho...”. Aleluia!

A verdade de Deus, em Cristo, em contraste à verdade de Deus nas sombras e figuras da Lei não constituem dicotomia. Não são contrárias nem concorrem entre si. Não são duas “verdades” distintas. Referem-se a uma só verdade, a verdade de Deus à humanidade, a qual, tendo sido dada inicialmente na forma de rudimentos, encontrou a sua realidade na pessoa de Jesus Cristo, em quem reside TODA A PLENITUDE (Cl 1:19).

Não se pode, portanto, conceber a ideia de alguém que, em sua consciência, resista avançar em direção à maturidade, isto é, às coisas que são melhores e pertencentes à salvação (Hb 6:9). Seria como preferir uma foto à realidade, uma receita ao bolo, uma promessa ao seu cumprimento.

## JOÃO BATISTA: SÍMBOLO DOS QUE NÃO AVANÇAM PARA A REALIDADE DO NOVO TESTAMENTO

A promessa de Deus a respeito do Messias incluía um precursor, cujo ministério seria o de preparar-Lhe o caminho, conforme profetizara o profeta Isaías: *“Voz do que clama no deserto: preparai o caminho do Senhor; endireitai no ermo vereda ao nosso Deus”* (40:3). Malaquias, semelhantemente, o último dos profetas da era veterotestamentária, profetizou, dizendo: *“Eis que eu envio o meu mensageiro, que preparará o caminho diante de mim”* (3:1).

Sabemos que esta profecia cumpriu-se na pessoa e obra de João Batista. O seu pai, Zacarias, quando por ocasião do seu nascimento, cheio do Espírito Santo profetizou, dizendo: *“Tu menino, serás chamado profeta do Altíssimo, porque precederás o Senhor, preparando-lhe os caminhos”* (Lc 1:76). E, falando a respeito de João Batista, o próprio Jesus testificou: *“Este é de quem está escrito: Eis aí eu envio diante da tua face o meu mensageiro, o qual preparará o teu caminho diante de ti”* (Mt 11:10).

Há algo, todavia, nesta profecia, extremamente complexo, e não menos revelador, cuja discussão pode ser suscitada a partir da seguinte pergunta: a qual dispensação pertence João Batista: à do antigo ou à do novo testamento? Não se precipite em respondê-la, nem tão pouco se posicione passionalmente a favor de um extremo ou de outro. Pois, se dissermos que João Batista é profeta pertencente à era do novo testamento, encontramos, em oposição a esse pensamento, o texto que diz que *“todos os Profetas e a Lei profetizaram*

*até João*”(Mt 11:13). Ora, essa afirmativa parece incluir o profeta na classe dos videntes da antiga aliança, visto que, até ele, a Lei e os Profetas profetizaram. Por outro lado, se afirmarmos que João Batista pertence ao grupo de profetas do antigo testamento, nos esbarramos no texto que afirma, dizendo: “*Desde os dias de João Batista até agora, o reino dos céus é tomado por esforço, e os que se esforçam se apoderam dele*” (Mt 11:12).

Ora, vede. Em João Batista temos o ATÉ que demarca o fim da antiga dispensação da Lei e o DESDE que marca o início da nova dispensação do reino dos céus. O *até* inclui João Batista na categoria dos profetas antigos; o *desde*, o inclui no grupo dos profetas neotestamentários. Como, pois, entender esse mistério?

João Batista é o profeta da era intertestamentária. Como tal, não pertence rigidamente à antiga dispensação nem absolutamente à nova. É o personagem que encerra o falar das sombras e profecias, e inaugura a realidade, ao introduzir a pessoa de Jesus Cristo, dizendo: “*Eis o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo*” (Jo 1:29).

Entretanto diante de informações tão preciosas, alguém dirá: qual a importância de se compreender isso? Se João Batista pertence à era do antigo ou à do novo testamento, que nos interessa? É neste ponto que se justifica este capítulo: JOÃO BATISTA SIMBOLIZA AQUELES QUE, TENDO CHEGADO TÃO PERTO, NÃO AVANÇAM PARA A PERFEIÇÃO, ainda que dela dê testemunho. Veja o que a esse respeito têm a dizer o próprio João e Jesus Cristo.



**O seu próprio testemunho** – João Batista (se com ou sem discernimento, não sei) ao referir-se a si mesmo afirmou ser o amigo do noivo, que muito se alegrava em ouvir a Sua voz (Jo 3:29). Sua alegria limitava-se em ouvir o noivo e em apresentar-Lhe a noiva. Ele próprio, todavia, não fazia parte da noiva, como bem explicou Russell P. Shedd em seu comentário da referida passagem bíblica:

Noiva. Denota os crentes em Cristo (Cf. 2Co 11:2; Ef 5:22-32). Noivo. É Cristo. Amigo do noivo. João Batista. No casamento oriental o ‘amigo’ cuidou dos arranjos da festa e presidiu-a. Chegando o noivo ao quarto nupcial, ele se retirava alegremente<sup>8</sup>.

Essa verdade apresenta-se tão nitidamente nos evangelhos, que facilmente se observa que muitos batizados por João Batista, ao ouvirem o seu testemunho a respeito de Jesus, seguiram-no (Jo 1:35-37). João, porém, não O seguiu, permanendo do outro lado, onde batiza (Jo 3:23).

Sendo João o PRECURSOR do Messias, a sua obra teria sido terminada tão logo o Cristo entrasse em cena. Todavia isso não aconteceu. E não somente João não se tornou discípulo de Cristo, como manteve discípulos consigo, até o tempo em que, tendo sido aprisionado, acabou por perder a cabeça (Mt 9:14; Jo 3:24-25; Mt 14:3-11).

**O testemunho de Cristo** – Jesus, ao referir-se a João, disse: *“Em verdade vos digo: entre os nascidos de mulher, ninguém apareceu maior do que João Batista; mas o menor no reino dos céus é maior do que ele”* (Mt 11:11). Com essas

palavras Jesus claramente revela que João não faz parte dos cidadãos do reino dos céus. Pois, o menor na dispensação do novo testamento, ainda é maior do que ele.

Ora, o que quer dizer que o maior na era do velho testamento é menor do que o menor no reino dos céus? Como pode o maior ser menor do que o menor? Este paradoxo se explica quando entendidas as expressões *nascidos de mulher* e *reino dos céus*. A expressão *nascidos de mulher* faz referência a todos os que nasceram da carne e do sangue, o primeiro nascimento. O termo *reino dos céus* aponta para a dispensação em que os que creem no Cristo crucificado nascem da água e do Espírito, o novo nascimento, o que não somente lhes faz ver o reino de Deus como também entrar nele (Jo 3:3, 5 e 14). Assim, Jesus declara que João Batista, sendo ele nascido de mulher, constitui o maior dentre todos os que, à sua semelhança, não chegaram a experimentar o novo nascimento. Ao passo que, o menor no reino dos céus, sendo este nascido do Espírito e tendo sido feito novo homem, é maior do que João Batista, pelo simples fato de ser participante da dispensação do reino dos céus, a era do Espírito, da realidade de todas as coisas, em Cristo.

Nitidamente percebem-se nesta exposição duas dispensações distintas: a dispensação das sombras e figuras, tempo em que a realidade ainda não se fazia presente, haja vista que o Espírito da realidade ainda não havia sido dado (Jo 7:39); e a dispensação do novo pacto, em que toda a glória substancial de Deus se manifestou e foi ministrada aos homens, pela vinda do Espírito Santo (Jo 1:14; 14:16-17; 16:13; 20:22).

João Batista ficou no deserto e não adentrou as realidades do reino dos céus. Embora considerado tão grande na velha dispensação, não se tornou nem ao menos o menor no reino dos céus, visto não ter efetuado a sua própria “travessia” para além do Jordão.

O rio Jordão surge no antigo testamento em relação aos filhos de Israel, convidando-os a cruzá-lo, a fim de desfrutarem das riquezas da boa terra de Canaã. Nas primeiras páginas dos evangelhos, não diferentemente, volta a convidar os homens a atravessá-lo, a fim de que entrem para o desfrute das riquezas insondáveis de Cristo (Ef 3:8). Pois, assim está escrito: “... *João realizou batismo de arrependimento, dizendo ao povo que cresse naquele que vinha depois dele, a saber, em Jesus*” (At 19:4).

O termo arrependimento, do grego *metanóia*, significa *mudança, virada*. O batismo no Jordão, portanto, o batismo de arrependimento, era um clamor aos homens para que se voltassem dos ritos simbólicos do templo e das festas judaicas, isto é, da Lei e dos Profetas, para Jesus Cristo, em quem habita corporalmente TODA A PLENITUDE DA DIVINDADE (Cl 2:9).

Nos dias de hoje, não muito diferente dos dias de João Batista, torna-se necessário um novo clamor e um novo convite. O povo de Deus do século XXI insiste em querer voltar para o “*lado de lá do Jordão*”, sempre que arma suas tendas nas páginas da antiga aliança e procura relacionar-se com Deus nas bases do antigo concerto. A teologia da prosperidade, da confissão positiva e do triunfalismo,

tão difundidas nestes últimos tempos, e a negligência do conhecer a Cristo e do experimentá-LO para o cumprimento do propósito eterno do Pai, são provas inegáveis dessa decadência.

As bênçãos de caráter terreno do antigo testamento, que por meio da obediência à lei eram oferecidas aos filhos de Israel, têm sido buscadas insistentemente pelos filhos da nova aliança. Na vã esperança de receberem o “melhor da terra”, os crentes do novo testamento estabelecem um tipo de relacionamento com Deus baseado na lei, com o fim de terem “*garantidas*” tais bênçãos. Deste modo, decaídos da graça (Gl 5:4), são privados de desenvolverem a salvação, não só por estarem fora da esfera da realidade do Espírito, mas por não terem por prioridade o reino de Deus e a sua justiça (Mt 6:33).

Atendamos, pois, ao apelo do Espírito Santo, mediante o apóstolo e escritor da epístola aos Hebreus: “... *pondo de parte os princípios elementares da doutrina de Cristo, deixemo-nos levar para o que é perfeito*”. E, “*hoje, se ouvirdes a sua voz, não endureçais o vosso coração*” (cf. Hb 3:7-8; 6:1).

## **APOLO: SÍMBOLO DOS QUE AVANÇAM PARA A REALIDADE NO NOVO TESTAMENTO**

Em contraponto ao exemplo de João, a Bíblia apresenta-nos o caso de Apolo, o qual, tendo suas raízes aprofundadas na antiga aliança, deixou-se levar para a perfeição. Leiamos: “*Nesse meio tempo, chegou a Éfeso*

*um judeu, natural de Alexandria, chamado Apolo, homem eloqüente e poderoso nas Escrituras. Era ele instruído no caminho do Senhor; e, sendo fervoroso de espírito, falava e ensinava com precisão a respeito de Jesus, conhecendo apenas o batismo de João. Ele, pois, começou a falar ousadamente na sinagoga. Ouvindo-o, porém, Priscila e Áqüila, tomaram-no consigo e, com mais exatidão, lhe expuseram o caminho de Deus” (At 18:24-26).*

Há três pontos relevantes neste texto que certamente nos trarão luz a respeito da necessidade que temos de efetuar a travessia da antiga para a nova aliança: (1) o fato de Apolo ser instruído no caminho do Senhor e de ensinar fervorosamente a respeito de Jesus; (2) o fato de Ele conhecer tão somente o batismo de João; e, (3) o fato de Áqüila e Priscila ensinar-lhe, com mais exatidão, o caminho de Deus.

Conforme podemos observar na primeira proposição a respeito de Apolo, vemos claramente que ele era um mestre nas Escrituras. Como homem eloquente, nascido em Alexandria, possuía profundo conhecimento a respeito do Messias, segundo as profecias das Escrituras hebraicas. Como nos diz literalmente o texto sagrado, Apolo “era poderoso nas Escrituras”, “instruído no caminho do Senhor” e “ensinava com precisão a respeito de Jesus”.

A segunda proposição, todavia, parece impor limite ao seu conhecimento, pois nos é informado que Apolo conhecia apenas o batismo de João; isto é, Ele nada sabia a respeito das verdades neotestamentárias reveladas por Cristo após o Jordão. O mestre de Alexandria não conhecia, certamente, a respeito da natureza do reino dos céus, da regeneração,

da salvação eterna, haja vista que nem sequer conhecia o batismo em nome de Jesus Cristo, batismo esse que difere enfaticamente do batismo de João (At 19:4-5). Assim, pois, todo o seu *rico* conhecimento a respeito do caminho do Senhor esbarrava-se na transição de dispensação, e não avançava para a realidade de Cristo no novo testamento.

A Palavra de Deus fala-nos muito a respeito do caminho do Senhor<sup>9</sup>. Desde a eternidade passada, desde que Deus estabeleceu o princípio de *todas as coisas* (Gn 1:1), começou o Senhor Deus a percorrer o caminho em direção à Nova Jerusalém (Ap 21 – 22). Os caminhos que O levam ao cumprimento de Seu propósito eterno são os Seus decretos, os quais antes da fundação do mundo foram por Ele determinados, e que, na medida em que se cumprem, pavimentam um caminho na história, conduzindo o Senhor e todos os Seus eleitos à glória (Hb 2:10).

Apolo, neste sentido, possuía um conhecimento parcial a respeito do caminho do Senhor. Visto que a revelação de Deus encontra-se progressivamente apresentada no antigo e novo testamento, Apolo tão somente conhecia a economia divina do antigo concerto do Sinai. Certamente Apolo discorria com precisão as principais profecias a respeito de Jesus. Todavia faltava avançar para a realidade da vontade de Deus, contida nas páginas do novo testamento. Não é sem razão que, conforme ressaltado na terceira proposição, dois cooperadores do apóstolo Paulo, Áqüila e Priscila, ao perceberem em Apolo tamanha disposição e espírito fervoroso, colocaram-se à sua disposição, a fim de ensiná-lo, COM MAIS EXATIDÃO, o caminho do Senhor.

Veja novamente o paradoxo que explica a transição de dispensações. Primeiramente nos é dito que Apolo ensinava COM PRECISÃO a respeito de Cristo. Depois, somos informados de que Áqüila e Priscila passaram a ensiná-lo COM MAIS EXATIDÃO a respeito do caminho do Senhor. Pergunto, pois: Apolo possuía ou não precisão no seu conhecimento a respeito de Cristo? Ora, se o seu conhecimento era preciso, por que, então, os cooperadores de Paulo tiveram que ensinar-lhe com mais exatidão o caminho do Senhor? A resposta encontra-se, de novo, nas questões relacionadas à revelação de Deus a respeito de Seu Filho, a qual se deu em duas instâncias: na antiga aliança por meio de sombras e figuras e na nova, pela manifestação em realidade do Verbo encarnado de Deus.

Apolo, certamente, sabia tudo sobre a Lei e os Profetas. Poucos discorriam tão bem quanto ele a respeito do Cristo, de acordo com o rico conhecimento simbólico-profético contido nas páginas da Septuaginta, versão grega do antigo testamento. Entretanto, algo mais lhe era necessário. Era preciso que, assim como Áqüila e Priscila, e ao contrário de João Batista, Apolo deixasse de lado os ensinamentos elementares a respeito do Cristo, e se deixasse levar para o que é perfeito.

## **JESUS ANUNCIA O TEMPO DA MUDANÇA E DA TRANSIÇÃO DE ERAS**

Quando a mulher samaritana perguntou a Jesus sobre o verdadeiro lugar de adoração, se em Jerusalém ou

em Samaria, o Senhor lhe respondeu: “... *podes crer-me que a hora vem, quando nem neste monte, nem em Jerusalém adorareis o Pai [...] Mas vem a hora e já chegou, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade*” (Jo 4:21-23).

Poucas passagens das Escrituras revelam tanto em tão poucas palavras, como esta. O Senhor, em Seu falar, aponta para um tempo profético em que a adoração ao Pai não mais se daria nos lugares físicos e geográficos de Samaria e Jerusalém. Quando Ele diz “*vem a hora*”, falava de um tempo já determinado e esperado, em que uma grande virada aconteceria no plano de Deus, a qual transferiria o homem da esfera física (Samaria e Jerusalém) para outra, de natureza celestial, como bem foi dito: “os verdadeiros adoradores adorarão o Pai *em espírito*”. De semelhante modo, tal mudança de era elevaria o homem dos ritos vazios e simbólicos da antiga aliança para a realidade em Cristo Jesus, conforme foi declarado que “os verdadeiros adoradores adorarão o Pai *em verdade*”.

A grande surpresa, no entanto, é que, tão logo o Senhor falara sobre o tempo profético, da virada radical das coisas físicas e simbólicas para as celestiais e verdadeiras, anunciou a sua chegada, dizendo: “... *e já chegou*”. Ou seja, o tempo da grande virada chegou, pois, o Filho de Deus é vindo, e nos tem revelado o verdadeiro Deus (1Jo 5:20). Agora podemos adorá-IO, não mais no templo de Salomão, com sacrifícios de animais; mas em espírito e em verdade. Somos convidados a nos aproximar junto ao trono da graça, no Santo dos santos, pelo novo e vivo caminho, a fim de Lhe oferecer sacrifícios de louvor, espirituais e agradáveis a



Deus, por intermédio de Jesus Cristo (cf. Hb 4:16; 10:19-20; 13:15; 1Pe 2:5).

Portanto pelas provas bíblicas acima apresentadas, certificamo-nos da grande necessidade que os cristãos do presente tempo têm de efetuar a sua travessia para o outro lado do Jordão, isto é, passarem dos conceitos antigos do velho concerto para a realidade de Jesus Cristo e Sua doutrina no novo testamento.

A travessia das sombras para a realidade e dos ritos para a experiência são o que nos garantem a aplicação efetiva da salvação de Deus em nós. Portanto, não deixe para depois, inicie agora mesmo a sua transição, e deixe-se levar para as coisas perfeitas da nova aliança, em Cristo Jesus, nosso Senhor.

Tome por exemplo a atitude dos irmãos de Beréia, os quais cultivavam um espírito nobre, e não se assemelhavam aos irmãos, néscios, de Tessalônica (At 17:11). Pois, nos afirma a Bíblia sagrada que os bereanos recebiam a Palavra com toda avidez, EXAMINANDO AS ESCRITURAS TODOS OS DIAS, para verem se as coisas pregadas pelo apóstolo eram, de fato, do modo como lhes havia sido ensinadas. Os néscios, a quem falta o critério da investigação, são comumente manipulados e se deixam persuadir por toda sorte de discurso maquiavélico dos filhos das trevas, os quais se apresentam disfarçados em ministros da justiça, sendo, antes, falsos apóstolos e obreiros fraudulentos, com o fim de enganar (2Co 11:13-15).

É necessário, pois, que reconsideremos a verdade de Deus em Sua Palavra, mediante releitura de toda a Escritura.

Nunca foi tão urgente o estudo da Palavra de Deus como nestes últimos dias. Distinguir entre antiga e nova aliança e identificar conceitos, doutrinas e práticas próprias de cada uma delas é tarefa indispensável para os que desejam seguir a Cristo em conformidade com a Sua vontade. Isto faremos a partir dos capítulos seguintes. Cruzemos para a outra margem.

## **Capítulo 1**

Odre Velho versus Vinho Novo

## **Capítulo 2**

A Necessidade de progredirmos para o que é perfeito

## **Capítulo 3**

A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito



## Capítulo 3

# A Primeira Aliança: conteúdo, natureza e propósito

*“Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos [...]; vós me sereis um reino de sacerdotes e nação santa. São estas as palavras que falarás aos filhos de Israel”.*

*“Então, o povo respondeu à uma: Tudo o que o SENHOR falou faremos [...]”.*

Êxodo 19:5-6 e 8

A Bíblia é um livro complexo. Para compreendê-la, é necessária uma série de fatores capazes de dar conta de toda a sua trama histórica, dispensacional, profética e espiritual. A interpretação livre<sup>10</sup>, muito comum nos dias de hoje, constitui um dos maiores inimigos da verdade de Deus contida em Sua Palavra. Veja o que a esse respeito nos advertiu o apóstolo Pedro, em sua segunda carta, dizendo: “[...] nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana; entretanto, homens [santos] falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (1:20-21).

Esse é o primeiro aspecto a ser considerado no estudo exegético da Bíblia Sagrada. Nenhuma pessoa tem o direito de trazer, de si própria, o sentido das Escrituras. Uma vez que a origem da Palavra de Deus não é o homem, mas o Espírito Santo, semelhantemente a Sua interpretação provém da mesma fonte: o Espírito da Verdade que nos guia a toda a verdade (Jo 16:13).

Entretanto a revelação do Espírito Santo ao homem, concernente à Palavra de Deus, não acontece dissociada do todo da Escritura. Pelo contrário, é no reunir de cada parte, cada qual no seu próprio contexto, que brota o sentido maior, e o conhecimento de Deus nos é revelado. Encontramos a

10 Entende-se por interpretação livre o modo como a grande maioria dos cristãos se aproxima das Escrituras: fecha os olhos, abre a Bíblia em qualquer lugar (como se movido por uma inspiração) e, ao ler o trecho sorteado, interpreta-o fazendo associações do que ali está escrito com situações supostamente vividas pelos presentes. Esse procedimento assassina o texto, pois lhe nega completamente o sentido original, não se importando com critérios básicos de uma boa interpretação: saber quem, quando, como e para quem o texto em questão foi escrito. Esta atitude, conseqüentemente, não procede com a leitura e a interpretação dialéticas, permitindo que a Bíblia explique a si mesma. O sentido do texto, desse modo, passa a ser construído livremente ao bel prazer do “interprete”. Assim, cada qual diz o que quer do texto sagrado, sem se importar com o que Deus desejou de fato transmitir por seu intermédio.

favor desse pressuposto, o texto de Lucas em que o próprio Jesus se dispõe a explicar as Escrituras a dois de Seus discípulos: “*E começando por Moisés, discorrendo por todos os Profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras*” (24:27).

O que Jesus fez nessa ocasião foi uma exposição exegética do antigo testamento, mostrando-lhes, nos escritos de Moisés e dos Profetas, o cumprimento literal de tudo aquilo que, a seu respeito, havia sido anunciado. Tal exposição consistia numa tarefa de explicar as Escrituras, extraindo delas o sentido, conforme fora inicialmente revelado e escrito. Enquanto isso, o Espírito Santo fazia arder os corações dos discípulos que O escutavam, confirmando, no íntimo dos discípulos, a verdade que lhes era transmitida (24:32).

Veja como que a revelação de Deus acontece mediante a exposição da Palavra, de forma sistemática (começando por Moisés e discorrendo por todos os Profetas), e do agir do Espírito Santo nos corações dos ouvintes. Há, pois, nesse processo, um duplo agir do Espírito: o primeiro, em quem expõe a Escritura e o segundo, em quem a recebe. De sorte que a substância da revelação, de um e de outro lado, é sempre a mesma, a Palavra de Deus, a qual salta das páginas impressas para os corações dos eleitos, abrindo-lhes os olhos para compreenderem a verdade de Deus, em Cristo Jesus, conforme está escrito: “*A seguir, Jesus lhes disse: São estas as palavras que eu vos falei, estando ainda convosco: importava se cumprisse tudo o que de mim está escrito na Lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos. Então, lhes abriu o entendimento PARA COMPREENDEREM AS ESCRITURAS*” (Lc 24:44-45).

A revelação do Espírito Santo, portanto, tem o objetivo de abrir os olhos dos cegos, a fim de que **COMPREENDAM AS ESCRITURAS**, mediante **EXPOSIÇÃO** sensata da Palavra de Deus.

Um bom exemplo para ilustrar a verdade que aqui estamos tratando é o caso do etíope, no capítulo oito de Atos. Afirma-nos o texto sagrado que voltava o etíope, de Jerusalém, para sua terra, lendo o livro do profeta Isaías. Filipe, o evangelista, orientado pelo Espírito Santo, aproximando-se do carro onde estava, perguntou-lhe: *“compreendes o que vens lendo?”* Ao que respondeu: *“COMO PODEREI ENTENDER, SE ALGUÉM NÃO ME EXPLICAR? [...] Ora, a passagem da Escritura que estava lendo era esta: Foi levado como ovelha ao matadouro; e, como um cordeiro mudo perante o seu tosquiador, assim ele não abriu a boca. Na sua humilhação, lhe negaram justiça; quem lhe poderá descrever a geração? Porque da terra a sua vida é tirada [...] Então, Filipe explicou; e, COMEÇANDO POR ESTA PASSAGEM DA ESCRITURA, anunciou-lhe Jesus”* (At 8:26-35). Note como que o evangelho foi anunciado ao eunuco: Filipe, começando pela passagem do profeta Isaías, percorrendo por tantos outros textos da Escritura, anunciou-lhe Jesus.

Em seguida, passando por um lugar onde havia água, perguntou-lhe o eunuco: *“Eis aqui água; que impede que seja eu batizado? [Filipe respondeu: É lícito, se crês de todo coração. E, respondendo ele, disse: Creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus.]”* (At 8:36-37). Percebe-se nesse texto que o segundo passo no processo da revelação de Deus ao etíope



foi este: o Espírito Santo abriu-lhe os olhos do coração, levando-o a entender e a atender às palavras ministradas por Filipe, segundo se encontravam em toda a Palavra de Deus.

A complexidade da compreensão das Escrituras, dentro de uma exposição sistemática, encontra-se em critérios estabelecidos pelo próprio Deus. Esses são critérios de interpretação, os quais, como chaves-hermenêuticas, constituem marcas indicativas dentro do próprio texto sagrado. As Escrituras encontram então o seu sentido, quando devidamente lidas e interpretadas sob a luz desses critérios hermenêuticos. É, pois, necessário que se aprenda a discorrer a Palavra de Deus, obedecendo a todas as “*placas de sinalização*”, que determinam o caminho seguro do entendimento. Os fatores históricos e dispensacionais não podem ser jamais negligenciados. Situar-nos em cada contexto do falar divino e compreender *o que*, *o porquê* e *para quem* o Senhor disse, são ferramentas indispensáveis na busca do conhecimento da vontade de Deus para nós, nos dias de hoje.

Dentre tantos critérios de interpretação, o mais importante é o discernimento a respeito das diferenças e implicações do antigo e novo testamento. Deste critério dependem todos os demais. Se, pois, negligenciado, não será possível se obter conhecimento puro e real da vontade eterna de Deus.

Dito isso, pergunto: O que é a antiga e a nova aliança? Por que a Bíblia se divide em duas partes: antigo e novo testamento? Qual a diferença entre eles? Seriam, porventura,

ambos os testamentos uma revelação contínua e ininterrupta, até os dias de hoje, a quem devemos obediência absoluta a todos os seus mandamentos, indistintamente? Acompanhe-nos no estudo desse tema e encontre respostas satisfatórias e seguras, à luz da pura e simples Palavra de Deus.

## **A BÍBLIA E A SUA REVELAÇÃO A RESPEITO DAS DUAS ALIANÇAS DE DEUS COM OS HOMENS**

O primeiro passo no estudo dos critérios de interpretação das Escrituras é a compreensão de sua divisão básica: antigo e novo testamento. Tal divisão, conforme se conhece nos dias, é o resultado de duas alianças que Deus fez com o homem, a fim de pavimentar um caminho para o cumprimento final de Sua vontade.

Leiamos o que a própria Bíblia tem a nos falar sobre esta questão: *“Por isso mesmo, ele [Jesus] é o mediador da NOVA ALIANÇA, a fim de que, intervindo a morte para remissão das transgressões que havia sob a PRIMEIRA ALIANÇA, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados”* (Hb 9:15).

Verifique você, caro irmão, com os teus próprios olhos, que a conceituação antiga e nova aliança e sua discriminação não pertencem a algum grupo contencioso, que, por motivos mesquinhos, procura disseminar ensinamentos estranhos. Mas veja que é a própria Palavra de Deus, em que dizem

crer os que a carregam debaixo do braço, que nos ensina que há a PRIMEIRA e a SEGUNDA ALIANÇA, isto é, a antiga e nova aliança, respectivamente.

O profeta Jeremias, vivendo no tempo em que vigorava a primeira aliança, profetizou uma nova dispensação, dizendo: *“Eis aí vêm dias, diz o SENHOR, em que firmarei NOVA ALIANÇA com a casa de Israel e com a casa de Judá. NÃO CONFORME A ALIANÇA QUE FIZ COM SEUS PAIS quando os tirei da terra do Egito; porquanto eles anularam a minha aliança, não obstante eu os haver desposado, diz o SENHOR”* (31:31-32).

Observe que, ainda no tempo do primeiro concerto, Deus já havia predito que uma NOVA ALIANÇA seria feita com o Seu povo. “NÃO CONFORME A PRIMEIRA”, disse o SENHOR. Mas uma NOVA ALIANÇA, superior (Hb 7:22), eterna (Jr 32:40 cp. Hb 13:20), firmada na base de superiores promessas (Hb 8:6).

A razão para a instituição de uma NOVA ALIANÇA é explícita. Afirmam-nos o texto sagrado que o motivo por que o SENHOR haveria de estabelecer um NOVO PACTO consistia no fato de o Seu povo ter ANULADO A PRIMEIRA ALIANÇA; isto é, de não ter cumprido com sua responsabilidade prescrita na aliança que o SENHOR pactuou com ele. Um novo pacto, portanto, deveria ser feita, NÃO CONFORME O PRIMEIRO, repito, mas com natureza e princípios tais, que o homem não mais pudesse anulá-lo.

As alianças de Deus se baseiam em critérios divinos estabelecidos entre Deus e os homens, por meio dos quais se

relacionam. DEUS TRATA O HOMEM DE ACORDO COM A SUA ALIANÇA. Em cada aliança, pois, há promessas, mandamentos e juízos a serem observados e cumpridos por ambas as partes.

Sabendo, pois, que a Bíblia Sagrada fala-nos de duas alianças distintas em conteúdo, natureza e propósito, e que o relacionamento do homem com Deus depende dos critérios estabelecidos numa ou noutra aliança, faz-se necessário conhecermos o que o próprio Deus tem a nos falar, em Sua Palavra, a esse respeito.

Isto faremos a seguir, a começar neste capítulo com investigação sobre o conteúdo, a natureza e o propósito da primeira aliança.

## O CONTEÚDO DA PRIMEIRA ALIANÇA

As discussões a respeito da primeira e antiga aliança devem partir das seguintes perguntas: (1) *a Bíblia Sagrada reconhece a expressão antiga aliança?* e, (2) *o que vem a ser a antiga aliança?*

Ora, para obtermos resposta à primeira pergunta, basta lermos o texto paulino de 2 Coríntios 3:14, que diz: “*Mas os sentidos deles se embotaram. Pois até ao dia de hoje, quando fazem a leitura da ANTIGA ALIANÇA, o mesmo véu permanece, não lhes sendo revelado que, em Cristo, é removido*”.

Observa-se, neste texto, que o termo antiga aliança não é estranho à Bíblia Sagrada. Pelo contrário; é uma expressão usada pelo apóstolo Paulo, em contraste ao conceito neotestamentário de nova aliança (2Co 3:6). Desde que uma nova aliança foi estabelecida entre Deus e os homens (Mt 26:28), a primeira tornou-se antiga. Daí os termos, antiga e nova aliança.

Quando o SENHOR predisse, pela boca do profeta Jeremias, a promulgação de uma nova aliança, situou claramente a primeira, de modo a não deixar dúvidas quanto à sua identificação, conforme se pode verificar: *“Eis aí vem dias, diz o SENHOR, em que firmarei nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme A ALIANÇA QUE FIZ COM SEUS PAIS, QUANDO OS TOMEI PELA MÃO, PARA OS TIRAR DA TERRA DO EGITO [...]”* (31:21-32).

Com este texto, a segunda pergunta é respondida: a antiga aliança é a aliança que Deus fez com os filhos de Israel, quando, no monte Sinai, pactuou com eles, depois de tê-los tirado da terra do Egito, conforme se lê em Êxodo 19: *“Tendes visto o que fiz aos egípcios, como vos levei sobre asas de águia e vos cheguei a mim. Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e GUARDARDES A MINHA ALIANÇA, então sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos; porque toda a terra é minha; vós me sereis um reino de sacerdotes e nação santa [...]”* (4-6).

Assim, Deus propôs aos filhos de Israel uma aliança, isto é, um pacto que os uniria num compromisso mútuo: Israel obedeceria às determinações de Deus, e Deus, por

Sua vez, faria de Israel um povo de propriedade exclusiva dentre todos os povos da terra. A esta proposta respondeu o povo, a uma só voz, dizendo: “*Tudo o que o SENHOR falou faremos*” (Ex 19:8).

Então, depois de advertências severas da parte de Deus e de preparativos da parte do povo (Ex 19:9-25), chegou o grande dia da promulgação da aliança. O cenário, como descreve o escritor da epístola aos Hebreus, era aterrorizador (12:18-21). No terceiro dia, em meio a trovões e relâmpagos, às trevas e escuridão, e mui forte clangor de trombeta, bradou o SENHOR todas as palavras da aliança, conforme se verifica a partir do versículo primeiro de Êxodo 20: “*Então, falou Deus todas estas palavras: [...]*” – (Ex 20 – 24).

E, a começar pelos *dez mandamentos*, discorreu o SENHOR várias outras leis, até chegar ao capítulo 24, momento em que a aliança foi selada com sangue de animais ali oferecidos (vs. 4-8). Tendo, pois, escrito em um livro tudo o que o SENHOR lhes havia ordenado, Moisés aspergiu o sangue dos sacrifícios sobre o povo, dizendo: “*Eis aqui o sangue da ALIANÇA QUE O SENHOR FEZ CONVOSCO a respeito de todas estas palavras*” (Ex 24:8).

A dúvida de muitos, porém, consiste na indagação se os dez mandamentos fazem ou não parte da antiga aliança do Sinai. Pois, apesar de Êxodo 20:1-17 (trecho em que se prescreve o decálogo) se apresentar como as primeiras palavras da aliança, muitos, tendenciosamente, insistem em acreditar que os dez mandamentos e a antiga aliança sejam duas coisas diferentes. Entretanto, o que nos diz a Escritura?

No livro de Êxodo, no registro do momento em que Deus entrega as segundas tábuas da lei para Moisés, lê-se: “*E, ali, estive com o SENHOR quarenta dias e quarenta noites; não comi pão, nem bebi água, e ESCREVEU NAS TÁBUAS AS PALAVRAS DA ALIANÇA, AS DEZ PALAVRAS [decálogo]*” (34:28).

Em Deuteronômio, semelhantemente, livro no qual Moisés faz recordação ao êxodo e peregrinação dos filhos de Israel, ao referir-se à aliança do Sinai, disse: “*Então, chegastes e vos pusestes ao pé do monte; e o monte ardia em fogo até ao meio dos céus, e havia trevas, e nuvens, e escuridão. Então, o SENHOR vos falou do meio do fogo; a voz das palavras ouvistes; porém, além da voz, não vistes aparência nenhuma. Então, vos ANUNCIOU ELE A SUA ALIANÇA, que vos prescreveu, OS DEZ MANDAMENTOS, e os escreveu em duas tábuas de pedras*” (4:11-13).

Conforme os textos acima citados, não há como desvincular os dez mandamentos da antiga aliança. Pelo contrário, as palavras do próprio Moisés afirmam que os dez mandamentos [as dez palavras ou decálogo] são as palavras da aliança, e que a aliança por Deus anunciada fora prescrita em duas tábuas de pedras, a saber, os dez mandamentos.

Sim, essa é a verdade contida na Palavra de Deus. A primeira aliança, identificada por Paulo por antiga aliança (2Co 3:14), constitui substancialmente nos dez mandamentos. O decálogo, pois, é a “coluna dorsal” do pacto do Sinai, estrutura que sustenta todo o arcabouço de outras leis dele derivadas. Os princípios que regem os inúmeros

mandamentos e juízos gerais se encontram na essência dos dez mandamentos específicos.

Por essa razão tão clara e simples, o novo testamento não hesita em identificar a antiga aliança com os dez mandamentos, quando afirma, dizendo: “*o qual [Deus] nos habilitou para sermos ministros de uma nova aliança, NÃO DA LETRA, mas do espírito; porque A LETRA MATA, mas o espírito vivifica. E, se o MINISTÉRIO DA MORTE, GRAVADO COM LETRAS EM PEDRAS, se revestiu de glória [...], como não será de maior glória o ministério do Espírito*” (2Co 3:6-8).

Observe que o apóstolo Paulo ao comparar a antiga à nova aliança o faz numa relação de oposição *letra x espírito, morte x vida*, concluindo que, no que tange ao propósito, a antiga aliança é o ministério da morte gravado com letras em pedras. Ora, o que foi gravado com letras em pedras, senão os dez mandamentos escritos com o dedo de Deus? (Ex 31:18).

O conteúdo, portanto, da primeira aliança são todas as leis, as promessas e os juízos pactuados no Sinai entre Deus e o povo de Israel, tendo os dez mandamentos como o mastro de sustentação de todo o sistema levítico. Neste particular, o livro de Levítico constitui o somatório e desdobramento das leis e mandamentos da aliança, com todas as implicações no que concerne às bênçãos e às maldições, decorrentes da obediência ou desobediência dos seus pactuantes (Dt 28 cf. Gl 3:10).



Toda a história de Israel a partir do Sinai, contida nos livros históricos e proféticos do antigo testamento, foi dirigida a partir desta primeira aliança. As conquistas militares da nação, tanto quanto as bênçãos materiais abundantes na boa terra prometida, foram o cumprimento da fidelidade de Deus, de acordo com a Sua aliança. Por outro lado, todos os infortúnios vividos pelos filhos de Israel – a seca, a fome e seus muitos cativos – foram semelhantemente o cumprimento das maldições e imprecações contidas na lei, por causa da desobediência do povo em não guardar a aliança – a antiga aliança do Sinai (Dn 9:10-12).

## **A NATUREZA DA PRIMEIRA ALIANÇA**

A natureza da aliança do Sinai pode ser descrita a partir de seis características: (1) exclusiva; (2) condicional; (3) terrena; (4) transitória; (5) Imperfeita; e, (6) Impotente.

### **(1) Antiga aliança: exclusiva**

A primeira característica da antiga aliança relaciona-se ao aspecto de sua abrangência. A Bíblia Sagrada assegura-nos que a aliança do Sinai foi um pacto que Deus fez com a nação de Israel, não com qualquer outro povo. Consequentemente, o comprometimento e a fidelidade requeridos na aliança, tanto quanto as bênçãos e maldições dela decorrentes, não recaem sobre aqueles que não foram colocados debaixo do primeiro pacto. Pois assim está escrito: *“Então, tomou Moisés aquele sangue, e o aspergiu*

sobre o povo, e disse: Eis aqui o sangue da ALIANÇA QUE O SENHOR FEZ CONVOSCO [Israel] a respeito de todas estas palavras” (Ex 24:8).

Conforme Êxodo 19:5, O Deus de Abraão, de Isaque e Jacó, ao propor aos hebreus a Sua aliança, prometeu fazer deles uma propriedade peculiar *dentre todos* os povos. Israel, nesse particular, alcançaria o status de nação exclusiva de Deus, em relação às demais nações, como privilégio decorrente da aliança.

Os gentios, isto é, todos aqueles que não são judeus, não estão incluídos na aliança do Sinai, como o próprio novo testamento testifica, dizendo: “*Portanto, lembrai-vos de que, outrora, vós, gentios na carne [...], estáveis sem Cristo, SEPARADOS DA COMUNIDADE DE ISRAEL e ESTRANHOS ÀS ALIANÇAS [...]*” (Ef 2:11-12). Na verdade, os gentios só vieram a reunir-se aos judeus, em Cristo, a fim de constituírem um só corpo, depois que a aliança do Sinai apagou-se, completamente, com a morte de Jesus na cruz do Calvário (Ef 2:13-18). Então, tendo encerrado judicialmente a primeira aliança, estabeleceu o Senhor a segunda e nova aliança (Lc 22:20 cf. Hb 10:9).

A antiga aliança do Sinai, portanto, por tal característica, constitui-se exclusiva, visto incluir tão somente os filhos de Israel, deixando de fora os demais povos.

## (2) Antiga aliança: condicional

A segunda característica da aliança do Sinai refere-se ao seu aspecto legal, isto é, às condições legais que se impõem sobre os pactuantes. Pois, se a base desta primeira aliança é a lei (Dt 5:1-21), a condição para o seu sucesso é a obediência absoluta do homem a todos os seus mandamentos, conforme está escrito: *“Agora, pois, se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis [...]”* (Ex 19:5). Note que a promessa divina de fazer de Israel uma nação sobre todas as demais, com todos os privilégios de propriedade peculiar, não dependia de Deus, mas da obediência do povo.

O caráter condicional da aliança claramente se impõe, como que responsabilizando os hebreus de seu sucesso ou fracasso: se Israel diligentemente ouvisse a voz de Deus e guardasse a Sua aliança, seria feito nação santa dentre todas as nações da terra, coberta de toda sorte de bênçãos temporais (Dt 28:1-14); se, entretanto, deixasse de ouvir o SENHOR e não atentasse para todos os mandamentos da aliança, maldições lhe sobreviriam, até o ponto de ser levado cativo para os lugares mais remotos da terra (Dt 28:15-68).

Quando Daniel orou a Deus, pedindo-Lhe que restaurasse o povo de Israel da condição cativa em que se encontrava em Babilônia, relembrou este aspecto da aliança, dizendo: *“e não obedecemos à voz do SENHOR, nosso Deus, para andarmos nas suas leis, que nos deu por intermédio de seus servos, os profetas. Sim, todo o Israel transgrediu a tua lei, desviando-se, para não obedecer à tua voz; POR ISSO, A*

*MALDIÇÃO E AS IMPRECAÇÕES QUE ESTÃO ESCRITAS NA LEI DE MOISÉS, servo de Deus, SE DERRAMARAM SOBRE NÓS [...]” – (Dn 9:10-11 cf. Dt 28:64-65).*

É, pois, pelo testemunho da própria Escritura que verifica o aspecto condicional do pacto do Sinai, haja vista que, tal aliança, determinava os atos de Deus quanto ao galardão ou disciplina, baseados na obediência ou desobediência dos filhos de Israel.

### **(3) Antiga aliança: terrena**

A terceira característica da primeira aliança aponta para o aspecto terrenal das bênçãos e maldições previstas na lei. As implicações da obediência ou desobediência não alcançavam os âmbitos espirituais e eternos, referentes à alma e espírito. A concretude de coisas físicas e imediatas, portanto, era toda a sua recompensa.

Para certificar-se desta verdade, basta ler o livro de Deuterônomo, sobretudo o capítulo 28, em que se encontram, discriminadamente, as consequências práticas do relacionamento de Israel com Deus, na primeira aliança.

A prova da natureza terrena do primeiro pacto começa pelo fato de Israel ser constituída uma nação, dentre as demais nações da terra, com status de nação de Deus, porém, com características políticas, econômicas e sociais comuns a todos os outros povos. A promessa de Deus para os israelitas, conforme se lê em Deuterônomo 4:40, era fazê-los prosperar

O seu território limitava-se desde o deserto e o Líbano até ao grande rio, o rio Eufrates (Js 1:4). Israel desfrutaria de todo o cuidado temporal de Deus, de toda a Sua providência material, e viveriam dias felizes e longos na boa terra que passavam a possuir. Assim, se os filhos de Israel cuidassem em cumprir com todos os mandamentos do SENHOR, as bênçãos de Deus se manifestariam no ventre, no cesto e na amassadeira, e em tudo quanto colocassem as mãos. O céu daria as chuvas ao seu tempo, a temporã e a serôdia, e os campos produziriam com abundância os grãos. As nações inimigas seriam todas derrotadas, e o Deus da aliança os exaltaria sobre todas as nações da terra, e o povo de Deus seria reconhecido por cabeça, e não por cauda (Dt 28:1-14).

O contrário, todavia, era verdadeiro. Se os filhos de Israel viessem a desobedecer a Deus, uma *avalanche* de maldições recairia sobre eles, todas de natureza física e terrena. Conforme Deuteronômio 28:16, a nação seria maldita, e tudo o que viessem a realizar estaria sob semelhante maldição. O cesto e a amassadeira ficariam desprovidos de alimentos, e o ventre, estéril. O céu reteria as chuvas e os campos não produziriam mantimentos. A tísica, e a febre, e a inflação, e o calor ardente, e a secura, e o crestamento, e a ferrugem, úlceras e tumores, sarna e prurido, não se apartariam dos transgressores. Seus inimigos prevaleceriam sobre eles, e, ao invés de serem exaltados por cabeça, seriam postos por cauda. Humilhados, seriam levados cativos a territórios de inimigos e, ali, escravizados (Dt 28:15-68).

Em tudo isso, pois, se vê o caráter material e terreno da antiga aliança, visto que tudo o que a envolvia e dela

resultava limita-se a coisas cá de baixo, da terra, passageiras e fugazes.

Desta aliança substancialmente material é que se alimenta a atual e equivocada teologia da prosperidade. Digo equivocada porque, sendo os cristãos do tempo presente filhos da nova aliança, sem discernimento algum se intrometem em aliança alheia, reclamando para si o que Deus nunca pactuou com eles. Além do mais, desconhecendo os mandamentos que constituem a primeira aliança, não se enquadram nas condições legais do concerto, e nem por isso se preocupam com as maldições nele previstas.

Não raras vezes vemos pregadores renomados, e mesmo sem status algum, tomarem Deuteronômio 28 como base para as suas asseverações. Outros até mesmo fazem canções, cuja letra é uma declaração das bênçãos condicionais e terrenas da aliança antiga, como resultado da obediência do homem aos mandamentos de Deus. O que se esquecem, todavia, é que, não somente a Bíblia afirma que a aliança do Sinai já não mais vigora (Lc 16:16), mas que, se alguém tentar viver pela lei, deve cumprir cabalmente, sem exceção, cada um de seus mandamentos, ciente de que, se tropeçar em um só mandamento, torna-se culpado de todos (Tg 2:10).

Ora, quem é capaz de cumprir toda a lei, sem tropeçar em nenhum ponto? A Palavra de Deus responde: *“Se dissermos que não temos pecado nenhum, a nós mesmos nos enganamos, e a verdade não está em nós”* (1Jo 1:8). De sorte que, se cometemos pecado, não podemos permanecer

em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las. Consequentemente, aqueles que são das obras da lei, isto é, que estabelecem um relacionamento com Deus na base das bênçãos e maldições prescritas em Deuteronômio 28, estão debaixo de maldição, pelo simples fato de não serem capazes de cumprir com todas as exigências da lei do Sinai (Gl 3:10).

#### **(4) Antiga aliança: transitória**

A quarta característica da antiga aliança fala de seu aspecto temporal. O novo testamento nos revela que a aliança do Sinai, a Lei, foi ADICIONADA ATÉ QUE VIESSE O DESCENDENTE [Cristo] (Gl 3:19). Ora, vede. As palavras *adicionada* e *até* no texto acima, apontam muito claramente para um começo e um fim, o que confere a ela o status de temporalidade. A lei foi adicionada por intermédio de Moisés (Jo 1:17 cf. Rm 5:13) e vigorou até João Batista, até que veio o descendente de Abraão, a saber, Jesus Cristo (Lc 16:16 cf. G; 3:16).

O profeta Jeremias, inclusive, profetizou que um novo tempo estava por vir, em que o SENHOR firmaria nova aliança com o Seu povo (Jr 31:31-32). Ainda nos tempos da antiga aliança, Deus já anunciara o fim do primeiro pacto, com vistas ao estabelecimento do segundo, a nova aliança.

Semelhançemente, no casamento em Caná da Galiléia, Jesus sinalizou o fim da era veterotestamentária, e profetizou, metaforicamente, o começo do novo testamento, quando por ocasião da transformação da água em vinho (Jo

2:1-11). Essa verdade pode ser claramente identificada nas figuras contidas nesse milagre.

O relacionamento de Deus com o Seu povo é comumente simbolizado pela figura de um casamento (Is 54:5 cp. 2 Co 11:2). Ora, o casamento em Caná da Galiléia, cuja festa se divide em antes e depois do milagre, representa dois grandes momentos no relacionamento de Deus com o Seu povo, isto é, duas grandes dispensações: a do antigo e a do novo testamento. O primeiro vinho, símbolo da primeira aliança, era certamente bom, mas veio a acabar-se. Cristo, porém, interveio para suprir o melhor vinho, a nova aliança. As seis talhas de pedra, cheias de água, representa Cristo em Sua humanidade, que depois de passar pela morte e ressurreição, tornou-Se a fonte de satisfação eterna, o bom vinho, para todos os que n'Ele creem.

Não pense que tal interpretação seja arbitrária, como muitos costumam fazer com inúmeras passagens das Escrituras. Pois o próprio Jesus foi quem fez a relação do milagre com a Sua morte. Quando o Senhor respondeu a Maria, dizendo: *“Mulher, que tenho eu contigo? AINDA NÃO É CHEGADA A MINHA HORA”* (Jo 2:4), fazia Ele referência à Sua morte na cruz do Calvário, a qual ainda estava por acontecer (Jo 7:30; 8:20; 12:23 e 17:1). A hora de Sua morte ainda não havia chegada, em que o sangue da nova aliança jorraria de Suas veias, para prover o gozo da eterna redenção. Entretanto, um sinal deste acontecimento lhes foi dado: do modo como da água inodora, insípida e incolor saiu o mais puro e doce vinho, assim, da morte d'Aquele que não tinha aparência nem formosura, morte como de um maldito



(Gl 3:13), fluiu um rio de amor, de esperança, de perdão, de reconciliação, de justificação e santificação, que comunica ao perdido a mais pura e doce satisfação de poder voltar a Deus, e tê-lo como o eterno desfrute de sua alma.

Mas, se para o leitor exigente essas não sejam provas contundentes e explícitas, que tal, então, um texto que, com todas as letras e palavras, declara a verdade da temporalidade da primeira aliança?

Pois, bem. Analisemos o texto paulino de 2 Coríntios 3:6-14. Nesta porção, o apóstolo se dedica ao esclarecimento das relações entre a antiga e a nova aliança, com o fim de persuadir os fiéis a respeito da superioridade do primeiro sobre o segundo pacto. Nesta primeira exposição desta porção da Escritura, enfatizaremos o aspecto da durabilidade de ambas as alianças. Outros aspectos encontrados no texto serão abordados mais adiante. Leiamos o texto:

“O qual nos fez também capazes de ser ministros dum novo testamento, não da letra, mas do espírito, porque a letra mata, e o espírito vivifica. E, se o ministério da morte, gravado com letras em pedras, veio em glória, de maneira que os filhos de Israel não podiam fitar os olhos na face de Moisés, por causa da glória do seu rosto, a qual era transitória, como não será de maior glória o ministério do espírito? Porque, se o ministério da condenação foi glorioso, muito mais excederá em glória o ministério da justiça. Porque também o que foi glorificado nesta parte não foi glorificado, por causa desta excelente glória. Porque, se o que era transitório foi para glória, muito mais é em glória o que permanece. Tendo, pois, tal esperança, usamos de muita ousadia no falar. E não somos como Moisés,

que punha um véu sobre a sua face, para que os filhos de Israel não olhassem firmemente para o fim daquilo que era transitório. Mas os seus sentidos foram endurecidos: porque até hoje o mesmo véu está por levantar na lição do velho testamento, o qual foi por Cristo abolido” (2 Co 3:6-14 – VRC).

Observe que o modo como o apóstolo Paulo trama o raciocínio sobre as alianças é colocando-as, como que em duas colunas, em relação de oposição uma a outra. Veja o quadro a seguir:

	<b>ANTIGA ALIANÇA</b>		<b>NOVA ALIANÇA</b>
<b>2 CORÍNTIOS 3:6-11</b>	<b>LETRA</b>	versus	<b>ESPÍRITO</b>
	<b>MATA</b>	versus	<b>VIVIFICA</b>
	<b>GLÓRIA</b>	versus	<b>MAIOR GLÓRIA</b>
	<b>DESVANECENTE</b>	versus	<b>PERMANENTE</b>

Ao comparar a antiga à nova aliança o apóstolo se prende às questões de intensidade e durabilidade das glórias envolvidas numa e noutra aliança. A afirmação comum é que ambas as alianças teve a sua glória; todavia, nos é dito que a glória da segunda é, em muito, superior à da primeira.

Mas de onde Paulo tirou essa ideia? Como pode ele afirmar que a glória da primeira aliança é ínfima quando comparada à glória da nova aliança? Ora, vede. A revelação desta verdade encontra-se no próprio contexto em que o velho concerto foi firmado. Quando Moisés desceu do monte, o

seu rosto resplandecia, manifestando a glória da aliança do Sinai, a ponto de os filhos de Israel não poderem fitar a sua face, por causa da glória de seu rosto (3:7). Entretanto, diz-nos o texto sagrado, que esta era uma glória desvanecente.

Ao sair Moisés da presença de Deus, o brilho da aliança do Sinai em sua face começava a apagar-se. Era preciso que o mediador de Israel voltasse à presença de Deus para ter reavivada a glória em seu rosto. E, então, ao distanciar-se novamente do SENHOR, a glória voltava a esvaecer-se. Foi aí que teve Moisés uma *brilhante* ideia: colocar um véu sobre a face, para que os filhos de Israel não atentassem para a terminação da glória do seu rosto (3:13).

Temos, portanto, dois elementos neste texto que é muito revelador: (1) a glória desvanecente da antiga aliança, representada pelo brilho efêmero no rosto de Moisés; e, (2) o véu que impedia os israelitas de perceberem a terminação da glória do seu rosto. O que isso significa?

É isto uma parábola para o tempo presente. A natureza fugaz da glória no rosto de Moisés indica a transitoriedade da antiga aliança que ele representava. Tal a efemeridade da glória, tal a temporalidade da aliança (3:11). O véu, semelhantemente, assume um valor simbólico, representado aquilo que impede os homens de perceberem o fim da efêmera glória da antiga aliança. Pois, assim como Israel não podia atentar para o fim da glória no rosto de Moisés, por causa do véu que a cobria, assim também agora. Nos dias de hoje, muitos com o mesmo véu de Moisés sobre o coração, não podem perceber que, em Cristo, o velho pacto chegou ao fim.

A antiga aliança passou. A sua efêmera glória foi ofuscada pelo brilho da sobreexcelente glória da nova aliança. Não mais precisamos do templo de Jerusalém ou de Samaria com os seus ritos destituídos de realidade. Agora adoramos ao Pai em espírito e em verdade. E, *“com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor, somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, com pelo Senhor, o Espírito”* (3:18). Aleluia!

## (5) Antiga aliança: Imperfeita

Imperfeição é a quinta característica da antiga aliança. Não pense o leitor que este é um parecer particular e infundado. Antes, é o próprio testemunho das Escrituras que declara: *“Porque, se aquela primeira aliança tivesse sido sem defeito, de maneira alguma estaria sendo buscado lugar para uma segunda [...] Portanto, por um lado se revoga a anterior ordenança, por causa de sua fraqueza e inutilidade (pois a lei nunca aperfeiçoou coisa alguma), e, por outro lado, se introduz esperança superior, pela qual nos achegamos a Deus”* (Hb 8:7; 7:18-19).

Em que sentido, pois, era a primeira aliança imperfeita? Ora, visto que *“a primeira aliança também tinha preceitos de serviços sagrados”* (Hb 9:1), os seus incessantes sacrifícios de animais nunca puderam, de fato, remover pecados. A sua ação era interina e tão somente cobria as transgressões, aguardando que o verdadeiro sacrifício fosse oferecido a Deus (Hb 9:15). Não é sem razão que, quando

Jesus foi ao Jordão com o fim de ser batizado, ao vê-lo se aproximando, disse João Batista: “*Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo*” (Jo 1:29). Este texto ganha relevância quando entendemos que, numa linguagem do antigo testamento, o sangue dos muitos sacrifícios diários apenas cobria os pecados (Sl 32:1); ao passo que, o Cordeiro de Deus veio para tirá-los, cancelá-los (At 3:19) e, de uma vez por todas, nos conceder eterna redenção (Hb 9:12).

Nesse sentido a antiga aliança fora imperfeita, uma vez que “nunca jamais pode tornar perfeitos os ofertantes, com os *mesmos sacrifícios que, ano após ano, perpetuamente, eles oferecem a Deus*” (Hb 10:1).

## **(6) Antiga aliança: Impotente**

A Bíblia sagrada nos afirma que não somente a antiga aliança era imperfeita, mas também impotente em sua natureza. Pois, enquanto o aspecto da imperfeição da lei refere-se à incapacidade dos sacrifícios de remover pecados, a impotência da primeira aliança diz-nos de sua incapacidade de vencer a natureza pecaminosa dentro do homem e de fazê-lo tão santo, justo e bom quanto ela própria (Rm 7:12 e 14).

Em Romanos 8:3, lemos que a lei estava enferma por causa da carne. Sua enfermidade consistia em profunda fraqueza diante da natureza pecaminosa do homem, de modo que não conseguia levá-lo a uma vida de santidade. Resolver, pois, o problema do pecado foi-lhe impossível.

A razão da impotência da primeira aliança, afirma o apóstolo Paulo, é que a lei não pode dar vida ao homem (Gl 3:21). O máximo que pode fazer é transmitir informações quanto ao que é bom ou mal aos olhos de Deus. Mandamentos exteriores, em forma de ordenanças, não dão conta do pecado que subsiste no interior do homem. Ora, o homem não precisa de ordenanças do tipo não manuseies isto, não proves aquilo, não toques aquilooutro; pois que todas essas coisas não possuem valor algum contra a sensualidade (Cl 2:20-23). O que de fato o homem carece é do poder da vida indissolúvel – a vida divina – a qual não somente vence o pecado dentro dele, mas o faz melhor e o conforma à imagem do Filho primogênito de Deus (Jo 3:5; Rm 8:2 e 29).

Por esta razão, tendo em conta a impotência da lei, Deus enviou o Seu Filho em semelhança de carne pecaminosa e no tocante ao pecado; e, com efeito, condenou Deus, na carne, o pecado (Rm 8:3), como está escrito: *“Ora, neste caso, seria necessário que ele tivesse sofrido muitas vezes desde a fundação do mundo; agora, porém, ao se cumprirem os tempos, se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado”* (Hb 9:26).

## O PROPÓSITO DA PRIMEIRA ALIANÇA

A essa altura de nosso estudo, alguém poderá perguntar: qual, pois, o propósito de Deus ao promulgar uma aliança exclusiva, condicional, terrena, transitória, imperfeita e impotente? Se Deus sabia que não haveria de alcançar com ela o seu propósito eterno, por que, então a estabeleceu?

Há três razões principais reveladas na Bíblia pelas quais Deus ministrou, no Sinai, a primeira aliança: (1) para revelar ao homem a sua natureza e condição diante de Deus; (2) para preservar o homem, minimamente, até que viesse o redentor; e, (3) para ensinar o homem o caminho da salvação e da vontade eterna de Deus. Vejamos passo a passo cada uma dessas razões:

## **(1) Revelar ao homem a sua natureza e condição diante de Deus**

O homem foi criado por Deus para o Seu inteiro propósito. Todavia sabemos pelas Escrituras que o homem, depois que comeu do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, tornou-se pecador em natureza e obras, o que o tornou inadequado para o cumprimento da vontade de Deus. Algo devia ser feito para reabilitá-lo ao seu propósito original.

De acordo com o plano divino, a cura para o homem encontrava-se no próprio Senhor. Deus haveria de redimir o homem pelo Seu sangue e enviar o Seu Espírito para dentro dele, a fim de que, como a lei do Espírito de vida, pudesse livrá-lo do pecado e da morte (Rm 8:2).

Entretanto para que o homem receba tão grande salvação, torna-se necessário invocar o nome do SENHOR (Rm 10:13), o que certamente lhe exigirá profundo reconhecimento de sua condição, de sua incapacidade de salvar a si próprio e de sua necessidade de um redentor. Do contrário, jamais poderá o pecador clamar por um salvador,

se não se sentir miserável diante de sua condição, impotência e culpa diante de Deus.

Para cumprir, portanto, o papel de conduzir o homem a um reconhecimento de seus atos pecaminosos, tanto quanto de sua natureza e condição diante de Deus, a lei do Sinal foi adicionada e ministrada pela primeira aliança. Conforme nos revela o apóstolo Paulo, a lei tinha o papel de trazer o conhecimento do pecado (Rm 3:20), como também está escrito: “[...] *eu não teria conhecido o pecado, senão por intermédio da lei; pois não teria eu conhecido a cobiça, se a lei não dissesse: não cobiçarás*” (Rm 7:7).

De sorte que, quando a lei que é santa, justa e boa ilumina o pecador, e seus atos são julgados e considerados injustos aos olhos de Deus, o pecado se revela sobremaneira maligno (Rm 7:12-13), visto se opor frontalmente à justiça e à santidade de Deus. Começam-se, daí, as muitas tentativas do homem em agradar a Deus, movido pelo querer, impedido, todavia, pela incapacidade de fazê-lo (Rm 7:14-22).

Ah, homem miserável! Quem te iludiu chamando-te capaz, como se pudesses por ti mesmo agradar o Santo? Não sabes que os que estão na carne, isto é, os nascidos de carne e sangue, somente, não podem agradar a Deus? (Rm 8:8). Volte-se, pois, para a realidade, e entenda que a lei não foi dada na ilusão de que seria cumprida. Antes, ao ser estabelecida, recebeu como incumbência o ministério da condenação e da morte (2Co 3:7-9). Seu objetivo maior, portanto, era o de conduzir o homem a perceber-se miserável e réu.



Quando Deus propôs a Sua aliança no Sinai, aliança essa firmada na base da lei, os filhos de Israel responderam a uma só voz, dizendo: “*tudo o que o SENHOR falou faremos*” (Ex 19:8). Ora, a resposta dos filhos de Israel parece precipitada e destituída de razão. Seriam, porventura, capazes de obedecer a TUDO o que o Deus santo, justo e bom lhes exigisse? É certo que não. A sua resposta, como a de muitos nos dias de hoje, explodiu de um coração enganoso que desconhece a Deus e a si mesmo.

Se Israel possuísse conhecimento de si mesmo, e tivesse ao menos vaga compreensão da natureza de Deus, jamais falaria desse modo. O seu coração se derramaria diante do Altíssimo e Lhe pediria misericórdia. Mas não. Mesmo depois de ter recebido a Lei e presenciado o terrível cenário do Sinai – pois, “*de tal modo era o espetáculo que Moisés disse: Sinto-me aterrado e trêmulo*” (Hb 12:21) – manteve o mesmo discurso enganoso, dizendo: “*Tudo o que falou o SENHOR faremos e obedeceremos*” (Ex 24:7).

Eis a necessidade da lei do Sinai: revelar ao homem a natureza do Eterno e a sua incapacidade de obedecê-lo. Ao tentar cumpri-la, o homem descobriu-se incapaz, como bem demonstrou o apóstolo Paulo, ao referir-se ao homem sob o regime da lei, dizendo: “*Então, ao querer fazer o bem, encontro a lei de que o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei de Deus; mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros*” (Rm 7:21-23). Até que, então, depois de inúmeras frustrações, chegou o homem a mais prudente

conclusão: “*Miserável homem que sou! Quem me livrará do corpo desta morte?*” (Rm 7:24 – VRC).

Neste momento, portanto, é que a lei da antiga aliança cumpre efetivamente o seu papel, e o homem convencido de sua condição diante de Deus e da necessidade de um redentor, por causa de suas muitas transgressões, se volta para Aquele que o pode salvar. Assim, cumpre-se o texto que diz: “*Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça*” (Rm 5:20).

## **(2) Preservar o homem, minimamente, até que viesse o redentor**

A lei da aliança do Sinai tinha também por objetivo o preservar o homem, guardando-o até que a Salvação Se manifestasse. Nesse sentido, por mais que o homem não fosse capaz de cumpri-la cabalmente, ao menos seria restringido, e suas transgressões, minimizadas.

No capítulo três do livro de Gálatas, texto no qual o apóstolo Paulo trata do valor provisório da lei, encontramos o seguinte versículo: “*qual era, então, o propósito da Lei? Ora, a Lei foi acrescentada por causa das transgressões, até que viesse o descendente*” (Gl 3:19 – KJ).

Sabendo Deus que a condição do homem ia de mal a pior, e, tendo Ele separado para Si um povo, proveu-lhe a lei, a fim de conter os pecados, preservando os Seus vasos de misericórdia, até que o descendente prometido viesse. Este,

por ocasião de Sua primeira vinda, haveria de pisar a cabeça da serpente (Gn 3:15), tirar os pecados do mundo (Jo 1:29), e conceder aos Seus eleitos a graça e a verdade (Jo 1:16), a plenitude de Deus, com o intuito de torná-los vencedores, por intermédio da fé (1 Jo 5:4).

“*Mas*”, como está escrito, “*antes que viesse a fé, estávamos sob a tutela da lei e nela encerrados, para essa fé que, de futuro, haveria de revelar-se. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo [...]” (Gl 3:23). Este foi um dos grandes papéis da lei. Segundo J. Strongs, a palavra aio, paidagogo em grego, era o nome entre os gregos e os romanos “aplicados a escravos dignos de confiança que eram encarregados de supervisionar a vida e a moralidade dos meninos pertencentes à elite”<sup>11</sup>.*

De semelhante modo, a lei serviu-se a esse papel de aio – “*aquele que conduz pela mão*”<sup>12</sup>– aos eleitos de Deus, guardando-os até o tempo determinado. “*Mas, tendo vindo a fé*”, afirma o testemunho das Escrituras, “*já não permanecemos subordinados ao aio*” (Gl 3:25).

### **(3) Ensinar o homem o caminho da salvação e da vontade eterna de Deus**

Em Hebreus 9, o apóstolo adiciona ao conteúdo da primeira aliança os elementos cerimoniais e ritualísticos, dizendo: “*Ora, a primeira aliança TAMBÉM tinha preceitos de serviço sagrado e o seu santuário terrestre*” (v. 1).

<sup>11</sup> Léxico Grego – Strongs – nota 3807 (Gl 3:24)

<sup>12</sup> Léxico Grego – Strongs – nota 71 (Gl 3:24)

Quando Deus instituiu o santuário com todas as suas formas e cerimônias, o fez na intenção de ensinar o Seu povo o caminho da redenção e de Seu plano eterno.

Desde a primeira entrada do santuário que dava acesso ao átrio, passando pelo altar de holocausto, pela bacia de bronze, adentrando o santo lugar com os seus móveis – o candelabro, a mesa dos pães e o altar de incenso –, até entrar, por fim, no Santo dos santos, onde Se encontrava o próprio Iahweh, tudo apontava para o caminho da glória que conduz o homem a Deus e ao cumprimento de Seu propósito.

Enquanto a lei moral revelava os aspectos negativos da queda do homem, a cerimonial apresentava-lhe, em sombras e figuras, os aspectos positivos da graça de Deus. Se a lei tornava evidentes os pecados, trazendo consigo a condenação e a morte, os sacrifícios pelos pecados alimentavam a esperança, de que em algum tempo, o maior e mais perfeito sacrifício, Jesus, haveria de ser imolado, a fim de nos conceder de uma vez por todas eterna redenção (Hb 9:11-12).

O tabernáculo terrestre, portanto, ensinava o caminho do santuário celestial (Hb 9:8). O que em sombras se praticava cá em baixo, “*baseadas somente em comidas, e bebidas, e diversas abluções, impostas até ao tempo de reforma*” (Hb 9:10), profetizava a respeito de Cristo e de Sua obra no verdadeiro tabernáculo celestial.

Quantos puderam entender estas coisas? E, quantos, nos tempos de hoje, estão aptos, a não somente entender, mas a experimentar plenamente as realidades de Deus, em Cristo,

pelo Seu Espírito? Deixemo-nos, pois, levar para o que é perfeito, e jamais armemos nossa tenda nos domínios de uma aliança envelhecida, alheia aos gentios, cuja glória já não resplandece nesta era em que o Espírito Santo já nos foi dado.

## **A ANTIGA ALIANÇA E O ANTIGO TESTAMENTO: DOIS LADOS DE UMA SÓ MOEDA**

Os termos *aliança* e *testamento* são utilizados de modo intercambiáveis no grego bíblico. A prova evidente desse fato é a palavra grega utilizada para um e outro termo. Conforme Hebreus 9:15, texto em que aparece a palavra aliança, o vocábulo utilizado é *diatheke*, o mesmo aplicado para *testamento* no versículo seguinte.

A razão para esse fenômeno encontra-se no conceito de aliança e testamento, quando analisados em seus contextos. Aliança é um pacto firmado entre Deus e o Seu povo em conformidade com a Sua vontade, com vistas a um fim determinado. Testamento, por sua vez, é um documento selado com sangue, com a morte do testador, que materializa a aliança, e se torna garantia para os pactuantes. Testamento, portanto, é aliança selada com sangue e juramento (Hb 6:17; 9:16-18).

Quando Deus deseja realizar algo para o homem e com o homem, este, devido sua fraqueza, não confia absolutamente n'Ele, pois costuma medir a Deus tendo

a si próprio por paradigma. Por isso, Deus intervém com juramento, a fim de garantir ao homem a Sua palavra. De modo que, a palavra de Deus uma vez garantida mediante juramento, torna-se em aliança, e esta, uma vez selada com sangue, constitui em testamento.

Testamento, pois, é a vontade expressa de Deus para com o Seu povo, em forma judicial, selada com juramento e com sangue.

O antigo testamento, portanto, constitui o documento legal da vontade de Deus para com Israel, pactuado com Ele no Sinai, até o tempo determinado em que o Messias prometido haveria de vir (Gl 3:18-19). Tendo vindo, pois, o Cristo de Deus (Gl 4:4), o antigo testamento envelheceu quanto ao seu propósito (Hb 8:13), e uma nova aliança foi feita entre o Deus encarnado e o Seus eleitos (Mt 26:28).

Estes, como filhos da nova aliança, precisam atentar para dois grandes princípios, a fim de não caírem na malha do engano muito comum neste século: (1) não tomar para si as responsabilidades pactuadas com o povo de Israel, no Sinai; e, (2) não cultivar a esperança de bênçãos não prometidas a nós, os que não fazem parte da antiga aliança.

Cometer esses dois erros acarreta profundos prejuízos, haja vista ser a antiga aliança um pacto envelhecido e obsoleto, e, sobretudo, um compromisso firmado entre Deus e Israel, não entre Cristo e a Sua igreja.

# A Transição





## Capítulo 4

### **A Transição: da antiga para a nova aliança**

*“O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho”.*

Marcos 1:15

*“Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos”.*

Gálatas 4:4

Dentre os muitos mistérios que há no Universo, o TEMPO ocupa um lugar proeminente na galeria dos temas escatológicos. Muitos em toda a história não o tem compreendido: uns por não se despertarem ao interesse, outros por interpretá-lo a partir de paradigmas em que a

pessoa de Deus e Sua Palavra não constituem a fonte da verdade.

A Bíblia Sagrada nos revela que, havendo Deus estabelecido um plano, na eternidade passada, Se propôs a cumpri-lo, envolvendo-Se numa bela história com a Sua criação. Desde que começou tal projeto, uma estaca fora fincada na eternidade, demarcando o que a Bíblia chama de “O PRINCÍPIO” (Gn 1:1).

Criou, pois, Deus os céus e a Terra. Preparou todo o cenário onde protagonizaria, na pessoa do Filho, a grande obra de encarnação, morte, ressurreição, ascensão, exaltação e, por fim, a glorificação plena e eterna. Para tanto, todavia, inseriu na eternidade uma contagem cronológica, o que gerou os conceitos de duas eternidades: a passada e a futura, sendo, contudo, uma só, cortada ao meio pelo fator *tempo* (Sl 90:2 cp. Dn 2:20). Neste, tal qual uma ponte que une as duas eternidades, determinou Deus cumprir maior parte de Seus decretos.

Conhecer, portanto, os tempos e interpretá-los corretamente constituem dever de todos quantos almejam cruzar esta ponte e chegar à eternidade, com Deus, a fim de juntamente com Ele desfrutar da consumação do eterno plano de Seu coração.

Observe caro leitor, como que, sem ruptura alguma, saímos do conceito de tempo (no singular), para falarmos de tempos, no plural. Isto porque, de acordo com o projeto de Deus, o tempo está dividido em, no mínimo, três partes: a menoridade, a maturidade e a perfeição.

Se bem atentarmos para as expectativas escatológicas nos contextos bíblicos, verificaremos que aqueles que viveram antes de Cristo, olhavam para a promessa de Sua primeira vinda como o cumprimento do fim do tempo. De semelhante modo, os que vieram depois da encarnação, morte e ressurreição de nosso Senhor, têm os seus olhos voltados para a bendita esperança de Sua segunda vinda, tendo-a como a consumação de todos os tempos.

As duas vindas de Cristo, portanto, constituem duas grandes transições na linha do tempo: da menoridade para a maturidade e da maturidade para a perfeição. Os que viveram antes de Cristo aguardavam pela “*dispensação da plenitude do tempo*”, em que o Filho de Deus viria, a fim de “*resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos*” (Gl 4:4). Os que vivem na era da nova aliança, no tempo da maturidade, aguardam pela segunda vinda de Cristo, o qual introduzirá os santos vencedores na era da perfeição (1 Co 13:10 e 12; Ap 2:26-28), isto é, na “*dispensação da plenitude dos tempos*” (Ef 1:10), o reino milenar, quando a glória do Senhor encher toda a terra.

O homem, nesse processo, precisa acompanhar os passos de Deus, e experimentar, ao máximo, tudo o que o Senhor está realizando no Seu tempo.

## **DA MENORIDADE À MATURIDADE**

Conforme Gálatas 4, a dispensação da lei, antes de Cristo, consistia num tempo de menoridade (v. 1-3). Nesta

porção, o apóstolo usa a metáfora de um filho menor de idade, o qual, embora sendo filho, em nada se difere de um escravo; posto que, sendo herdeiro, não possui, entretanto, nem a vida madura nem a idade legal para usufruir de todas as riquezas do pai. Assim também, afirma o apóstolo Paulo, eram considerados os que viveram antes de Cristo, no tempo da antiga aliança.

Estes, embora herdeiros de tantas promessas indicadas pelas sombras, figuras e profecias contidas na Lei e nos Profetas, não podiam experimentá-las em realidade. Como filhos menores, viviam sob a tutela da lei, guiados pelo aio das ordenanças, aguardando, porém, o amadurecimento do tempo, em que o Filho de Deus haveria de manifestar-Se, trazendo consigo o dom da filiação, a fim de levá-los à maturidade. Enquanto esse tempo não chegava, contentavam-se com as coisas físicas e materiais, meras representações antropomórficas do ser de Deus e de Sua obra, pois o tempo da fé ainda não havia chegado (Gl 3:23).

## DO CÉU PARA A TERRA

Diz-nos a revelação divina que o Filho, tendo plenamente a natureza de Deus (Fp 2:6 KJ), tomado por profundo sentimento de submissão e obediência ao Pai, disse-Lhe: *“Sacrifícios e ofertas não quisestes [...] Eis aqui estou para fazer, ó Deus, a tua vontade. Remove o primeiro para estabelecer o segundo”* (Hb 10:8-10). O Pai, então, tendo-Lhe preparado um corpo, O enviou ao mundo, cheio de graça e de verdade (Jo 1:14).

Na plenitude do tempo, o Pai da eternidade deixou os céus e entrou no tempo para ser um menino envolto em faixas, e o Deus forte deixou Seu trono para ser uma criança deitada numa manjedoura, em Belém da Judéia (Is 9:6; Lc 2:12).

O evento histórico da encarnação do Eterno, da manifestação em carne d'Aquele que habita em luz inacessível, marcou o começo da transição de era, da antiga para a nova aliança, a qual veio a se consumir quando, na cruz do Calvário, bradou o Senhor, dizendo: *Pai! Está tudo consumado*. Entre, pois, o nascimento e a morte de Jesus passaram-se trinta e três anos, aproximadamente, período no qual a Palavra encarnada esteve a interpretar e a dar sentido pleno a tudo o que outrora a Seu respeito fora predito e anunciado na Lei, nos Profetas e nos Salmos.

Quatro mil anos depois que a promessa do descendente da mulher fora proferida no Éden, apareceu nas regiões da Galiléia um homem chamado o Cristo, dizendo: *“O TEMPO ESTÁ CUMPRIDO, e o reino de Deus está próximo; arrependei-vos e crede no evangelho”* (Mc 1:15). Ora, vede. A mensagem de Cristo traz em seu cabeçalho a notícia solene de que o tempo escatológico – a plenitude do tempo –, em que Deus visitaria o Seu povo, era chegado.

Quando, pois, a plenitude de Deus, em Cristo, manifestou-se no mundo, e a Sua glória foi vista pelos homens na terra, o brilho da nova aliança começou a ofuscar a luz do antigo testamento, pois o tempo e a chegada do reino de Deus, das realidades do Espírito, eram chegadas. A dispensação da nova aliança, do reino dos céus, lançava os seus primeiros raios de luz, na Galiléia, terra dos gentios.

Com a pregação de Cristo, os homens eram convidados a atravessar, pelo exercício da fé, para a era da maturidade. Tal passagem, todavia, somente é possível por meio do arrependimento de tudo o que não é Deus, e o crer, de modo absoluto, n'Aquele que é o Deus manifestado em carne, a saber, o Emanuel, que traduzido quer dizer: Deus conosco.

## ENTRAR E SAIR PELA PORTA

Ao falar por meio de parábolas (Mt 13:35), sinais (Jo 2:11) e palavras explícitas (Mt 9:35), Jesus procurava conduzir o olhar de Suas ovelhas para fora do aprisco, a fim de levarem-nas a experimentar a liberdade e a abundância de vida (Jo 10:3 e 10). *Um dia*, as ovelhas do Senhor haviam entrado no aprisco pela porta. Agora, com a chegada do Bom Pastor, deveriam, pela mesma porta, sair do aprisco (Jo 10:9), como bem nos afirmou Jesus em João 10: “*Para este o porteiro abre, as ovelhas ouvem a sua voz, ele chama pelo nome as suas próprias ovelhas e AS CONDUZ PARA FORA [...] Eu sou a porta. Se alguém ENTRAR por mim, será salvo; entrará, E SAIRÁ, e achará pastagens*” (v. 9).

Note o leitor que a Porta, que é Cristo (Jo 10:9), serve tanto para entrar quanto para sair. No tempo da menoridade, muitos entraram no aprisco do regime da lei, onde foram guardados até o tempo determinado da maturidade. Para ali entraram, não porque gostavam do espaço restrito e da comida escassa do cativeiro; mas por causa do Cristo prometido. Pois, uma vez que o Messias era prefigurado e anunciado pelas sombras e figuras do antigo sistema levítico, muitos,

movidos por tal visão, *entraram pela porta* no aprisco, na esperança de tê-IO, algum dia, em realidade.

Tendo, porém, passado o tempo da menoridade, todas as ovelhas de Cristo são chamadas a sair do aprisco, pela mesma porta em que um dia entraram. Ora, se no regime da primeira aliança do Sinai, as ovelhas do SENHOR entraram no aprisco pela porta, isto é, por causa do Cristo prefigurado na Lei, hoje, movidas pela mesma fé no Cristo que veio, devem sair pela mesma porta, a fim de encontrarem, n'Ele, a liberdade dos pastos verdejantes, na nova aliança. A mesma fé exercitada no Messias que havia de vir é a confiança para se receber Aquele que veio. Pois, do modo como se exigia fé no Cristo prometido para se praticar a lei e viver por ela, assim também agora; para sair do aprisco da lei, abandonar as sombras e figuras e apropriar-se da plenitude da realidade de Deus, em Cristo, é requerida semelhante fé: fé para crer que a lei anunciava o Messias vindouro e fé para crer que o Cristo que veio é o cumprimento literal de tudo o que a lei anunciara. Fé para entrar no aprisco; fé para sair dele. Como está escrito: “*entrará, e sairá e achará pastagens*” (Jo 10:9).

Todo o ministério de Cristo na terra consistia em chamar as Suas ovelhas a seguirem-nO para fora do aprisco da Lei, pelo caminho da cruz que nos leva à nova aliança de Deus com os homens.

## PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Todavia muitos trazem “na manga”<sup>13</sup> o seguinte argumento: “*Durante os três anos e meio de ministério de Cristo na terra, Ele jamais se opôs à prática da lei; antes, pelo contrário; em muitos casos até ordenou o procedimento comum próprio da dispensação do antigo concerto*” (Mt 23:23; Lc 5:14; 17:14).

Em certo sentido isso é verdadeiro. Entretanto o que não podem perceber é o fato de que o período do ministério de Cristo na terra, antes de Sua morte, não compreendia a nova aliança. Consistia num período de transição do antigo para o novo pacto. Uma vez que o Senhor Jesus veio cumprir a lei, enquanto não se cumprisse cabalmente, n’Ele, cada til ou jota, não podia colocá-los em desuso. Os elementos da lei tornaram-se inadequados para a era da nova aliança, na medida em que encontraram a sua concretização na pessoa e obra de Cristo.

Jesus não veio ab-rogar a lei ou os profetas, veio cumpri-los. Conforme ventilado anteriormente, no capítulo primeiro deste livro, o verbo *cumprir*, do grego *pleroo*, significar *atingir a plenitude*. Tudo o que a lei prefigurava e os profetas anunciavam, em sombras e profecias, atingiram a perfeição e realidade na pessoa e obra do Filho de Deus.

Sempre que uma profecia ou figura da Lei encontrava-se com a sua realidade, o evangelho anunciava:

<sup>13</sup> Expressão utilizada para fazer referência simbólica ao tipo de argumento ilícito, por não estar comprometido com o todo da revelação da Escritura Sagrada. Embora pareça correto, pois muitos não conseguem ver de onde tal carta é tirada, não corresponde ao pensamento de Deus a respeito de Sua verdade eterna.



*e isto aconteceu para que se CUMPRISSEM as Escrituras.* E, à medida que o simbólico recuava para dar lugar ao real concreto do que preanunciava, a luz da antiga aliança ia se apagando, enfraquecendo-se, até o ponto em que obscureceu-se plenamente vindo a desaparecer.

Este momento se deu quando o Senhor Jesus, indo à cruz e experimentando a morte pelo homem, ao receber sobre Si toda a maldição da lei que cabia aos pecadores (Gl 3:13), exclamou, dizendo: “*Está consumado!*” (Jo 19:30).

Antes deste brado, todavia, percorria Jesus cidades e aldeias, chamado as Suas ovelhas para que, reunidas no monte Calvário, pudessem, numa assembleia universal, presenciar a proclamação da eterna e nova aliança, em Cristo Jesus, nosso Senhor.

Foi nesse mesmo período de transição, que Jesus ensinou a Seus discípulos, simbolicamente, a respeito da nova aliança a ser promulgada no Calvário. Estando à mesa com o fim de comerem a última páscoa, momentos antes de Cristo ser levado ao Seu sacrifício, tomando Jesus um cálice, disse a Seus discípulos: “[...] *Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, O SANGUE DA NOVA ALIANÇA, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados*” (Mt 26:27-28).

O sangue de Cristo, ali representado pelo fruto da videira (Mt 26:29), somente seria efetivamente derramado quando por ocasião de Sua crucificação. Entretanto, no fim do período de transição, ensinou Jesus aos Seus discípulos o significado de Sua morte. De modo que, quando os discípulos

de Cristo O vissem pendurado na cruz do Calvário, e o Seu sangue jorrando para fora do Seu corpo, deveriam se lembrar do que Ele lhes havia dito: “*Isto é o meu sangue, O SANGUE DA NOVA ALIANÇA, derramado em favor de muitos [...]*”. Aleluia!

Depois de lhes ter ensinado a aliança que estava para ser estabelecida, sabendo Jesus que o traidor se aproximava, e que Sua morte era iminente, voltando-Se para os Seus discípulos, no jardim do Getsêmani, disse-lhes: Levantai-vos, vamos! (Mt 26:46).

As palavras de Cristo, nesse texto, não expressam fraqueza de quem deseja fugir dos soldados que O vinham prender. Pois no versículo anterior Jesus havia dito: “[...] *Eis que é chegada a hora, e o Filho do homem está sendo entregue nas mãos de pecadores*”. Em seguida disse-lhes: “*Levantai-vos, vamos!*”

Tais palavras são uma convocação para irem ao monte chamado Caveira, onde uma nova aliança seria ali outorgada. É um chamamento não somente aos primeiros discípulos de Cristo, mas a todos quantos desejam conhecê-LO na glória da segunda aliança do Calvário. Observe bem nas palavras de Cristo: o *levantar-se* exige uma disposição, e o *ir* juntamente com Cristo requer uma decisão.

Estás, tu, indeciso leitor, disposto e decidido a continuar neste percurso que nos leva à compreensão da nova aliança? Se não estás, tens a oportunidade de fechar este livro, e te contentares em teres chegado até a transição,

assim como Moisés. Este, tendo percorrido todo o deserto por quarenta anos, chegou somente à Transjordânia. Não adentrou as riquezas da boa terra de Canaã, ficando do lado de lá do Jordão. Não é sem razão que ele é o símbolo maior da Lei e o mediador da primeira, antiga e obsoleta aliança. Mas, se tens a disposição e a decisão de prosseguir, assim como Josué que cruzou o Jordão e herdou as riquezas da terra prometida, tornando-se um tipo de Cristo, o qual conquistou para nós o mesmo direito, então, levante-se. Vamos!

Capítulo 4: Transição de Era: da antiga para a nova aliança ---Y



## SEGUNDA PARTE

### **Capítulo 5**

A Nova Aliança: conteúdo, natureza e propósito

### **Capítulo 6**

As Bênçãos e Eficácia da Nova e Eterna Aliança

### **Capítulo 7**

Para o Cumprimento do Seu Propósito



## Capítulo 5

# **A Nova Aliança: conteúdo, natureza e propósito**

*“E o véu do santuário rasgou-se em duas partes, de alto a baixo”*

Marcos 15:38

No cimo do monte Calvário, *“Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo [...]”* (2 Co 5:19). Não como no dia em que desceu no monte Sinai para promulgar a primeira aliança com os filhos de Israel. Pois o evento que ali ocorreu foi a proclamação do juízo contra o homem pecador, como o próprio Moisés testificou, dizendo: *“sinto-me aterrado e trêmulo”* (Hb 12:21). No Gólgota, entretanto, Deus estava em Cristo, *“não imputando aos homens as suas transgressões”, mas concedendo-lhes a palavra da reconciliação*” (2 Co 5:19).

O espetáculo ocorrido neste monte, por ocasião da morte de Jesus, foi maravilhoso. Pois ali se encontraram Deus e os pecadores, e a justiça e a paz se beijaram (Sl 85:10). O que não foi possível na primeira aliança – pois fora determinado que colocassem limites ao redor do monte, de sorte que até um animal se o tocasse, seria apedrejado (Hb 12:20) –, sim, o que fora impossível na primeira aliança tornou-se uma realidade na instauração do novo concerto entre Deus e os homens: a reunião de Deus com os pecadores no alto do monte chamado Caveira. É verdade que o juízo divino se derramava naquele momento; todavia recaía sobre o Filho de Deus, enquanto os transgressores encontravam salvação à sombra de Sua cruz.

Promulgava-se, naqueles instantes de agonia de Cristo, a nova aliança. Deus pactuava com o Seu povo, tendo por condição a obediência e o sacrifício de Seu próprio Filho.

Mediante a morte de Jesus, o qual assinou a nova aliança com o Seu próprio sangue, a inimizade e a separação que havia entre Deus e os homens, simbolizadas pelo véu que separava o lugar Santo do *Santíssimo*<sup>14</sup>, foram removidas. Porque Cristo realizou o sacrifício em nosso lugar, sofrendo

14 Lugar Santo/ Lugar Santíssimo: Expressões que fazem referência aos dois compartimentos interiores do tabernáculo de Moisés ou do templo de Salomão. O povo comum, de acordo com o sistema levítico, somente poderia adentrar o Pátio, lugar onde o sacrifício era oferecido. Aos cômodos interiores, somente os sacerdotes e sumos sacerdotes tinham acesso. Estes podiam adentrar aos Lugares Santo e Santíssimo; aqueles, somente ao Santo Lugar. O Pátio, o Santo Lugar e o Santíssimo consistiam numa espécie de caminho a Deus, em que o homem, para se achegar à Sua presença precisava cruzá-lo. Entretanto havia o véu que separava o Lugar Santo do Lugar Santíssimo, o qual funcionava como uma parede de separação entre Deus e os homens. Se um homem comum ou mesmo o sumo sacerdote, desprovido de verdadeiro arrependimento e do sangue do sacrifício, ali adentrasse, morreria inevitavelmente à presença do SENHOR. Os homens não estavam qualificados para entrar e permanecer diante do Eterno, que habitava no Santíssimo Lugar, por causa dos seus pecados que causavam separação entre eles e Deus.



todas as maldições da lei que cabiam a nós, um novo caminho nos foi aberto, pelo qual podemos nos aproximar do Pai e permanecer na Sua presença (Hb 10:19-20). Como está escrito: “*dando um grande brado, expirou. E o véu do santuário rasgou-se em duas partes, de alto a baixo*” (Mc 15:37-38). Aleluia! A nova aliança rasgou o véu da separação que havia entre Deus e o homem.

O homem já pode voltar ao seu lar, porque um novo e vivo caminho foi aberto, pelo sangue precioso de Cristo Jesus (Hb 10:19). E as bênçãos da nova aliança – o novilhão, as vestes, as sandálias e o anel <sup>15</sup> – o esperam, a fim de que, juntamente com todos os filhos de Deus, desfrutem do amor do Pai em Sua casa, hoje, no reino milenar e por toda a eternidade.

## UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Para muitos, a mensagem bíblica da antiga e nova aliança parece contraditória. Argumentos meramente humanos são levantados contra essa doutrina, simplesmente porque não podem compreender o que a própria Escritura tem a falar sobre o assunto.

Por esta razão, numa obra em que se trata das duas alianças de Deus não poderia faltar a explanação, mesmo que palidamente, das considerações paulinas a respeito desta questão, encontradas no texto de Gálatas 3:15-19. Leiamos:

15

A redenção, a justiça, a filiação e o reino, respectivamente.

“Irmãos, falo como homem. Ainda que uma aliança seja meramente humana, uma vez ratificada, ninguém a revoga ou lhe acrescenta alguma coisa. Ora, as promessas foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo. E digo isto: uma aliança já anteriormente confirmada por Deus, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a pode ab-rogar, de forma que venha a desfazer a promessa. Porque, se a herança provém de lei, já não decorre de promessa; mas foi pela promessa que Deus a concedeu gratuitamente a Abraão. Qual, pois, a razão de ser da lei? Foi adicionada por causa das transgressões, até que viesse o descendente a quem se fez a promessa”.

## **Imutabilidade: princípio constituinte de alianças, humanas e divinas**

No estudo do texto em questão, o primeiro item ressaltado pelo apóstolo é o princípio fundamental característico de todas as alianças, sejam elas humanas ou divinas. Assim ele declara: “*Ainda que uma aliança seja meramente humana, UMA VEZ RATIFICADA, NINGUÉM A REVOGA OU LHE ACRESCENTA ALGUMA COISA*” (v. 15).

Paulo, nesse texto, refere-se ao princípio da imutabilidade. Uma vez que uma aliança é confirmada e autenticada, nada mais pode ser feito para mudá-la. Qualquer tentativa de supostas correções constitui em adulteração. Assim, uma aliança, uma vez quebrada, perde o status de aliança, podendo ser chamada tão somente de uma aliança

Esse princípio torna-se o pressuposto argumentativo de Paulo, mediante o qual o apóstolo dá fundamentação à sua visão das alianças.

## **Uma aliança já anteriormente confirmada**

Os versículos 16 e 17 do nosso texto alvo nos chamam a atenção para algo não raramente ignorado: o fato de já existir uma aliança de Deus com Abraão, quatrocentos e trinta anos ANTES DA ALIANÇA DO SINAI.

Quando Deus pactuou com Abraão, prometeu abençoá-lo, dando-lhe um descendente, a fim de constituí-lo uma grande nação sobre toda a terra. E, por intermédio desse descendente, todas as famílias da terra seriam abençoadas (Gn 12:1-3).

Note caro leitor que, segundo se observa na Escritura, tal aliança foi feita com base na promessa de Deus, a qual Ele a cumpriria, GRATUITAMENTE, a favor de Abraão (Gl 3:18). Nenhuma condição fora exigida, como requisito para o cumprimento da promessa. Não havia entre Deus e Abraão mediador algum, visto que a aliança não dependia de dois (de Deus e de Abraão), mas tão somente d'Aquele que prometeu (Gl 3:20).

## A aliança do Sinai veio quatrocentos e trinta anos depois...

Quatrocentos e trinta anos depois que Deus havia feito a aliança da graça com Abraão, veio a aliança do Sinai. Os filhos do patriarca, tendo saído do Egito, foram levados ao Monte, onde Deus lhes propôs outra aliança<sup>16</sup>, dizendo: “*Se, diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então sereis...*” (Ex 19:5).

Ora, vede. Não havia o Senhor Deus feito uma aliança de graça com Abraão e a sua descendência? Como, pois, após quatrocentos e trinta anos, propõe-Se a fazer outra aliança com os seus descendentes, aliança essa que, diferentemente da “primeira” (abraâmica), é baseada em obras humanas? Afinal: a herança prometida a Abraão e à sua descendência é adquirida mediante a promessa da graça ou pelas obras humanas? O que aconteceu com o SENHOR Deus: contradição ou arrependimento?

Nem uma coisa nem outra, querido leitor. O Senhor nosso Deus não é homem para mentir nem filho do homem para se arrepender (Nm 23:19). A aparente confusão reside nos olhos e nas mentes dos homens destituídos de revelação divina. As muitas facções no seio do povo de Deus nada mais são do que o reflexo de visões meramente humanas e polarizadas, a respeito de Deus e de Sua obra. Na Bíblia Sagrada, no entanto, não há contradição alguma, nem admite ela prismas de interpretações contraditórias.

O apóstolo Paulo nos desvenda a aparente contradição, reinterpretando o texto que fala da aliança de Deus com Abraão, dizendo: “*Ora, as promessas de Deus foram feitas a Abraão e ao seu descendente. Não diz: E aos descendentes, como se falando de muitos, porém como de um só: E ao teu descendente, que é Cristo*” (Gl 3:16).

Conforme afirma a Escritura neotestamentária, a aliança da graça feita com Abraão, não incluía a totalidade de seus descendentes. Antes, falava-se profeticamente de um descendente espiritual, a saber, Jesus Cristo, o Isaque Maior, e não de descendentes, na forma plural. Dele, isto é, de Cristo, uma grande nação celestial seria gerada. Não uma nação de judeus somente; mas uma família universal, de natureza celestial, formada de todas as famílias da terra.

A aliança do Sinai, portanto, em nada contradiz a aliança anteriormente firmada com Abraão. Antes, contribui para o seu pleno cumprimento, viabilizando a chegada do verdadeiro descendente (Jesus), conforme se encontra amplamente explicado no capítulo três deste livro.

## **Uma aliança anteriormente confirmada não pode ser ab-rogada**

Baseado no princípio de que uma aliança não pode ser adulterada, o apóstolo Paulo, se assegurando disso, chega a uma de suas conclusões mais bem elaboradas: “[...] *uma aliança já anteriormente confirmada, A LEI, QUE VEIO QUATROCENTOS E TRINTA ANOS DEPOIS, NÃO*”

*A PODE AB-ROGAR, de forma que venha a desfazer a promessa” (Gl 3:17).*

Ora, nada mais do que justo. Se a aliança da graça, feita com Abraão, fora confirmada por Deus quatrocentos e trinta anos antes da aliança do Sinai (lei), é certo que esta não pode desfazer aquela. *“Porque, se a herança provém de lei, já não decorre de promessa; mas foi pela promessa que Deus a concedeu gratuitamente a Abraão” (Gl 3:18).*

De sorte que a aliança da graça feita com Abraão prevalece sobre a aliança da lei feita com Israel, no monte Sinai.

Mas alguém dirá: *“Qual era, então, o propósito da lei?” (Gl 3:19 - KJ). “Se Deus sabia que a Sua vontade consistia em abençoar (salvar) as famílias da terra mediante a Sua graça, não segundo as obras humanas, por que, então, ministrou a aliança da lei no monte Sinai?”*

*“Foi adicionada”, diz a Palavra de Deus, “por causa das transgressões, ATÉ QUE VIESSE O DESCENDENTE A QUEM SE FEZ A PROMESSA” (v. 19).*

A aliança do Sinai possuía um caráter interino<sup>17</sup>, tendo um começo e um fim no tempo, como foi dito: *“[...] foi adicionada [...] até que viesse o descendente”*. De maneira que a sua vigência limitava-se do Sinai (Ex 19) ao descendente, que é Cristo (Gl 4:4-5).

Todavia o leitor atento perguntará: *“São agora três alianças: a de Abraão, a do Sinai e ado Calvário? Não, é*

certo que não. A aliança abraâmica é a mesma do Calvário – a nova aliança da graça –, inaugurada em realidade na pessoa do verdadeiro descendente de Abraão. Lembre-se: *“as promessas foram feitas e Abraão e ao seu descendente [...] que é Cristo”* (Gl 3:16).

Sendo assim, entendemos que o SENHOR fez um pacto com o Seu servo Abraão, cujo descendente natural (Isaque) consistia em mera representação profética do verdadeiro descendente, que é Cristo. De sorte que, entre o natural e o espiritual, isto é, entre o Isaque segundo a carne e o Isaque Maior, Deus adicionou (inseriu) a aliança do Sinai, com vistas a conter as transgressões, preservando e preparando o Seu povo, ATÉ QUE VIESSE O DESCENDENTE, a quem se fez a promessa. *“Vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos. De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo [...]. Mas tendo vindo a fé, já não permanecemos subordinados ao aio”* – a lei (Gl 4:4-5; 3:24-25).

## O CONTEÚDO DA NOVA ALIANÇA

De acordo com as Escrituras, o conteúdo da nova aliança do Calvário consiste em três aspectos da verdade neotestamentária: (1) Cristo e Sua obra; (2) O Espírito Santo e Sua obra; e, (3) a Igreja, o corpo de Cristo, como o resultado substancial das obras de Cristo e do Espírito. Esses três compreendem o período do *reino dos céus*, o qual vai desde Cristo, o protótipo, até o final do reino milenar.

O pressuposto que nos leva a tal conclusão encontra-se nas palavras explícitas, tanto de Jeremias quanto do escritor aos Hebreus, os quais declaram, dizendo: *“Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o seu coração as inscreverei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior. Pois, para com as suas iniquidades, usarei de misericórdia e dos seus pecados jamais me lembrarei”* (Hb 8:10-12).

Nesse texto que declara o conteúdo da nova aliança temos o perdão eterno de pecados provenientes de Cristo e de Sua obra plena; as leis de Deus impressas e inscritas nos corações mediante a pessoa e obra do Espírito Santo; e a constituição de uma nação santa, a qual é o povo eleito do Senhor, a igreja, que se relaciona com Ele mediante o Seu conhecimento. Acompanhe-nos, pois, no desdobramento desses três itens constituintes da nova aliança.

## **CRISTO E SUA OBRA: MORTE, RESSURREIÇÃO, ASCENSÃO E ENTRONIZAÇÃO**

Ao falarmos do conteúdo da nova aliança, devemos começar pela pessoa e obra de Jesus Cristo, o Deus-homem, o qual, não somente a promulgou com o Seu próprio sacrifício, como também Se tornou, Ele próprio, a base na qual a aliança



**A morte de Jesus Cristo**, conforme ventilada nas páginas anteriores, assinou a nova aliança no monte Calvário e se tornou a base legal do relacionamento entre Deus e os homens. Em Hebreus 9, encontramos o requisito crucial para a promulgação e validação da aliança, o qual pode ser dito de duas formas: o derramamento de sangue para o selar do pacto, e a morte do testador, a qual confere força de lei a tudo o que foi pactuado, de acordo com os requisitos da aliança. O sangue sela a aliança. A morte, por sua vez, torna-se a base legal, para que aqueles que fazem parte do testamento possam tomar posse dos legados expressos na aliança. Esta é a declaração paulina a esse respeito: *“porque, onde há testamento, é necessário que intervenha a morte do testador; pois um testamento só é confirmado no caso de mortos; visto que de maneira nenhuma tem força de lei enquanto vive o testador. Pelo que nem a primeira aliança foi sancionada sem sangue”* (vs. 16-18).

No Calvário, quando Jesus sofria todas as agruras e morte de cruz, o Seu sangue derramado assinava o pacto que o Pai, naquele momento, firmava com os Seus eleitos (Mt 26:28). Esse pacto, a nova aliança, como claramente afirma o testamento, diz respeito à *remissão de pecados* e à *garantia da herança eterna* para aqueles que, independentemente de suas obras, são chamados por Deus e santificados pela fé em Jesus. Este é o claro ensinamento das Escrituras, conforme se lê: *“Por isso mesmo, ele é o mediador da nova aliança, a fim de que, intervindo a morte PARA A REMISSÃO DAS TRANSGRESSÕES que havia sob a primeira aliança, RECEBAM a promessa da ETERNA HERANÇA aqueles que têm sido chamados”*. E, *“Para lhes abrires os olhos e os*

*converteres das trevas para a luz e da potestade de Satanás para Deus, a fim de que RECEBAM eles REMISSÃO DE PECADOS e HERANÇA entre os que são santificados “pela fé em mim” (Hb 9:15; At 26:18).*

A remissão de pecados resolve os problemas das transgressões, da culpa e da penalidade, as quais atraíam as maldições da lei, segundo o pacto da antiga aliança. Cristo, como o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, sofreu uma morte substitutiva, em nosso lugar. Esse é o mistério da SUBSTITUIÇÃO, tão enfatizado pelo profeta Isaías: “*Certamente, ele tomou sobre si AS NOSSAS ENFERMIDADES e as NOSSAS DORES levou sobre si [...] Ele foi traspassado PELAS NOSSAS TRANSGRESSÕES e moído PELAS NOSSAS INIQUIDADES; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados*” (53:4-5).

A nova aliança, portanto, oferece perdão de pecados GRATUITAMENTE aos transgressores. Diferentemente da primeira aliança do Sinai, ao invés de Deus lançar sobre o homem o salário do seu pecado, oferece, na base do sacrifício substitutivo de Cristo, remissão de todas as suas transgressões. Deus, nesse sentido, remove os pecados e os lança no mar do esquecimento, como está escrito: “[...] *para com as suas iniquidades usarei de misericórdia e dos seus pecados jamais me lembrarei*” (Hb 8:12).

O arrependimento, nesse particular, constitui requisito fundamental, para que o perdão de pecados seja liberado e aplicado efetivamente no coração do pecador. Por essa razão,

conforme nos afirma o apóstolo Pedro, o mesmo Cristo que oferece o perdão de pecados como um dos primeiros benefícios da nova aliança concede, semelhantemente, o arrependimento (At 5:31). É o próprio Cristo, o Senhor da Nova Aliança, que nos concede tanto o perdão de pecados quanto a capacidade de arrepende-nos dos mesmos, a fim de lançarmos mão da graça de termos os nossos muitos pecados cancelados (At 3:19).

O perdão de pecados que o Senhor na nova aliança nos oferece é, portanto, um perdão eterno. Afirmar isso é o mesmo que dizer que os pecados perdoados por Cristo são todos os pecados: os do passado, os do presente e os do futuro, eternamente. Uma vez que o sacrifício de Jesus é um sacrifício eterno, todos os benefícios obtidos por ele são, semelhantemente, eternos, como está escrito: “*não por meio de sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue, entrou no Santo dos Santos, UMA VEZ POR TODAS, tendo obtido ETERNA REDENÇÃO*” (Hb 9:12).

Cada um dos crentes em Jesus Cristo deve tão somente crer no sacrifício eterno do Filho de Deus e fazer uso do perdão já adquirido eternamente, sempre que *ferir*, em atos ou palavras, a santidade ou a justiça de Cristo. A maneira de tomarmos posse desta benção eterna é confessando os nossos pecados ao Pai, tendo ciência de possuímos tal sumo sacerdote, Jesus, que Se compadece de nossas fraquezas, e de que, sendo Ele fiel e justo, nos perdoa de toda iniquidade (Hb 4:15; 1 Jo 1:9).

Com a morte de Cristo, o testador do novo testamento, a vontade do Pai, conforme expressa na nova aliança, foi- **115**

nos legada na forma de Escritura. O novo testamento, por assim dizer, consiste em o documento legal, que garante o acesso às riquezas da herança do Pai, a todos os herdeiros da promessa. Para que os herdeiros possam experimentar as bênçãos do testamento, a começar pelo arrependimento, perdão e cancelamento de pecados, a fé lhes é dada como benefício inicial. É, pois, esta fé, como dom de Deus, que abre as portas de acesso a toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo (Ef 1:3), o que nos levará até o estágio final em que seremos plenamente conformados à imagem do Filho Primogênito de Deus (Rm 8:29).

Deus nos trata conforme a Sua aliança para conosco. Esta é a garantia que temos de que receberemos a herança eterna. Pois, noutro tempo, tempo em que vigorava a antiga aliança, somente era possível herdar as bênçãos temporais do primeiro concerto, os que, contra a *própria natureza*, conseguissem cumprir os seus mandamentos e atender às suas exigências. Isso, todavia, não lhes foi possível—cf. At 15:10-11.

A nova aliança, todavia, firma-se em princípio contrário. O Filho de Deus tornou-Se, mediante de Sua morte, a base judicial, mediante a qual Deus Se relaciona conosco. Jesus “foi entregue por causa das nossas transgressões” (Rm 4:25). A obediência em vida e o sacrifício na morte de Jesus são as condições da nova aliança, por meio das quais o Deus Eterno nos concede fé, arrependimento, perdão, cancelamento de pecados e, por fim, a herança eterna.

Ora, a herança não é outra coisa senão a Vida Eterna que o Deus que não pode mentir prometeu, antes dos tempos

capacidade de subsistir por toda a eternidade; mas, como nos revela claramente a Escritura, a Vida Eterna que é o próprio Deus, Espírito, que nos foi dado primeiramente como penhor (Ef 1:14) e primícias (Rm 8:23), e que, finalmente, Se dará, graciosamente a nós, em Sua plenitude e na plenitude do nosso ser (1 Jo 5:13 e 20).

Não é sem razão, que Paulo orava ao Pai da glória, para que a igreja tivesse os olhos do coração iluminados, a fim de que soubesse qual a riqueza da glória da sua herança nos santos (Ef 1:18). Pois, somente compreendendo, pelo Espírito, que *Cristo em nós é a esperança da glória* (Cl 1:27), é que seremos guardados de desejar qualquer outra coisa, cujo intento seja substituí-LO.

**A ressurreição de Cristo** apresenta, dentre outros, dois aspectos extremamente importantes: a *aceitação e satisfação do Pai* quanto à morte do Seu Filho, e a justificação para nós, os que n'Ele cremos.

O Pai ficou satisfeito com a morte do Seu Filho. Como homem, depois de ter vivido nesta terra por trinta e três anos e morrido para a nossa redenção, o Senhor Jesus foi ressuscitado dentre os mortos, tornando-Se as primícias para Deus (1 Co 15:20). Essa é a grande verdade do evangelho e a prova de que o Pai aceitou o sacrifício do Seu Filho.

Ora, poderia ocorrer o caso de o sacrifício de Jesus não ser aceito pelo Pai? (Falo como homem). Sim, é claro. Por isso foi que satanás trabalhou intensamente, tentando-O em todas as coisas, com o fim de desqualificá-LO a ser o **117**

sacrifício perfeito. Entretanto em todo o Seu viver o Senhor não conheceu pecado, e nada do maligno foi encontrado n'Ele (Jo 14:30).

Por isso, o Filho de Deus não somente ressuscitou, mas também ascendeu aos céus e foi recebido pelo Pai, a fim de Se assentar à Sua direita. O fato de Jesus ter enviado o Espírito Santo, no dia de Pentecostes, é prova de que o Senhor verdadeiramente entrou na presença do Pai e foi recebido por Ele (Jo 16:7-8), como também está escrito: *“Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo, derramou isto que vedes e ouvis”* (At 2:22).

Assim, tal qual o molho das primícias devia ser movido diante de Deus, no santuário, de acordo com a sombra da realidade no antigo testamento, de semelhante modo foi o Filho de Deus colhido dentre os mortos e apresentado ao Pai, nos céus, em ressurreição, tornando-Se a Sua eterna satisfação (cp. Lv 23:9-14).

Por outro lado, a Bíblia nos afirma que Jesus ressuscitou por causa da nossa justificação (Rm 4:25). Ele é o varão aprovado por Deus diante dos homens, na terra, e dos anjos, nos céus (At 2:22; 1 Tm 3:16). Sendo Ele o Justo, tornou-Se a justiça de Deus para nós (1 Co 1:30). Esta é outra grande diferença entre a antiga e a nova aliança. Aquela exigia do homem a prática da justiça, com o fim de ser justificado (Rm 10:5 cp. Fp 3:9). Esta, porém, ofereceu-nos a Cristo como a justiça mais excelente, que justifica o pecador diante de Deus (Rm 4:5).

Aleluia! A nova aliança conferiu-nos o próprio Deus, para ser a nossa justiça. Toda a Sua vida humana nesta terra sem pecado e sem culpa foi-nos imputada, no momento em que cremos que Jesus Cristo é o Filho de Deus e que o Pai O ressuscitou dentre os mortos (Rm 10:9; Ef 2:8-9).

**A ascensão e a entronização de Jesus** falam-nos, por sua vez, de Cristo como a âncora, segura e firme, que penetra os céus, para ser o precursor daqueles que herdarão a vida eterna (Hb 6:19-20). A nova aliança, diferentemente da primeira, não trabalha com possibilidades remotas. Não diz que SE, PORVENTURA, FIZERMOS ISSO OU AQUILO, teremos por recompensa a herança. Pelo contrário; o novo pacto do Calvário não somente nos garante fé, arrependimento, perdão e cancelamento de todos os nossos pecados, como também nos concede a Cristo como nossa justiça. Por essa razão, Ele é o precursor, QUE ASCENDEU E ENTROU POR NÓS NOS CÉUS, como a garantia de que todos nós, os que cremos em Seu nome, entraremos com Ele na glória eterna do Pai.

A Escritura declara que quando o Senhor ascendeu aos céus levou cativo o cativoiro (Ef 4:7). Todos os que eram cativos do pecado e da morte, por causa da redenção em Cristo e da fé em Seu nome, foram libertados por Ele. E não somente isso, mas, n'Ele, foram ressuscitados, ascendidos e entronizados nos céus. Quando Jesus ressuscitou, nós ressuscitamos com Ele. Quando Cristo ascendeu aos céus, nós subimos com Ele. E quando Ele foi entronizado, nós semelhantemente também o fomos. Aleluia! Pois assim está registrado na Escritura do novo concerto: “*e estando*

*nós mortos em nossos delitos, nos deu vida JUNTAMENTE COM CRISTO, – pela graça sois salvos, e, JUNTAMENTE COM ELE, nos ressuscitou, e NOS FEZ ASSENTAR NOS LUGARES CELESTIAIS EM CRISTO JESUS; para mostrar, nos séculos vindouros, a suprema riqueza da sua bondade para conosco, em Cristo Jesus” (Ef 2:5-7).*

## **O Espírito Santo e Sua obra**

O segundo aspecto da verdade neotestamentária que constitui o conteúdo da nova aliança é o *Espírito Santo e Sua obra*. Veja o testemunho da Escritura a esse respeito: “*o qual [Deus] nos habilitou para sermos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do espírito; porque a letra mata, mas o espírito vivifica” (2Co 3:6).*

O apóstolo Paulo traz à lembrança o conteúdo da antiga aliança, a fim de definir, a partir de uma relação de oposição, o conteúdo do novo concerto: letra X espírito. É importante notar que letra, nesse sentido, não se refere ao estudo sistemático da Bíblia Sagrada, o que certamente nos é recomendado pela própria Palavra de Deus (2Tm 2:15). Antes, a letra é aqui apresentada como o conteúdo do velho testamento, o conjunto de leis, mandamentos, estatutos e juízos, tendo por coluna dorsal os dez mandamentos. Estes, embora falassem a respeito da natureza e obras de Deus, foram dados ao homem em forma de ordenanças (Ef 2:15), meros códigos exteriores escritos em pedras (2Co 3:7), os quais iluminam o entendimento, sem, contudo, capacitá-lo



ao seu cumprimento. Eis a razão por que não logrou sucesso sobre a natureza pecaminosa do homem caído (Cf. Rm 8:3; Cl 2:20-23).

O homem não cumpriu com a aliança do Sinai. Antes, a letra o matou e o condenou às duras penas da antiga aliança. Então, interveio Deus na história humana, a fim de resgatar o homem desesperado da maldição da lei, *“fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar [...], para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus, a fim de que recebêssemos, pela fé, o ESPÍRITO PROMETIDO”* (Gl 3:13-14).

Ao contrário da letra, portanto, o Espírito Santo é o próprio Deus que vem habitar nos corações dos filhos da nova aliança (Jo 14:23 cf. Rm 8:9). Pois assim está escrito: *“Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel e com a casa de Judá, depois daqueles dias, diz o Senhor: na sua mente imprimirei as minhas leis, também sobre o seu coração as inscreverei [...]”* (Hb 8:10).

Como, pois, imprime e inscreve o Senhor Deus as Suas leis, nos corações e mentes dos Seus filhos? Ora, pelo habitar interior do Espírito de vida (Rm 8:2), o qual supre o homem com o poder da vida vitoriosa de Jesus Cristo. Esse poder da vida transcendente dentro do homem regenerado efetua tanto o querer como o realizar, conduzindo-o ao cumprimento da vontade de Deus (Fp 2:13; Rm 8:4). Por isso, diz: *“Andai no Espírito e jamais satisfareis à concupiscência da carne”* (Gl 5:16).

Os crentes em Jesus Cristo não devem determinar o seu viver mediante mera obediência a mandamentos. Quando isso acontece, logo percebem a sua incapacidade de cumpri-los, haja vista tentarem viver a vida celestial com as forças da vida humana, natural e terrena. Somente conectados à nova vida em Cristo, no espírito, é que podem experimentar a vontade de Deus.

Nesse sentido, o que está em voga não são os mandamentos (letra) como requisitos para uma vida aprovada por Deus. Mas o tipo de vida (da qual dependemos e pela qual vivemos) que nos conduz à expressão dos atributos de Deus. Como está escrito: *“Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra estas coisas não há lei”* (Gl 5:22-23).

O Espírito Santo, pois, é o conteúdo da nova aliança, que substitui a letra do antigo pacto. Na qualidade de agente santificador, segundo a economia de Deus, o Espírito é O que aplica a natureza santa de Cristo, a qual foi aprovada em Sua vida humana nos dias de Sua peregrinação. Todo o Seu viver, Suas vitórias sobre o mundo, sobre o pecado, sobre satanás, e sobre todas as demais coisas negativas, são-nos aplicadas mediante a obra do Espírito Eterno da nova aliança. Ele é, por assim dizer, o poder da vida indissolúvel que anula o poder do pecado e da morte (Rm 8:2), capacitando o homem nascido de Deus a viver acima das fraquezas e misérias do velho homem, conduzindo-o à plena santificação.

De fato podemos dizer como também declarou o apóstolo Paulo a respeito da nova aliança: “[...] *a nossa suficiência vem de Deus*” (2Co 3:5).

## **A Igreja: desde o Pentecostes até o fim do reino milenar**

O terceiro aspecto da verdade neotestamentária que compõe o conteúdo da nova aliança é a igreja – o resultado substancial das obras do Filho e do Espírito Santo.

Isto é o que nos afirma a nova aliança: “*Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o Senhor: [...] EU SEREI O SEU DEUS, E ELES SERÃO O MEU POVO. E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um a seu irmão, dizendo: Conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até o maior*” (Hb 8:10-11).

Constituir para Si um povo é um dos aspectos da vontade de Deus pactuado com o Seu povo na nova aliança. Todavia, diferentemente do antigo concerto do Sinai, em que Deus prometeu, condicionalmente, fazer de Israel uma nação santa – “*vós me sereis um povo de propriedade particular*” – no novo testamento a Palavra do Senhor é: “*Vós, porém, sois raça eleita, nação santa, sacerdócio real, povo de propriedade exclusiva de Deus [...]*” (1Pe 2:9).

Enquanto Israel deveria tentar por suas próprias forças ser confirmado como povo exclusivo do Senhor, a

Palavra de Deus nos afirma que a igreja do novo pacto já é o povo de Sua propriedade exclusiva, mediante a obra e mérito de Jesus Cristo.

O novo testamento claramente nos revela que o Filho Eterno, mediante a Sua obra e a obra do Espírito Santo, está a edificar a Sua igreja. Esta consiste no somatório de todos os eleitos e chamados, os quais, depois de redimidos pelo sangue de Jesus, tendo nascidos de Deus, adquiriram para si cidadania celestial, tornando-se nação santa e raça eleita do Senhor (1Pe 2:9).

Este povo de Deus, que é a igreja, além de nação corporativa, é também um lugar espiritual, para habitação de Deus, no espírito, onde juntamente com todos os filhos de Deus, temos comunhão com o Pai, pelo mesmo Espírito (Ef 2:18-22).

O escritor aos Hebreus, depois de explicar exaustivamente a nova aliança nos capítulos 7-10 de seu livro, passa a descrevê-la como UM “LUGAR” de privilégio e desfrute, aonde os filhos da nova aliança têm se achegado e encontrado plena salvação: *“Mas tendes chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembleia, e igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, o juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados, e a Jesus, o mediador da nova aliança, e ao sangue da aspersão que fala coisas superiores ao que fala o próprio Abel”* (12:22-24).

Note leitor irmão, que o apóstolo fala-nos da nova **124** aliança como um lugar. Não, porém, um lugar físico, mas

espiritual, cujas dimensões transcendem o tempo e o espaço. Refere-se a uma assembleia universal que une céus e terra, anjos e homens, a justiça e a graça, o Juiz e o Redentor. A este lugar aonde nos achegamos, a Escritura chama de IGREJA DOS PRIMOGÊNITOS, ou simbolicamente de Monte Sião e cidade do Deus vivo.

O apóstolo afirma que o ser salvo em Jesus Cristo, mediante o lavar purificador do sangue da nova aliança, equivale ao se achegar a esse lugar, onde encontramos uma palavra de perdão e um pedido de reconciliação. Não como na antiga aliança, em que sob forte clangor de trombetas, trevas e escuridão, clamavam os homens a Deus para que não lhes falasse mais (Hb 12:19). Mas, achegamo-nos junto ao trono de graça, onde a doce voz de Jesus, o mediador da nova aliança, clama coisas superiores ao que fala o próprio Abel.

Todas as vezes que os verdadeiros filhos de Deus se reúnem em o nome de Jesus, ali o Senhor Se faz presente no meio deles (Mt 18:20). E, no meio da congregação, juntamente com toda a igreja, o Filho primogênito canta louvores ao Pai, declarando o Seu nome (Hb 2:12). Neste momento, os céus e a terra se unem, e os santos anjos sobem a Deus e descem aos homens, livremente, pois toda separação e inimizade foram removidas mediante o sacrifício do Filho de Deus. Por esta razão, nos é dito nas Escrituras que o elo que reaproxima Deus e os homens e que abre um caminho de livre acesso entre os céus e a terra é Jesus Cristo, a escada da reconciliação, o mediador da nova aliança (Gn 28:12 cf. Jo 1:51).

Este ambiente de paz e comunhão gerado pelo Espírito Santo e viabilizado por Jesus Cristo é o resultado substancial de Suas respectivas obras: a igreja dos primogênitos, a casa do Deus vivo, a porta dos céus (Gn 28:17 cf. 1Tm 3:15). É, pois, no reunir da igreja que a nova aliança se apresenta como prova maior de que os pecados já foram removidos e de que Deus e os homens podem se habitar mutuamente.

É nas reuniões do partir do pão, sobretudo, que a nova aliança se expressa ao máximo. Pois ali, diante da assembleia universal, e sobre a mesa, se encontram o pão e o vinho, símbolos maiores da nova aliança, como o próprio Jesus declarou, ao tomar o cálice em Suas mãos, dizendo: *“porque isto e o meu sangue, O SANGUE DA NOVA ALIANÇA, derramado em favor de muitos, para remissão de pecados”* (Mt 26:28).

Todas às vezes, pois, que a igreja parte o pão, por ocasião da Ceia do Senhor, anuncia a todo o universo a Sua morte (1 Co 11:26), proclamando os feitos da nova aliança até o dia da Sua vinda. Naquele dia, o Senhor Jesus se assentará com todos os santos vencedores, no Seu reino, e juntamente com eles tomará do fruto da videira (Mc 14:25). Aleluia! Aquilo que na igreja, hoje, é apenas um antegozo, no reino milenar será gozo completo e a manifestação plena da verdade.

## A NATUREZA DA NOVA ALIANÇA

A natureza da nova aliança pode ser descritas a partir de seis características que lhes são próprias: (1) nova; (2) eterna; (3) incondicional; (4) inclusiva; (5) perfeita; e, (6) superior.

### (1) A nova aliança: continuamente nova

O termo *nova* quando aplicado à segunda aliança, não quer dizer exatamente algo novo na linha do tempo. Até mesmo porque, conforme visto anteriormente, a aliança do Calvário é a mesma aliança abraâmica, a qual veio quatrocentos e trinta anos antes da primeira aliança, o que, nesse sentido, a torna “antiga”, quando comparada à aliança do Sinai.

Por isso, quando diz *nova aliança*, fala certamente de sua natureza que não pode ser tocada (envelhecida) pelo tempo. Refere-se ao frescor de seus efeitos, a despeito do tempo em que foi promulgada.

Quando João foi arrebatado ao céu, aproximadamente 60 anos depois da morte de Cristo, viu o Senhor Jesus assentado sobre o trono. Em sua visão, Jesus lhe foi mostrado figuradamente, na imagem de “*um cordeiro como tendo sido morto*”, ou como se lê literalmente: “*um cordeiro recém-imolado*” (Ap 5:6 – lit.).

Ora, vede. Depois de seis décadas após a crucificação do Senhor, Ele continuava como um cordeiro recém- **127**

imolado. O seu sangue, mesmo nos dias de hoje, continua novo. E sempre que nos aproximamos do Seu trono de graça, confessando os nossos pecados, ali está o Senhor pronto para ministrar a nós o perdão, mediante o Seu sangue ainda quente, como que se derramado naquele momento.

Assim, tal como o sacrifício é continuamente novo, a Sua aliança com os seus efeitos também o são.

## **(2) A nova aliança: eterna**

Ao lado da natureza sempre nova da segunda aliança, acrescenta-se ainda o fato de ela ser eterna. A epístola aos Hebreus, ao comparar as duas alianças, não hesita em chamar a primeira de transitória, e a segunda de eterna, como bem está escrito: *“Ora, o Deus da paz, que tornou a trazer dentre os mortos a Jesus, nosso Senhor, o grande Pastor das ovelhas, pelo sangue da ETERNA ALIANÇA [...]”* – 13:20 cf. Hb 8:13.

Ora, por que eterna aliança? Bem; primeiramente para falar de seu aspecto atemporal; depois, para referir-se à sua durabilidade; e, em terceiro lugar, para fazer alusão aos seus efeitos.

A nova aliança é atemporal porque não tem no tempo o seu começo. Ao contrário da primeira aliança do Sinai, a qual foi adicionada (Gl 3:19), a nova e eterna aliança consiste na vontade de Deus, que é a mesma desde os dias da eternidade (1 Co 2:7). O Senhor não decidiu salvar o homem

**128** por Sua graça porque a lei não funcionou. Pelo contrário; a



lei não funcionou, nem deviria alcançar êxito, porque Deus, antes dos tempos eternos, decidiu salvar os Seus eleitos por Sua própria determinação e graça (2Tm 1:9).

A nova aliança é eterna porque, ao contrário da primeira, não haveria de se encerrar no tempo. Esse caráter de durabilidade está intimamente ligado ao fato de ser o próprio Deus o autor e consumidor de todas as Suas promessas. Pois, se dependesse do homem o seu sucesso, é certo que, semelhante à primeira, não haveria de funcionar. Todavia, a nova aliança não depende de dois (Deus e o homem), senão de um só (Gl 3:20), a saber, do Deus que não muda (Mt 3:6), que não mente nem se arrepende (Nm 23:19), e que é poderoso para cumprir o que prometeu (Rm 4:21).

É eterna a nova aliança porque os seus efeitos são eternos, transcendendo o tempo e perdurando por toda a eternidade. Enquanto os muitos sacrifícios da antiga aliança não bastavam para tantos pecados (razão pela qual não cessavam de ser oferecidos), o único sacrifício de Cristo resolveu, de uma vez por todas, o problema das iniquidades, obtendo para nós eterna redenção (Hb 9:12). *“Porque, com uma única oferta, aperfeiçoou para sempre quantos estão sendo santificados”* (Hb 10:14). Aleluia! A obra de redenção efetuada por nós é uma obra eterna.

### **(3) A nova aliança: incondicional**

A nova e eterna aliança é também incondicional. Isso porque ela não impõe condições sobre os que estão sob as suas promessas, como se deles dependesse para lograr sucesso. A **129**

obra de Deus em nós, segundo proposto pela nova aliança, há de se completar cabalmente, independentemente de obras de lei praticadas por nós, como está escrito: “*Concluimos, pois, que o homem é justificado por fé, independentemente das obras da lei*” (Rm 3:28). E, “[...] *aquele que começou boa obra em vós há de completá-la até ao Dia de Cristo Jesus*” (Fp 1:6).

Quando Deus fez a promessa a Abraão, nada exigiu em troca; antes, querendo mostrar mais firmemente aos herdeiros da promessa a imutabilidade de Seu propósito, Se interpôs com juramento. E, não tendo ninguém superior por quem jurar, jurou por Si mesmo, dizendo: “*Certamente, te abençoarei e te multiplicarei*” (Hb 6:13-14).

Quão diferentes são estas palavras das que foram proferidas na antiga aliança (Ex 19:5-6). Enquanto no Sinai prevalecia o “se” como condição absoluta e possibilidade remota, no Calvário temos o juramento de Deus, por Si mesmo, de que aceitará, mediante o sacrifício de Seu próprio Filho, a alma de todo aquele que confessar o Seu nome.

A grande prova da incondicionalidade da nova aliança encontra-se nas palavras do SENHOR, ao Se referir ao desejo do Seu coração de possuir um *povo de propriedade exclusiva*. Repare, pois, em como o SENHOR propõe o cumprimento desse Seu desejo em cada uma das alianças: para Israel, no monte Sinai, fora dito: “*Se diligentemente ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, então, sereis a minha propriedade peculiar dentre todos os povos [...]*” – Ex 19:5.

Para os filhos da nova aliança, no entanto, se diz: “*Vós, porém, SOIS raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus [...]*” – 1Pe 2:9.

Observe bem a diferença: para os filhos do antigo testamento, uma aliança condicional, cuja promessa dependia da obediência absoluta de Israel; para os crentes do novo testamento, entretanto, uma promessa já cumprida e realizada, sem nenhuma condição imposta por força de lei. Antes, pelo contrário; o que possibilitou o sermos alcançados pela bênção do sacerdócio e da realeza foi o Senhor Jesus, o qual, “*pelo seu sangue, [não por nossas próprias obras] nos libertou dos nossos pecados, e nos constituiu reino, sacerdotes para o seu Deus e Pai [...]*” (Ap 1:5-6 cf. 1 Pe 2:9).

#### **(4) A nova aliança: inclusiva**

Enquanto a primeira aliança do Sinai foi feita restritamente com os filhos de Israel, a nova aliança alcança todas as famílias da terra (Gn 12:3). Por isso diz, “[...] *para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Cristo Jesus [...]*” (Gl 3:14).

Quando Deus fez aliança com Abraão, pensava o SENHOR nos gentios, e incluía a cada um dos Seus eleitos neste pacto do novo testamento. “*Ora, tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti, serão abençoados todos os povos*” (Gl 3:8).

Esta aliança abraâmica, a qual é a mesma nova aliança consumada na cruz do Calvário, é o pacto que Deus fez com todos aqueles que crêem no nome de Seu Filho. Não há, portanto, razão alguma, para que alguém, sendo filho do novo testamento, deseje um relacionamento com Deus baseado na lei do antigo concerto. Projetar a vida cristã e determiná-la a partir das bênçãos ou maldições previstas no antigo testamento é incidir-se em grande erro.

O convite da nova aliança é para que todos olhem para o Cristo crucificado, a fim de que sejam salvos. Mas não somente isso. Exorta-nos também a andarmos n'Ele (Cristo), do modo como O recebemos, a saber, pela fé no Seu sacrifício (Cl 2:7). Como está escrito: “[...] *o meu justo viverá pela fé [...]*” – Hb 10:38.

A fé, pois, é a chave que nos inclui no concerto do Calvário. Todos nós os que recebemos fé para crer no Filho de Deus, possuímos a certeza de que estamos inseridos numa nova aliança com Ele. Não como a primeira do Sinai, em que a obediência humana era a base para o cumprimento da vontade de Deus a favor do Seu povo. Mas, certos de que estamos envolvidos numa aliança em que a pessoa de Jesus Cristo e Sua obra são a condição para o cumprimento de todas as promessas de Deus a nosso favor.

A fé é o caminho e a porta que nos leva e nos introduz na atmosfera do novo concerto. Todas as bênçãos, em Cristo, já disponíveis, n'Ele, são-nos oferecidas para o nosso desfrute. Mediante a fé podemos tocá-las e experimentá-las, obtendo resultados tangíveis e verificáveis em nosso viver

cotidiano. Ao lermos o testamento que o Senhor nos legou com a Sua morte, podemos tomar posse, hoje, de nossa herança, como um antegozo daquilo que desfrutaremos no reino milenar e por toda a eternidade.

Por isso, se você verdadeiramente é um crente em Jesus Cristo, então você possui uma aliança com Deus. Esta aliança é o novo testamento, o qual inclui todos os que crêem em Jesus. Não somos como os gentios de outrora, que eram excluídos da aliança do Sinai, sendo considerados estrangeiros e incircuncisos (Ef 2:11-12). Fomos aproximados e reconciliados, mediante o sangue de Cristo, e, tendo sido feitos concidadãos dos santos, nos tornamos família de Deus (Ef 2:13-19).

## **(5) Nova aliança: perfeita**

O testemunho das Escrituras é de que se a *“perfeição houvera sido mediante o sacerdócio levítico (pois nele baseado o povo recebeu a lei)”* – Hb 7:11 – nenhuma necessidade haveria de se estabelecer um outro sacerdócio, com novas leis e com uma nova aliança (Hb 7:12). O primeiro concerto falhou, porque todos os seus elementos simbólicos e exteriores, não continham em si mesmos o poder de dar vida ao homem (Gl 3:21). Consistiam em meras representações e mandamentos destituídos de realidade e de poder, incapazes de libertar o homem do pecado e de fazê-lo viver à altura da vontade eterna de Deus.

A nova aliança, porém, diferentemente da primeira, é perfeita, porque todos os seus elementos, conteúdo e substância são a pessoa e obra de Jesus Cristo, pelo Espírito, na igreja. Talvez eu possa explicar de maneira mais clara, a partir de três proposições: Cristo é a perfeição; o Espírito Santo nos comunica a perfeição; e, a igreja está aperfeiçoada em Cristo, pelo trabalhar do Espírito Santo (Cl 2:10).

Numa linguagem neotestamentária, Cristo é a perfeição porque Ele é o cumprimento e a realidade de todas as sombras da Lei e das predições dos Profetas. Além disso, n'Ele reside toda a plenitude (Cl 1:19): tanto da primeira como da segunda criação e de Deus (Cl 1:16-19; 2:9). O termo *perfeição* assume no contexto do novo testamento o significado de algo *completo*, que de nada tem necessidade. Jesus, nesse sentido, é a própria perfeição, pois é a centralidade e a universalidade, o princípio e o fim, de todas as coisas.

Como tal, o Senhor Jesus é o conteúdo da nova aliança, que nos é comunicado mediante a ação do Espírito Santo. O Espírito de Deus é o agente que ministra para dentro dos filhos de Deus a perfeição que é Cristo. Como consequência desta obra do Espírito, todos os nascidos de Deus estão, em Cristo, aperfeiçoados (Cl 2:10).

Esta verdade se explica a partir da compreensão dos fatos da salvação efetuados por Cristo e comunicados a nós. O apóstolo Paulo nos ensina que em Cristo estamos aperfeiçoados porque n'Ele fomos circuncidados, sepultados e ressuscitados. Todos os nossos delitos e pecados foram

removido e encravado na cruz (Cl 2:12-14). De sorte que, de nada precisamos a fim de completar a salvação. Cristo é tudo o que o homem precisa. N'Ele estamos aperfeiçoados.

É, pois, por esta razão que a nova aliança é perfeita: porque Cristo é perfeito; porque Sua obra é perfeita; porque a igreja como o produto da obra do Filho e do trabalhar do Espírito Santo é perfeita. Aleluia!

## **(6) A nova aliança: superior**

Por tudo o que já foi dito, verifica-se que a nova aliança é em muito superior à primeira. A Bíblia Sagrada, inclusive, corrobora com esta asseveração de maneira explícita, dizendo: *“Agora, com efeito, obteve Jesus ministério tanto mais excelente, quanto é ele também mediador de SUPERIOR ALIANÇA instituída com base em SUPERIORES PROMESSAS”* (Hb 8:6).

A superioridade da nova sobre a antiga aliança não somente se vidência quanto à natureza, conteúdo e propósito, como apresentados neste capítulo, mas também quanto à herança prometida.

A nova aliança é instituída com base em superiores promessas. Em hebreus 11, ao comparar os homens de fé que viveram no tempo da antiga aliança aos que vivem na nova, a Palavra inspirada assim declara: *“Ora, todos estes que obtiveram bom testemunho por sua fé não obtiveram, contudo, a concretização da promessa, por haver Deus*

*provido COISA SUPERIOR a nosso respeito, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados” (11:39-40).*

É importante notar que a primeira aliança feita com Israel, no monte Sinai, possuía promessa de herança terrena, o que incluía a posse de uma terra – At 13:19 (até hoje disputada entre judeus e palestinos, diga-se de passagem) e prosperidade material nos diversos campos da vida social, econômica e política dos filhos de Israel.

A nova aliança do Calvário, todavia, possui promessas superiores, elevadas ao nível do eterno e das coisas verdadeiramente preciosas. A herança que o Senhor nos legou no novo testamento é uma herança eterna, e não pode ser comparada com as coisas corruptíveis deste mundo.

O apóstolo Pedro ao falar-nos desta herança, disse: *“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua muita misericórdia, nos regenerou para uma viva esperança, mediante a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, sem mácula, imarcescível, reservada nos céus para vós outros que sois guardados pelo poder de Deus, mediante a fé, para a salvação preparada para revelar-se no último tempo”* (1Pe 1:3-5).

Esta herança imarcescível não é outra senão o próprio Senhor que foi dado a nós para ser a nossa vida e porção (Sl 16:5 cf. Fp 3:12-14 cp. Cl 3:4). No pacto de Deus com os Seus escolhidos no novo testamento, o Senhor firmou conosco uma aliança de amor. Ele Se deu a Si mesmo a nós



para ser a nossa herança, com o fim de que nos tornemos, para Ele, a Sua herança (2Co 5:14-15 cf. Ef 1:14).

Não é exatamente isso o que vemos como o cumprimento final do plano de Deus? Em Apocalipse 21 e 22 encontramos a Nova Jerusalém. Esta, segundo o texto sagrado, é a noiva – a esposa do Cordeiro (21:9-10). A noiva refere-se à igreja em seu estado pleno de glória, aquela que, à semelhança de Eva, saiu do lado de Cristo, de Sua própria natureza, para ser a Sua expressão. A cidade-noiva está tomada da plenitude de Deus. Do seu interior flui o rio do Espírito que a inunda de Sua presença, e sobre a sua cabeça está o trono do Altíssimo e do Cordeiro (Ap 22:1 e 2).

A Nova Jerusalém é também o tabernáculo de Deus – a Sua habitação (Ap 21:3). Naquele dia, o eterno a preencherá plenamente. Ela será tomada de Sua glória. Por toda a eternidade o SENHOR será o seu conteúdo e satisfação.

A grande jogada de satanás neste século é o ocultar dos verdadeiros filhos de Deus a grandiosidade desta herança mútua. Manter os santos ignorantes a respeito da riqueza da glória da Sua herança tem sido o seu grande trabalho. De sorte que, se alguns têm os olhos abertos para esta revelação, o maligno procurará desviar o seu olhar, para que esses “privilegiados” possam se tornar profanos, assim como foi Esaú, e virem a desprezar o Senhor, trocando-O por um prato de lentilhas.

Que o Senhor nos livre dessa hora, e nos leve a amá-LO ardentemente, acima de todas as coisas materiais e perversas deste século. E que, assim como Asafe, possamos **137**

declarar a respeito do Senhor, dizendo: “*quem mais tenho eu no céu? Não há outro em quem eu me compraza na terra*” (Sl 73:25).

## O PROPÓSITO DA NOVA ALIANÇA

A nova aliança constitui o meio pelo qual Deus cumprirá, por fim, o Seu eterno propósito. Não fosse este pacto de Deus com o homem, cujo sacrifício, eficaz e suficiente, é o Seu próprio Filho, não seria possível a concretização da vontade do Eterno.

Aquilo que Deus planejou antes da fundação do mundo será cabalmente executado por Ele mesmo. Nesse projeto, o Senhor é o autor e o consumidor, o alfa e o ômega, o princípio e o fim (Ap 21:6; 22:13). Com efeito, o próprio Deus inseriu-Se nesse plano, a fim de participar efetivamente dele, e ser, Ele mesmo, *a vida e a natureza* da nova criação.

A nova aliança, pois, nesse sentido, consiste no trato de Deus consigo mesmo e com os Seus eleitos, de que efetuará plenamente o que decretou e de que fará prosperar toda a Sua vontade (Is 46:10). A esse respeito leia o capítulo 7 deste livro, porção que trata de modo mais abrangente deste tema.

Para a compreensão, todavia, do propósito específico da nova aliança, isto é, daquilo que ela está a realizar hoje em nós, olhemos com atenção para alguns aspectos dos textos de 2 Coríntios 3 e Gálatas 4.

## **2 Coríntios 3:6-11**

### **Transportados em três níveis para a transformação na própria imagem do Senhor, o Espírito**

Quando o apóstolo Paulo fala aos Coríntios sobre o antigo e o novo testamento, reúne ao conceito de aliança a ideia de ministério (3:6-9). O entendimento do apóstolo sobre o conceito de dispensação, não se limita a meras características temporais, do modo como Deus trata o homem em tempos distintos e determinados. Antes, o entendimento apostólico compreende que, além disso, *dispensação* é um tempo ministerial em que Deus, de acordo com as normas de Sua aliança, executa propósitos específicos, com vistas ao cumprimento do Seu propósito eterno. Em cada tempo determinado, Deus trabalha de um modo, construindo um caminho que O conduz à consumação final e máxima de Sua vontade.

Ministério, pois, em termos bíblicos, significa o trabalhar de Deus em determinado tempo, em que Ele ministra a Sua vontade, de um modo ou de outro, de acordo com as normas de Sua aliança então vigente. Os ministérios de Deus são levados a cabo mediante os Seus ministros.

Moisés foi o principal ministro de Deus na era do antigo testamento (Hb 3:5). Como tal, recebeu a incumbência de aplicar a vontade de Deus, segundo o ministério da antiga aliança, cujo objetivo era ministrar aos filhos de Israel a letra da lei, a condenação e a morte. Por esse motivo, a aliança do

Sinai, escrita em tábuas de pedras, foi chamada de ministério da condenação e da morte (3:7 e 9).

Cumprindo a lei o seu papel, os homens teriam uma forte convicção de suas transgressões e, vendo-se sob condenação, clamariam por um redentor. E Jesus, o enviado do Pai para resgatar os que estavam sob a lei, surgiria como a salvação de Deus para todos quantos cressem em Seu nome e O invocasse. Todavia os religiosos judeus transformaram em orgulho o que lhes deveria gerar humilhação. Fizeram da lei um instrumento de inimizade contra outros povos, e, embora não fossem eles em nada diferentes dos gentios, quanto às transgressões, ainda assim consideravam-se os cumpridores guardadores e guardiães da lei (Ef 2:14-15; Rm 2:17-24).

E o que aconteceu? O Salvador veio, e os transgressores O mataram em o nome da Lei. Os judeus, tendo os olhos do coração encobertos pelo véu da incredulidade, não puderam ver o Redentor. Mataram Aquele que podia lhes dar vida, e mantiveram-se com a lei que lhes traz condenação e morte.

Entretanto se olharmos esses fatos pela perspectiva de Deus, o que vemos? Vemos o Deus eterno que, feito homem, viveu vida restrita aos parâmetros da lei, e que, mesmo assim, sendo justo, sofreu a condenação e a morte no lugar dos transgressores, como está escrito: *“Por isso mesmo, ele é o mediador da nova aliança, a fim de que, INTERVINDO A MORTE PARA REMISSÃO DAS TRANSGRESSÕES QUE HAVIA SOB A PRIMEIRA ALIANÇA, recebam a promessa da eterna herança aqueles que têm sido chamados”* (Hb 9:15).

A morte de Cristo, portanto, consiste na execução do juízo divino, de acordo com a lei, que recaiu, substitutivamente, sobre o Filho de Deus. Em Cristo, pois, as maldições da lei que cabiam aos transgressores, foram derramadas sobre Ele, de sorte que, todos os que Creem no Seu nome, já não perecem, mas têm a vida eterna (Gl 3:13 cf. Jo 3:16).

Libertados, pois, das maldições da lei, já não resta o ministério da letra, da condenação e da morte, para todos os que estão em Cristo Jesus (Rm 8:1-2). Uma nova aliança foi feita entre Deus e os Seus escolhidos. De modo que, os que receberam a Cristo, são chamados a viverem sob nova dispensação, tempo no qual Deus deseja ministrar a Sua vontade específica para esta era, de acordo com as normas da nova aliança.

## **Transportados da letra para o Espírito**

*“Deus nos habilitou para sermos ministros de uma nova aliança, não da letra, mas do espírito; porque a letra mata, mas o espírito vivifica”* (2Co 3:6). Esta letra de que diz o texto, não se refere às Escrituras como Palavra de Deus. Pois esta não mata; pelo contrário, as Palavras do Senhor são espírito e vida (Jo 6:63).

A letra que mata é o ministério da morte gravado com letras em pedras (2Co 3:7), a saber, os dez mandamentos (Ex 31:18). Esses, ainda que expressassem a natureza santa e justa de Deus, não tinham, contudo, o poder de mudar

a natureza interior dos homens. A lei, afirma a Escritura, estava enferma pela carne (Rm 8:3). Não possuía força para conduzir o homem ao caminho do bem. Tão somente era capaz de apontar os seus pecados e torná-los transgressões, fazendo recair sobre os transgressores a justa recompensa dos seus atos: a condenação e a morte.

A nova aliança, contrária ao antigo concerto em natureza e propósito, convida-nos a sermos transportados da letra para o Espírito. Pois a nova aliança não vem a nós na forma de letra, mas pela ministração e presença permanente do Espírito Santo. Isto significa que os filhos da nova aliança não precisam viver para Deus no princípio da lei de letras mortas – o que já foi comprovado a sua insuficiência e incapacidade de promover a libertação do homem. Os que servem a Deus sob o novo pacto do Calvário O servem no espírito (Jo 4:24 cf. Rm 1:9), em novidade de vida, e não da caducidade da letra (Rm 7:6).

A nova aliança nos ensina a não andarmos segundo meros mandamentos exteriores, que não têm poder algum contra a sensualidade (Cl 3:20-23). Não é sem razão que assim nos diz a nova aliança: *“E não ensinará jamais cada um ao seu próximo, nem cada um ao seu irmão, dizendo: conhece ao Senhor; porque todos me conhecerão, desde o menor deles até ao maior”* (Hb 8:11).

O Espírito Santo de Deus é quem gera, inscreve e imprime nos corações dos filhos da nova aliança a nova lei do reino dos céus. Não como normas e regras de certo e errado, mas pelo guiar interior da unção, que nos ensina todas as

coisas (1Jo 2:27). Trata-se do próprio Deus que, habitando o interior dos Seus crentes, os santifica e os conduz a toda a verdade e à vida eterna (Jo 16:13 e 17:17).

## Transportados da morte para a vida

*“[...] porque a letra mata, mas o espírito vivifica”*. Enquanto o ministério da antiga aliança ministrava morte aos que estavam sob a sua regência, a nova aliança ministra vida. Isso é o que Jesus veio fazer. Conforme Ele mesmo declarou, Ele veio para que tivéssemos vida, e vida em abundância (Jo 10:10).

Esta vida é a vida eterna, a qual é o próprio Jesus (1Jo 1:2; 5:20). Na nova aliança, Deus nos deu a Cristo para ser a nossa vida (Cl 3:4), e deseja, continuamente, ministrá-LO para dentro de nós, a fim de O possuirmos abundantemente, para que Ele seja a nossa vida abundante. O Senhor não está empenhado, como muitos erroneamente pensam e ensinam, em ministrar bens materiais, como se a piedade fosse fonte de lucro (1Tm 6:5). Deus deseja dar-Se a Si mesmo a nós, pelo Espírito, para ser a vida eterna dentro de nós.

O evangelho de João revela-nos claramente esta verdade. Diferentemente dos demais evangelistas, João dedica-se à revelação de Jesus Cristo, na perspectiva de Sua natureza eterna: *“No princípio era o verbo, e o verbo estava com Deus, e o verbo era Deus”*(1:1).

Com efeito, em seu evangelho, buscou apresentarnos diferentes tipos de pessoas, cada qual com um **143**

problema peculiar, visando revelar, no somatório dos casos apresentados, a condição geral da humanidade sem Deus, desde Nicodemos, um homem moralmente aprovado pelo padrão exterior da lei, porém, sem vida para com Deus, até Lázaro, o morto sepultado e sem esperança. Em todos os casos apresentados por João vemos a condição do homem diante do Eterno: morto em seus delitos e pecados (Ef 2:1).

A lei, diante das doenças da alma e do espírito dos homens caídos, nada podia fazer. Não podia lhes dar vida. Até que, vindo Cristo, ofereceu-Se a Si mesmo como vida a todos os que cressem em Seu nome, a fim de que, os que estavam sob a lei, pudessem passar da morte para a vida, como está escrito: *“Em verdade, em verdade vos digo: quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida”* (Jo 5:24).

Este é o ministério de Cristo, o ministério da nova aliança. Não como o ministério de Moisés, da lei do Sinai, o qual apregoava e ministrava condenação e morte (cf. Jo 8:4-5). Antes, o ministério de Cristo trata-se do ministério da vida, da vida abundante, o ministério do novo testamento.

## **Transportados da condenação para a justiça**

Na medida em que ganhamos a Cristo como vida, mais somos libertos da natureza do velho homem. A natureza justa



de Deus. De maneira que, diferentemente do antigo pacto, não vivemos sob a coerção das maldições da lei, como que constrangidos a viver de um modo contrário à natureza. Mas, renovados em nosso entendimento, tendo nossas emoções e vontades transformadas pelo Espírito Santo, expressamos os atributos divinos, como resultado da união orgânica com o próprio Senhor.

Quando a Escritura diz não haver nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus (Rm 8:1), não significa que Deus, contra a Sua própria santidade, terá consigo pela eternidade um grupo de pecadores que nunca abandonaram os seus pecados. Significa que, havendo o Senhor, pela nova aliança, nos redimido de todas as nossas transgressões, pela mesma aliança, há de nos conformar, de glória em glória, na Sua própria imagem, pelo Senhor, o Espírito (2Co 3:18).

De condenados, somos transportados para sermos feitos justiça de Deus (2Co 5:21). A salvação em Cristo, não consiste em mero livramento das chamas do fogo eterno. Não se limita conseqüentemente, a uma salvação objetiva, espacial, incapaz, como a antiga aliança, de mudar a natureza do homem. A salvação de Deus é orgânica, e tem o seu ponto de partida no espírito do homem. No momento em que alguém crê no evangelho, logo o Espírito de Deus vem habitar o seu espírito humano, tornando-o vida, por causa da justiça (Rm 8:10).

Essa justiça começa a ser ministrada para as faculdades da alma, até absorvê-la plenamente, com o fim de transformá-la em justiça de Deus, à semelhança do Seu Filho primogênito (Rm 8:29 cf. 2Co 5:21). E por fim, por ocasião

da segunda vinda de Cristo, o mesmo Espírito que em nós habita, e que esteve a nos transformar ao longo de toda a nossa vida cristã, há de glorificar o nosso corpo mortal, para ser semelhante ao corpo de glória do Cristo ressuscitado (Rm 8:11 cf. Fp 3:21).

Esta é a nova aliança: a aliança cuja suficiência é o próprio Senhor! Os méritos de nossa salvação é Jesus Cristo. A habilidade para vivermos vida santa e justa provém de Deus. E a glória eterna que em nós habita e que há de Se manifestar no último dia é o Espírito Eterno, a quem hoje contemplamos, e pelo qual somos transformados, para a glória de Deus o Pai.

## **Gálatas 4:21-31**

### **Gerados pela graça a fim de tomarmos posse da herança eterna**

“Dizei-me vós, os que quereis estar sob a lei: acaso, não ouvís a lei? Pois está escrito que Abraão teve dois filhos, um da mulher escrava e outro da livre. Mas o da escrava nasceu segundo a carne; o da livre, mediante a promessa. Estas coisas são alegóricas; porque estas mulheres são duas alianças; uma, na verdade, se refere ao monte Sinai, que gera para escravidão; esta é Agar. Ora, Agar é o monte Sinai, na Arábia, e corresponde à Jerusalém atual, que está em escravidão com seus filhos. Mas a Jerusalém lá de cima é livre, a qual é nossa mãe; porque está escrito: Alegra-te, ó estéril, que não dás à luz, exulta e clama, tu que não estás de parto; porque são mais numerosos os filhos da abandonada que os da que tem marido. Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa, como Isaque. Como, porém, outrora, o que nascera segundo

a carne perseguia ao que nasceu segundo o Espírito, assim também agora. Contudo, que diz a Escritura? Lança fora a escrava e seu filho, porque de modo algum o filho da escrava será herdeiro com o filho da livre. E, assim, irmãos, somos filhos não da escrava, e sim da livre” (Gl 4:21-31).

Este é um dos textos bíblicos mais claros com respeito às alianças de Deus. O apóstolo Paulo, com o fim de explicar a dispensação da nova aliança e seus objetivos, em contraste à aliança do Sinai, resgatou as figuras de Abraão, Sara e Agar, e seus respectivos filhos. Ao aplicar o princípio hermenêutico de *que tudo o que outrora fora escrito, para o nosso ensino foi escrito*, o apóstolo extrai da trama histórica de Abraão princípios da primeira e segunda aliança, e exorta os crentes do novo testamento a libertarem-se do antigo concerto, a fim de tomarem posse de sua herança celestial.

## **Duas mulheres e dois filhos: dois montes e duas alianças**

O referido texto em questão começa com uma pergunta paradoxal: *“Dizei-me vós, os que quereis estar sob a lei: acaso não ouvis a lei?”* O apóstolo afirma haver uma contradição naqueles que insistiam em viver pelos parâmetros legais da antiga aliança. Pois, determinados a obedecê-la, não queriam, entretanto, ouvi-la.

Mas como pode ser isso? Ora vede. O apóstolo Paulo mostra-nos como que no livro da lei de Moisés, especificamente no livro de Gênesis, havia uma indicação **147**

profética do significado da aliança do Sinai em oposição ao significado e propósito da nova aliança.

Quando os amantes dos escritos de Moisés liam a história de Abraão, Sara e Agar nada de mais podiam ver, senão uma relação ilícita, que lhe causou muitos transtornos. Entretanto algo mais subjazia ali, nas camadas mais profundas do texto, o qual intentou Deus nos revelar.

A revelação bíblica nos coloca diante dos olhos duas mulheres: uma escrava e outra livre, Agar e Sara respectivamente. Estas duas mulheres, conforme nos afirma o texto sagrado, são, na verdade, duas alianças: a escrava que representa o monte Sinai, na Arábia, e que corresponde à Jerusalém atual, que está em escravidão com os seus filhos; e a livre, que por sua vez, prefigura o monte Sião, o mesmo monte espiritual onde se achegam os filhos da nova aliança (cf. Hb 12:22).

Agar representa o monte Sinai, pois neste a lei fora dada aos israelitas. Assim, pois, do modo como a mulher escrava gerou Ismael, escravo à sua semelhança, a lei do Sinai gerou filhos para a escravidão, conforme se pode ler na epístola aos Gálatas: *“mas agora que conheceis a Deus ou, antes, sendo conhecidos por Deus, como estais voltando, outra vez, aos rudimentos fracos e pobres, aos quais, de novo, quereis ainda escravizar-vos? Guardais dias, e meses, e tempos, e anos. Receio de vós tenha eu trabalhado em vão para convosco”* (4:9-11).

Sara, diferentemente, representada pelo monte Sião, é símbolo da graça, isto é, daqueles que sendo estéreis, e nada possuindo que lhes fizesse frutificar para Deus, foram alvos de Sua misericórdia (Ef 2:4-6). Pois, do modo como Sara gerou Isaque, filho da promessa, sem nenhum esforço carnal, mas pelo poder do Deus que ressuscita os mortos e chama à existência as coisas que não existem, assim também são os filhos da nova aliança. Pois, a nosso respeito está escrito: “*Vós, porém, irmãos, sois filhos da promessa como Isaque*” (Gl 4:28).

Assim, duas mulheres e dois montes são-nos apontados como símbolos de dois pactos de Deus com o Seu povo: a antiga e a nova aliança. A primeira, material e terrena, gera para a escravidão; a segunda, celestial, é livre, e dela descende todos os que são semelhantemente libertos da lei, do pecado e da morte (cf. Rm 7:6; 8:2).

O fato de estas duas mulheres, símbolos das duas alianças, gerarem filhos, Ismael e Isaque, é muito significativo. Pois se representam elas as alianças de Deus, seus filhos certamente têm muito a nos ensinar sobre essas alianças. Vejamos:

## **(1) Ismael nasceu segundo a carne**

Deus havia prometido um filho a Abraão. O cumprimento da promessa não dependia de obras de lei. Quando o SENHOR prometeu a Abraão um filho, jurou por Si mesmo, a fim de tornar segura, para Abraão, a Sua

promessa. Tudo dependia da fidelidade de Deus em cumprir o que prometera. Abraão deveria descansar e confiar em Deus, continuamente, até que o SENHOR viesse cumprir a Sua palavra.

Todavia Abraão, sabendo que a sua mulher era estéril, e com medo de chegar à velhice e não mais poder gerar filhos, antecipou-se e gerou um filho em sua escrava, Agar. Dessa relação nasceu Ismael, filho da escrava, e, portanto, escravo à sua semelhança (Gn 16).

Observa-se que este filho não nasceu segundo a promessa de Deus. Antes, Ismael foi fruto da iniciativa e da indústria de Abraão. Semelhantemente não procedeu de fé, mas do esforço e da capacidade natural do patriarca. Por estas duas razões nos é dito que Ismael não nasceu segundo a promessa, mas segundo a carne.

O termo carne, neste sentido, veio significar tudo aquilo que o homem é capaz de realizar de si mesmo, sem Deus. Um bom exemplo disso é o que encontramos em Filipenses, texto no qual Paulo fala de si mesmo e de suas aptidões e capacidades naturais, dizendo: *“Bem que eu poderia confiar também na carne. Se qualquer outro pensa que pode confiar na carne, eu ainda mais: circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu de hebreus; quanto à lei, fariseu, quanto ao zelo, perseguidor da igreja; quanto à justiça que há na lei, irrepreensível”* (3:4-6).

**150** O apóstolo menciona sete características suas. Todas essas qualidades terrenas e humanas são o resultado de

herança natural e de dedicação à lei da antiga aliança do Sinai. A todas elas Paulo confere natureza carnal, isto é, as identifica como produto proveniente do homem natural e de sua capacidade de realização, de acordo com o padrão exterior da lei.

O fato, pois, de Ismael nascer de Agar, símbolo da primeira aliança, mediante a força natural do homem caído, revela-nos o tipo de aliança que foi o pacto do Sinai, a saber, um pacto de natureza canal, pois estabelece um relacionamento do homem com Deus baseado na letra, isto é, naquilo que é exterior, naquilo que o homem supostamente é capaz de realizar para Deus.

Quando o homem se envereda no caminho da lei, com o fim de servir a Deus baseado no antigo testamento, não demora muito para se perceber escravo do pecado, porque a força do pecado é a lei (1Co 15:56). A lei é como uma certidão de casamento que une em matrimônio o pecador e o pecado (o velho homem). Enquanto viver o pecador, ligado estará PELA LEI ao seu marido. Com efeito, torna-se necessário que o pecador seja unido a Cristo, em Sua morte, para que, uma vez morto, o pecado não mais tenha domínio sobre ele. E assim, a lei, que outrora fazia realçar as suas paixões pecaminosas, perde a força sobre aquele que agora serve a Deus em novidade de espírito, e não na caducidade da letra (Rm 7:4-6).

## (2) Isaque nasceu mediante a promessa

Por que nos é dito que Isaque nasceu segundo a promessa, vindo a simbolizar todos os demais filhos da nova aliança? Esta é certamente uma boa questão. Devemos trazer à lembrança o fato de que, antes de Isaque ser gerado das entranhas de Abraão e no interior de sua mãe, fora primeiramente concebido no coração de Deus. Isaque é fruto do amor eletivo do Altíssimo e de Sua vontade soberana, os quais foram revelados e prometidos gratuitamente a Abraão, Seu servo e Seu amigo.

Deus aguardou até que todas as forças de Abraão e de Sara chegassem ao limite. Quando já não se podia mais acreditar que o casal pudesse ter filhos, tendo o patriarca a idade de noventa e nove anos, disse-lhe o SENHOR: “Eu sou o Deus Todo-Poderoso; anda na minha presença e sê perfeito” (Gn 17:1). Esse foi um falar de repreensão do Senhor a Abraão, como quem, interpelando-o, dissesse: *“Abraão, se queres ser completo [pois assim se traduz literalmente a palavra perfeito], basta que ande em minha presença”*.

É do Senhor que emana todo poder de que necessitava Abraão. O resultado do poder de Deus em sua vida e na vida de Sara, logo veio à tona. Um ano depois, nascia Isaque (riso), resultado do derramamento do poder de Deus sobre as misérias e impotência humanas do casal. Isto é a graça de Deus. Isaque não nasceu porque os seus pais eram vigorosos e sadios. Antes, nasceu como prova da fidelidade, misericórdia e poder de Deus.



Assim são todos os que são salvos pela graça. À semelhança de Isaque, os filhos da nova aliança são todos livres e herdeiros de toda sorte de bênçãos espirituais, em Cristo (Ef 1:3 cf. 2Pe 1:3-4). O fazer absoluto de Deus por nós e em nós é a base sólida, segura e firme, da nova aliança. Os direitos do novo testamento são-nos legados, não nas condições de obediência humana; mas pela natureza santa e justa de Cristo, a qual, nos dias de Sua peregrinação demonstrou-Se irrepreensível, e, por ocasião de Sua morte e ressurreição, veio a ser a nossa justiça e a nossa santificação (1Co 1:30).

### **(3) Que, pois, fazer? O que nos dizem as Escrituras?**

Depois de fazer as devidas relações entre os tipos e os antítipos, de Agar e seu filho com a antiga aliança da escravidão, e de Sara e Isaque com a nova aliança da libertação e liberdade em Cristo, Paulo nos convida a mais uma reflexão: “*Contudo, que diz a Escritura?*” (Gl 4:30). Isso mesmo, indeciso leitor. O que a Escritura nos diz em face da revelação das alianças do antigo e novo testamento?

Se podes ver o que o Senhor está a revelar, então ouça a voz de Deus que imperativamente se dirige a ti (e a mim), dizendo: “*Lança fora a escrava e seu filho, porque de modo algum o filho da escrava será herdeiro com o filho da livre*” (Gl 4:30). *Mas, como assim?* Pergunta fazendo-se de desentendido o leitor: *o que representam a escrava e seu filho, os quais devem ser, por nós, lançados fora?* Ora,

representam a lei (Agar) e as suas obras (seu Ismael), isto é, o conteúdo e a prática da antiga aliança.

Consideras dura esta palavra? Abraão também assim a considerou. A Bíblia diz que pareceu isso muito penoso aos olhos do patriarca (Gn 22:11). Nos dias de hoje, muitos ao lerem o registro do Gênesis, texto em que se ordena a Abraão abandonar a escrava e seu filho, consideram tal atitude uma grande maldade (Gn 22:8-12). Todavia, assim pensam porque não podem compreender a essência das Escrituras. Essa história constitui uma parábola para os dias presentes. O Senhor está a nos ensinar os princípios das duas alianças e a nos mostrar a urgente necessidade de abirmos mão de nossos afetos carnis, que se apegam cegamente à tradição e cultura religiosa.

Por todos os anos e décadas, séculos e milênios, depois que o Senhor Jesus inaugurou a nova aliança, o sistema cristão tem elegido para si a escrava e seu filho, a lei e suas obras – na falsa esperança de lançarem mão da herança eterna. Entretanto não estão atentos ao que diz a Escritura, que diz: “[...] *de modo algum o filho da escrava será herdeiro com o filho da livre*”.

## **Capítulo 5**

A Nova Aliança: conteúdo, natureza e propósito

## **Capítulo 6**

As Bênçãos e Eficácia da Nova e Eterna Aliança

## **Capítulo 7**

Para o Cumprimento do Seu Propósito



## Capítulo 6

# **As Bênçãos e Eficácia da Nova e Eterna Aliança**

*“Bendito o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que nos tem abençoado com toda sorte de bênção espiritual nas regiões celestiais em Cristo.*

Efésios 1:3

*“Com efeito, nos convinha um sumo sacerdote como este, santo, inculpável, sem mácula, separado dos pecadores e feito mais alto do que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro, por seus próprios pecados, depois, pelos do povo; porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu”.*

Hebreus 7:26-27

O escritor aos Hebreus, no capítulo doze de sua epístola, chama-nos a atenção para o fato de estarmos sob a nova aliança. O seu falar consiste numa advertência, como quem exorta os crentes a valorizarem o privilégio de pertencerem à dispensação da graça. Em tom grave, relembra-nos de que a aliança de Deus para conosco – a nova aliança – não é a aliança da lei, dizendo: “*Ora, não tendes chegado ao fogo palpável e ardente, e à escuridão, e às trevas, e à tempestade, e ao clangor da trombeta, e ao som de palavras tais, que quantos o ouviram suplicaram que não lhes falasse mais*” (vs. 18-19). Pois, no monte da antiga aliança, a justiça e o juízo reclamavam a obediência absoluta do homem, ao mesmo tempo em que o ameaçava de morte, caso não alcançasse o seu padrão.

Tamanho foi o terror que encheu os corações dos israelitas por ocasião da promulgação da primeira aliança, que até Moisés, sendo ele o mediador entre Deus e os filhos de Israel, disse: sinto-me aterrado e trêmulo! Como também está escrito: até um animal, se tocasse o monte, morreria (vs. 20-21).

Mas, continua o apóstolo, “*tendes chegado ao monte Sião e à cidade do Deus vivo, a Jerusalém celestial, e a incontáveis hostes de anjos, e à universal assembleia, e igreja dos primogênitos arrolados nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados, e a Jesus, o Mediador da nova aliança, e ao sangue da aspersão que fala coisas superiores ao que fala o próprio Abel*” (vs. 22-24).

O monte Sião, símbolo da nova aliança, representa o lugar espiritual de reunião entre Deus e os Seus redimidos, constituindo, assim, uma grande assembleia universal. Não se trata de um lugar onde se clama por vingança, como clamava o sangue de Abel. Mas se refere a um lugar de perdão e de reconciliação, onde Jesus é a propiciação e o propiciatório, a oferta pacífica e o lugar de encontro entre Deus e os homens.

É, pois, neste lugar espiritual, no monte Sião, em que somos abençoados com toda sorte de bênçãos espirituais, em Cristo Jesus (Ef 1:3). Tais bênçãos, garantidas pela nova aliança, já nos foram dadas de uma vez por todas, quando Jesus derramou o Seu sangue no Calvário. Diferentemente da antiga aliança que tão somente prometia, condicionalmente, bênçãos de caráter temporal, o novo concerto confere bênçãos eternas, incorruptíveis e imensuráveis, as quais não pode o tempo apagar, nem destruir, nem roubar, pois foram conquistadas por Cristo, e n'Ele estão guardadas.

Muitas são as bênçãos do novo pacto do Calvário, podendo ser divididas em dois grupos distintos: as que são de natureza objetiva e as que são subjetivas e substanciais em nós. Podemos depreender isto do texto de Hebreus 8:8-12. Nesta referência da Palavra de Deus, texto em que se trata das bênçãos da nova aliança, temos duas bênçãos centrais, geradoras de outras bênçãos delas decorrentes: a primeira é o perdão eterno dos pecados, de todos os pecados do passado, presente e futuro. A segunda é a ministração da lei do Espírito de vida, na mente e nos corações dos eleitos de Deus (cf. Rm 8:2).

O perdão eterno de todos os nossos pecados, pelo sangue de Cristo, traz-nos uma série de outras bênçãos objetivas. A lei do Espírito de vida, por sua vez, traz consigo um tanto de outras bênçãos, subjetivas, resultantes do habitar interior do Espírito Santo naqueles que creem em Jesus.

As bênçãos objetivas provenientes do sangue de Cristo são o perdão de pecados e a reconciliação com Deus, a justificação e a santificação. Estes quatro benefícios resolvem os nossos problemas com Deus e diante d'Ele. Os pecados são perdoados, o escrito de dívida é rasgado, e das nossas iniquidades o Senhor jamais Se lembra. Como resultado, o Espírito de Santidade nos separa de tudo o que é comum e pecaminoso e nos veste com o próprio Cristo, o qual é a nossa justiça, o que nos torna aceitáveis diante de Deus.

Resolvido o problema dos pecados, podemos, então, receber as demais bênçãos, subjetivas, as quais são-nos ministradas para dentro de nós pelo Espírito Santo. O Deus triúno vem habitar o nosso coração (Jo 14:23), mediante a fé, a qual é um dom de Deus, regenerando-nos com e para a vida eterna. A vida vitoriosa de Cristo sobre todas as coisas negativas, assim como todo o poder de Sua vida de ressurreição, juntamente com todas as virtudes e glória de Sua divindade são-nos, pois, comunicadas como bênçãos da nova aliança.

Deste modo, não somente temos os problemas objetivos resolvidos pelo sangue de Cristo, nem somente somos constituídos subjetivamente filhos da nova aliança, como também somos munidos com tudo o que precisamos



Na nova aliança, o Senhor não nos ameaçou por causa de nossos pecados, prometendo maldições sobre aqueles que transgredissem a Sua lei. Pelo contrário, Ele se fez pecado por nós e levou sobre Si todo o castigo que nos traz a paz. Jesus não somente nos exigiu santidade como o fez na primeira aliança. Antes, Se deu a Si mesmo a nós para ser a nossa santidade. Não somente nos exigiu justiça, mas deu-Se a Si mesmo para ser a nossa justiça (1Co 1:30). Não nos prometeu uma terra, nem chuva, nem cereais, nem riquezas materiais, mas concedeu-nos, gratuitamente, a Si mesmo como o Espírito que dá vida (Rm 8:2), e nos constituiu um reino de sacerdotes (Ap 1:6), a fim de servi-LO na Sua face, hoje, no reino milenar e por toda a eternidade.

O apóstolo Pedro afirmou que já temos recebido todas as coisas que nos conduzem à vida e à piedade. Tudo o que precisamos para garantir ampla entrada no reino vindouro e a nossa participação plena na natureza divina, já estão em nós, esperando que delas tomemos posse, e as experimentemos, confirmando, assim, a nossa vocação (2 Pedro 1:3-11).

O sucesso final da nova aliança, portanto, é garantido. Não há a mínima chance de não dar certo. Pois, quando Deus a promulgou, certificou-Se de que, sendo Ele o alfa e o ômega e o autor e o consumidor da fé, completaria, Ele mesmo, a obra que um dia começou (Fp 1:6).

Se esta aliança estivesse fundamentada nas mesmas bases da antiga, certo é que não alcançaria êxito. Porém Deus o Pai a fundamentou na pessoa de Seu Filho. Jesus Cristo é tudo nesta aliança: Ele é o Sumo Sacerdote, o Sacrifício, o

Fiador, o Ministro do santuário e o Intercessor. Verifiquemos, pois, como que o Filho Se tornou a garantia dessas bênçãos eternas, e o quanto são eficazes para o cumprimento da vontade de Deus em nós, de acordo com os critérios da nova aliança.

## **(1) Jesus é o Sumo Sacerdote qualificado em natureza, obra e posição**

Sacerdote é alguém constituído por Deus, nas coisas referentes a Ele, a favor dos homens, para oferecer tanto dons como sacrifícios pelos pecados (Hb 5:1). Consoante a este conceito estritamente bíblico, não inventado como muitos o fazem indevidamente, três aspectos devem ser aqui considerados para maior compreensão do que é um sacerdote e de sua função: (a) aquele que é constituído [sacerdote]; (b) aquele que constitui os sacerdotes nas coisas referentes a Si mesmo [Deus]; e, (c) os homens que são alvos dessa ministração mediante os dons e sacrifícios oferecidos pelos seus pecados.

Um sacerdote é alguém chamado e constituído por Deus, a fim de fazer mediação entre Deus e os homens. Por causa da queda, o homem foi expulso do jardim do Éden, perdendo, assim, o direito de entrar e permanecer na presença do SENHOR. Esta separação é justificada pelo texto do profeta Isaías, em que declara que os pecados fazem separação entre os pecadores e o Deus santo (Is 59:2). Por esse motivo, de acordo com o plano de redenção, Deus estabeleceu sacerdotes, aqueles que, no Santuário, entrariam

A reconciliação, no entanto, entre o homem pecador e o Deus santo, não é possível sem o sacrifício pelo pecado, haja vista não haver remissão sem derramamento de sangue (Hb 9:22). Com efeito, no tempo da antiga aliança, os sacerdotes deveriam comparecer perante Deus, como representantes do povo, levando consigo o sangue do sacrifício, tanto pelas transgressões do povo como pelos seus próprios pecados (Hb 5:3).

Desse modo, mesmo que o tal mediador fosse um sumo sacerdote – pois sumo quer dizer elevado, excelso, supremo – sendo ele tomado dentre os homens, estava rodeado de fraquezas, e, conseqüentemente, cheio de pecados como todos os demais. Por essa razão, não podia ele entrar na presença de Deus, sem que antes oferecesse sacrifícios pelas iniquidades de todos, a começar por si próprio, pela sua família e por todo o Israel (Lv 16:11 e 15).

Soma-se ainda à condição de fraquezas e pecados dos sacerdotes do antigo concerto o fato de serem eles homens mortais (Hb 7:23). Por causa da morte, eram impedidos de continuar a exercer o sacerdócio. Por essa razão eram constituídos em grande número, sendo substituídos por outros, na medida em que eram vencidos por ela.

Ah, aliança fraca e inútil! Como poderias tu alcançar êxito, salvando e santificando o homem para Deus, se, não bastando os teus sacrifícios que eram incapazes de tirar o pecado, os teus ministros eram fracos, pecadores e mortais? Certamente, como diz o escritor aos Hebreus, convinha-nos um sumo sacerdote diferente, “*santo, inculpável, sem*

*mácula, separado dos pecadores e feito mais alto do que os céus, que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrificios, primeiro pelos seus próprios pecados, depois pelos do povo; porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu” (Hb 7:26-27).*

Aleluia! A nova aliança dispõe de apenas um sumo sacerdote que nos apresenta e nos leva para a presença do Pai: o nosso Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, o qual é santo, inculpável, sem máculas e separado dos pecadores. Como homem, viveu nesta terra por mais de trinta anos, não conheceu pecado nem dolo algum se achou em Sua boca (2 Co 5:21).

Tendo o Senhor Jesus efetuado eterna redenção, não permaneceu na morte. Mas, uma vez aprovado pelo Deus Justo, entrou em ressurreição na glória eterna, na mesma glória que tivera junto com Pai, antes da fundação do mundo (Jo 17:5). E, tendo sido exaltado, feito mais alto do que os céus, o nosso Sumo Sacerdote assentou-Se à direita da Majestade, para ser a redenção e a propiciação pelas nossas iniquidades, garantido, assim, o direito de sermos aceitos na presença do Pai e recebidos de volta na família de Deus (Ef 2:16-19).

Por tudo isso, o Senhor e Sumo Sacerdote Jesus Cristo está qualificado em natureza, obra e posição para levar a cabo a vontade do Pai, em nós, de acordo com a nova aliança.

## (2) Jesus é o maior e perfeito sacrifício

Desde a queda do homem, Deus estabeleceu o sacrifício de animais, como sombra do verdadeiro sacrifício por vir. Os servos de Deus que viveram antes de Cristo precisavam aprender sobre a redenção, mediante alguma coisa que lhes fosse minimamente reveladora. Era necessário que os homens entendessem o plano de Deus, no que concerne à morte substitutiva do Messias em lugar dos pecadores.

No Éden, Deus havia declarado, dizendo: *“Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”* (Gn 3:15). Todavia, a promessa de um descendente que seria ferido no calcanhar, não parecia muito clara, nem tão pouco alcançou o profundo do coração do homem pecador. Por essa razão, mandou Deus que trouxessem um animal, um cordeiro certamente, e diante do homem e da mulher, colocando-o sobre uma pedra, o imolou. Depois de fazer verter todo o sangue inocente, da pele do animal imolado fez o Senhor Deus vestes para com ela cobrir o homem e a mulher (Gn 3:21).

A morte inesperada do cordeiro deve ter provocado sensações terríveis em Adão e Eva. Eles nunca haviam visto algo semelhante, senão que somente foram advertidos quanto à morte contida no fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. Contemplar o cordeiro render a sua vida, em profundo silêncio e resignação, sem que tivesse culpa ou cumplicidade em seu pecado, fez o homem e a mulher compreenderem mais claramente o mistério da substituição.

Poderíamos imaginar um suposto diálogo entre o homem e Deus, diante da cena inusitada da morte do cordeiro: “– Mas, Senhor! O que estás a fazer? Não deveríamos nós morrer, com justiça, recebendo o que os nossos atos merecem? Como, pois, sacrificas este que nenhum mal fez? – “Deixa... Pois importa que assim seja até o tempo oportuno de reforma” (Hb 9:10). Este cordeiro, como tantos outros que virão depois dele, servirá de figura para ensinar, mesmo que palidamente, a respeito do Cristo que virá para sofrer, em lugar dos transgressores, a penalidade de seus pecados, e receber, no lugar do pecador, o salário que lhe é devido” (Rm 6:23).

Desde então, um caminho de sangue foi pavimentado, desde o Éden até ao Calvário. Entretanto nunca estiveram no coração de Deus esses sacrifícios de animais. O Senhor assim os estabeleceu, por medida provisória, até que viesse o verdadeiro. Esses sacrifícios exerciam uma função meramente pedagógica, e quando muito, apenas encobria os pecados dos penitentes, não podendo, contudo, removê-los. De sorte que, todos os pecados confessados sob a primeira aliança, permaneciam nos registros de Deus, aguardando a verdadeira redenção, em que o mais excelente sacrifício havia de ser imolado, para TIRAR O PECADO DO MUNDO (1Co 15:17; Hb 9:15 cf. 10:1-4).

Por isso o Filho de Deus, ao ser introduzido no mundo, disse: “*Sacrifício e oferta não quiseste; antes, um corpo me formaste; não te deleitaste com holocaustos e ofertas pelo pecado. Então, eu disse: Eis aqui estou (no rolo*

*do livro está escrito a meu respeito), para fazer, ó Deus, a tua vontade [...] Remove o primeiro para estabelecer o segundo” (Hb 10:5-10).*

O verbo de Deus ao Se fazer carne, assim o fez para ser o verdadeiro sacrifício. Este, sim, estava no coração de Deus. O Deus Unigênito encarnado e imolado sobre o “altar de holocausto” (Gólgota) consiste, neste particular, em a vontade do Pai (Hb 10:7 e 10).

Não é sem razão que, por três vezes, nos evangelhos encontramos o testemunho do Pai a favor do Seu Filho. Esse tríplice testemunho, expresso em voz audível, é a confirmação do agrado do Pai em relação ao Seu Cristo, com ênfase acentuada na Sua morte. Isso nos leva a considerar a vontade de Deus quanto à morte de Cristo em detrimento aos muitos sacrifícios de animais, cujo sangue não pode, jamais, remover pecados.

A primeira vez que o Pai falou publicamente que o Filho era o prazer do Seu coração ocorreu por ocasião de Seu batismo (Mt 3:13-17). Ora, o que foi o batismo de Jesus senão um prenúncio, simbólico, de Sua morte e ressurreição? Quando, pois, o Pai viu Jesus Cristo iniciar o Seu ministério proclamando profeticamente o que veio realizar, não Se conteve e, do céu, bradou, dizendo: *“Este é o meu filho amado em quem me comprazo”*.

Quando os gregos, motivados pela curiosidade suscitada pela ressurreição de Lázaro, foram ver Jesus, novamente a voz do Altíssimo ecoou, dizendo: *“Eu já o*

*glorifiquei e ainda o glorificarei*” (Jo 12:28). Tal manifestação pública da aprovação do Pai em relação ao Filho aconteceu depois que Jesus declarou as seguintes palavras: “*Em verdade, em verdade vos digo: se o grão de trigo, caindo na terra, não morrer, fica só; mas, se morrer, produz muito fruto*” (Jo 12:24). Vê-se, pois, claramente que a segunda vez que Deus fez ouvir a Sua voz ocorreu no momento em que Cristo profeticamente anunciava a Sua morte iminente.

A terceira ocasião em que a voz de Deus se fez ouvir entre os homens, se deu no monte da transfiguração, momento no qual Moisés e Elias falavam com o Senhor a respeito de Sua morte (Mt 17:5 cf. Lc 9:30-31).

Nota-se, portanto, que nas três e únicas vezes em que o Pai testemunhou a favor de Seu Filho, fazendo ouvir a Sua voz na Terra, Ele o fez em momentos em que a morte de Cristo foi preconizada, mostrando-nos como que o Seu prazer e vontade estão no Seu Filho, e este crucificado.

Quando, pois, o Senhor Jesus foi ao Calvário, os céus pode vê-LO como um cordeiro mudo, que, sendo levado ao matadouro, não abriu a Sua boca. Era Ele o verdadeiro cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Como o cumprimento pleno de todos os sacrifícios simbólicos praticados na era do antigo testamento, Jesus é o verdadeiro e maior sacrifício oferecido a Deus.

Porque Jesus é o maior e mais perfeito sacrifício obteve Ele eterna redenção. Isso significa que não precisamos



se oferecia a Deus. A necessidade dos muitos sacrifícios no tempo do antigo testamento, explica-se pelo fato de o sangue de animais não possuir o poder de remover pecados, nem ser suficiente para aperfeiçoar os seus ofertantes (Hb 10:1-4). O sacrifício de Cristo, ao contrário, é eterno e, conseqüentemente, são eternos os seus benefícios. Por isso está escrito no testamento, o novo testamento a nós legado pela graça de Cristo: *“Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, UMA VEZ POR TODAS [...] Porque, com uma única oferta, APERFEIÇOOU PARA SEMPRE quantos estão sendo santificados”* (Hb 10:10 e 14).

Nesta base é que se fundamenta a verdadeira fé cristã. A salvação é-nos apresentada como um dom gratuito de Deus (Ef 2:8). A nossa certeza está ancorada, não em nossas próprias obras, mas na redenção de Cristo, a qual é eterna como eternos são os seus resultados. Aleluia! Não mais precisamos andar acusados, e nem tão pouco desconfiados ou derrotados. Antes, andamos por fé, na certeza de que estamos eternamente salvos (Jo 10:28). O sacrifício de Cristo ao nosso favor é suficiente para pagar toda a nossa dívida, como de fato o fez, *“tendo cancelado o escrito de dívida que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o INTEIRAMENTE, encravando-o na cruz”* (Cl 2:14).

### (3) Jesus é o Fiador da Nova Aliança

Em Hebreus 7:22, lemos: “*Neste sentido é que Jesus se tornou a garantia de uma aliança melhor*” (BJ). *Garantia*, conforme se encontra na versão Bíblia de Jerusalém, é o vocábulo correlato do termo *fiador*, conforme se encontra em outras versões da Bíblia Sagrada.

Mas em que sentido é Jesus a garantia ou o fiador da nova aliança? Ora, não devemos entender com isso que Jesus é o fiador do homem para com Deus, como se Ele Se responsabilizasse pela nossa dívida, caso não a pagássemos, ficando comprometido a completar o restante das obras que não conseguimos realizar. Pelo contrário. Devemos entender que JESUS É A GARANTIA DA ALIANÇA, porque sendo Ele o Sumo Sacerdote, à direita do Pai, como o mais perfeito sacrifício, garante o direito e a posse, a todos os Seus eleitos, de todas as bênçãos conquistadas na cruz, independentemente de suas obras.

Assim, se na antiga aliança as bênçãos temporais dependiam do homem, ficando este a mercê de sua própria (in)capacidade, não possuindo nenhum fiador, as bênçãos eternas do novo concerto dependem tão somente da fidelidade de Deus, o qual jurou concedê-las gratuitamente a Abraão.

Ora, havendo Deus pactuado com Abraão, prometendo abençoar-lhe gratuitamente, o SENHOR interveio com juramento, com o fim de lhe dar a garantia de Sua palavra.

abraâmica, em que o verdadeiro Isaque fora concebido e imolado (Gl 3:16 cp. Hb 11:17-19), o juramento de Deus de outrora fora substituído pelo pagamento (fiança) cabal de nossas dívidas, tornando-Se Cristo a garantia de nossa entrada no santuário celestial, como está escrito: “*a qual temos por âncora da alma, SEGURA E FIRME e que penetra além do véu, onde Jesus, como precursor, ENTROU POR NÓS, tendo-se tornado sumo sacerdote para sempre, segundo a ordem de Melquisedeque*” (Hb 6:17-20).

Não poucos cristãos andam fiados em suas próprias obras, considerando que a salvação é fruto da indústria humana, ainda que, paradoxalmente, professam crer no sacrifício de Jesus Cristo. Confessam com os lábios que Jesus é o fiador da nova aliança, mas o coração anda sobrecarregado pelo peso da lei e desesperado diante de seus constantes fracassos. Com efeito, consideram-se ora salvos ora perdidos, pendulando do “céu” para o “inferno” e do “inferno” para o “céu”, a depender de suas experiências. Se porventura praticam obras religiosas aprovadas pelos homens, sentem-se confortáveis e aprovados por Deus, “seguros” de sua salvação naquele momento. Se, porém, dominados pela carne e traídos pela própria espiritualidade, verificam-se pecadores como quaisquer outros, consideram-se indignos e, portanto, condenados ao fogo eterno, caso viessem a morrer naquele momento ou fossem pegos de surpresa pela vinda “secreta” de Jesus Cristo.

Falta-lhes, certamente, o conhecimento da nova aliança. Os que assim pensam, não podem confiar plenamente

em Jesus Cristo, porque desconhecem que o preço pago por Ele é suficiente. Não lhes chegou ao coração a revelação de que o Senhor Se tornou o fiador do novo testamento, a nossa garantia.

Sabendo, pois, que o Senhor Jesus entrou por nós nos céus, abrindo-nos um novo e vivo caminho que nos assegura livre acesso à presença do Pai celestial, devemos ser aqueles que, movidos pela força da fé, entram com intrepidez no Santo dos santos, na certeza de que tudo já está pago, restando-nos tão somente o tomar posse de todas as Suas conquistas (Hb 10:19-20).

#### **(4) Jesus é o Ministro do santuário celestial**

É sempre importante trazer à memória o fato de a antiga aliança ter sido um pacto entre Deus e Seu povo Israel, cuja natureza limitava-se ao material, ao físico e ao tangível. Por conseguinte, todos os ritos, as ofertas, os utensílios utilizados nas cerimônias, assim como o próprio lugar onde se realizavam os sacrifícios, não possuíam a realidade da vontade eterna de Deus. Consistiam, efetivamente, em meras sombras e figuras, utilizadas como parábolas para o tempo presente, a fim de ensinar aos homens daquele tempo o caminho da salvação (Hb 9:9).

É certo que o antigo concerto não possuía eficácia alguma para fazer cumprir, nos eleitos de Deus, o Seu propósito eterno. Era necessário, pois, que a nova aliança dispusesse de elementos correlatos aos do primeiro pacto,

sendo, contudo, sobreexcelescentes em natureza, a saber, de natureza celestial e eterna, em contraste à natureza fugaz e terrena da primeira aliança.

Por essa razão, a Bíblia nos assegura que, nos céus, onde se encontra o trono da Majestade, há um santuário inigualável a qualquer coisa terrena. Certamente não se deve pensar no santuário celestial, com as mesmas imagens literais que existiam no santuário terrestre. Lembre-se: o santuário terrestre com todos os seus utensílios tanto quanto o serviço que ali se prestava, serviram de sombra das coisas verdadeiras (Hb 8:5). O sistema levítico serviu de pedagogo, a fim de ensinar, a partir de elementos rudimentares, as grandezas maravilhosas de Deus e de Sua obra, que o olho e a mente humana não podem ver ou imaginar.

Com efeito, o tabernáculo de Moisés assim como o templo de Salomão consistiam de meras representações simbólicas, as quais falavam figuradamente dos recônditos dos céus, de Cristo, de Sua redenção e de Sua completa obra de salvação a nosso favor. Porque os homens não podem alcançar o maravilhoso, Deus fala-lhes com uma linguagem antropomórfica, de modo a traduzir o sentido, não, porém, a essência das coisas celestiais.

A virada radical ocasionada pela vinda do Verbo e de Sua morte e ressurreição, é o grande argumento da epístola aos Hebreus. Pois, tendo vindo Cristo como o cumprimento das coisas elementares da lei e dos profetas, se finda na terra o ministério sacerdotal de homens mortais, juntamente com toda parafernália do templo terreno. Em contrapartida, inaugura-se, nos céus, novo ministério, cujo sumo sacerdote **173**

é Aquele de quem se testifica que vive. Neste novo ministério, o sacrifício oferecido é o próprio Jesus, cujo sangue foi derramado de uma vez por todas, tendo Ele obtido eterna redenção.

Depois de ter padecido no Calvário, o Cristo ressurreto ascendeu aos céus para Se tornar ministro do santuário celestial, não do tabernáculo feito por Moisés ou do templo construído por Salomão; mas do verdadeiro tabernáculo, como está escrito: *“Ora, o essencial das coisas que temos dito é que possuímos tal sumo sacerdote, que se assentou à destra do trono da Majestade nos céus, como ministro do santuário e do verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem”* (Hb 8:1).

O Senhor Jesus, portanto, entrou nos céus para ser o ministro celestial, o qual ministra para dentro de Seus discípulos tudo o que Ele é, tudo o que realizou e tudo o que conquistou. Todas as bênçãos provenientes da cruz são-nos ministradas pelo ministro do santuário celestial, mediante o Espírito da realidade que nos conduz a toda a verdade (Jo 16:13).

Nesse sentido, o tabernáculo celestial toma proporções transcendentais, excedendo o que comumente se diz a seu respeito. Não se limita a mero recinto sagrado, nos céus, com abóbada e tudo o mais que a mente humana é capaz de criar (ainda que isso possa existir). Mas, compreende a habitação bidimensional de Deus: nos céus e nos homens redimidos – a igreja. Esta, embora esteja na terra, está, concomitantemente,

nos céus. Como disse profeticamente Jacó a respeito da habitação de Deus: “*Quão temível é este lugar! É a casa de Deus, a porta dos céus*” (Gn 28:17).

Ora, que casa de Deus é esta a qual Jacó faz menção, afirmando ser ela a porta dos céus? É o novo santuário de Deus criado a partir da união dos espaços celestiais com o espírito dos homens redimidos, ligados pela escada divino-humana que é Cristo (Jo 1:51). O acesso ao Santo dos santos está no espírito humano de todos os que creem em o nome de Jesus – por isso diz que a casa de Deus, a qual é a igreja (1Tm 3:15), é a porta dos céus.

O ministro do santuário celestial está, pois, a ministrar as bênçãos da eterna aliança, pelo Seu Espírito, na igreja. Quando o Senhor disse “*Eu edificarei a minha igreja*” (Mt 16:18), falava a respeito desse dispensar de Si mesmo e de Sua obra e conquistas para dentro de Seus escolhidos, com o fim de produzir a nova criação.

Por isso, não despreze a igreja. Não a considere facultativa, nem dispensável aos propósitos divinos. Não penses que tu, birrento leitor, individualmente, terás um trabalhar particular de Deus, para te constituíres, sozinho, uma obra para Ele. Pelo contrário, a obra de Deus, conforme afirma toda a revelação do novo testamento, consiste na salvação de indivíduos, com o fim de fazê-los um homem corporativo, o qual, ainda que formado de muitos membros, constitui um só corpo (1Co 12:12 e 27).

Na Bíblia não se fala da salvação de indivíduos com o fim de se obter um grupo de indivíduos salvos. Mas fala-se de um número plural de salvos, com vistas a serem edificados numa habitação singular para Deus. Esse é o aspecto universal da igreja, o qual se caracteriza pela unidade, que não pode ser jamais tocada nem dividida por ação humana.

Entretanto esta igreja singular manifesta-se nas muitas expressões do corpo de Cristo e em variados ministérios. Cada igreja local, nesse sentido, enquanto assembleia reunida na base do nome de Jesus Cristo, para o Seu louvor e glória, é alvo do dispensar de Cristo mediante o Seu ministério celestial, em nós.

Em Apocalipse 2 e 3 visualizamos claramente esta revelação. O apóstolo e profeta João viu como que o Cristo ressurreto mantém-Se ativo, como sumo sacerdote, andando entre as igrejas e suprindo-lhes suas lâmpadas com o óleo de Seu Espírito. De tudo o que as igrejas precisam para a sua edificação, o ministro celestial está pronto para suprir.

Portanto quando a igreja se reúne em um só lugar, o Senhor se faz presente e, na qualidade de sumo sacerdote e ministro do santuário celestial, põe-Se a servir a Si mesmo como graça, perdão, virtude e poder, a cada um dos Seus santos, na medida em que creem, que confessam e que tomam posse d'Ele, pelo Espírito e no espírito.



## **(5) Jesus é o Intercessor que pode salvar completamente os que por Ele se chegam Deus**

Por fim, a eficácia da nova aliança sustenta-se também no fato de Cristo ser o nosso intercessor junto a Deus. As Escrituras nos asseguram que, não somente o Senhor está conosco a nos suprir, mas permanece à direita do Pai, sendo Ele próprio o sacrifício, recém-imolado, reivindicando o perdão, a cada fraqueza de Seus filhos, perdão este assegurado por Seu sacrifício efetivado na cruz do Calvário.

Não devemos pensar com isso, que o Pai resiste a nos perdoar, razão por que o Seu Filho estaria a reivindicar diante d'Ele o perdão. Não; é certo que não é desse modo. Mas, quando tomado por empréstimo o que nos diz o profeta Zacarias (3:1-5), entendemos que se trata de uma questão de justiça e de transparência. Satanás, o nosso adversário, é acusador e vive a nos acusar diante de Deus (Ap 12:10). Jesus, pois, como o sacrifício eterno, permanece ao lado do Pai, como quem evoca, continuamente, o Seu sacrifício, o que nos garante o perdão, sempre que confessamos diante d'Ele os nossos pecados e injustiças (1Jo 1:9).

Por isso, em Hebreus 7:25, lemos: “[...] *também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles*”. Aleluia! Há no trono de Deus, à Sua direita, uma eterna voz que clama a nosso favor. Não uma voz de acusação, como a voz de Abel que clamava por vingança, mas a terna voz de Jesus que clama por perdão e por salvação a todos os que invocam o Seu nome.

A garantia que temos de que os pecados confessados diante de Jesus alcançam de fato o perdão, não está nas promessas que não raras vezes fazemos, dizendo que não mais praticaremos “esse” ou “aquele” pecado. Mas a garantia está no pagamento que o Senhor já efetuou de uma vez por todas com o Seu próprio sangue.

Por essa razão, a salvação por Ele oferecida a nós é uma salvação completa, como diz: “[...] *também pode salvar TOTALMENTE os que por ele se chegam a Deus*”. A Sua salvação é completa porque o Seu sacrifício foi completo. Nenhum pecado deixou sem o devido pagamento. A justiça do Eterno foi plenamente satisfeita e, conseqüentemente, o Cristo ressurreto tornou-Se não somente o nosso intercessor, como também a própria intercessão. O simples fato de o Cristo de Deus permanecer à Sua direita, como bem O viu João em sua visão do Apocalipse (5:6), constitui, por si só, a intercessão continuada por todos os que foram alvos da obra que um dia Ele começou.

Por estas e outras razões, dizemos que a nova aliança é superior à primeira, tanto em natureza quanto em eficácia, tendo a certeza de que por meio dela, o Deus soberano há de cumprir com toda a Sua vontade.

## **Capítulo 5**

A Nova Aliança: conteúdo, natureza e propósito

## **Capítulo 6**

As Bênçãos e Eficácia da Nova e Eterna Aliança

## **Capítulo 7**

Para o Cumprimento do Seu Propósito



## Capítulo 7

# Para o Cumprimento de Seu Propósito

*“[...] Meu pai trabalha até agora, e eu trabalho também”*

João 5:17

*“E todos nós, com o rosto desvendado, contemplando, como por espelho, a glória do Senhor; somos transformados, de glória em glória, na sua própria imagem, como pelo Senhor, o Espírito”.*

2 Coríntios 3:18

*“Disse-me ainda: tudo está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e Fim”.*

Apocalipse 21:6

Um dos principais objetivos da Bíblia Sagrada é o de revelar Deus e o Seu plano eterno. Muitos, desavisados, perdem-se nas suas muitas páginas, prendendo-se aos seus enredos e enfatizando meros mandamentos moralizantes, sem, contudo, compreenderem a verdade ali revelada.

Isso acontece porque não possuem uma visão holística e sincrônica da Palavra de Deus. Esses, impelidos por uma visão fragmentada e descomprometida com o todo da Escritura, criam para si religiões diversas, desde as mais rígidas às mais flexíveis, crendo que suas práticas religiosas satisfarão o coração de Deus, convencendo-O de concederem-nos o direito de habitarem o céu por toda a eternidade. Enganam-se.

Deus não é o que pensam ser, nem a Sua vontade consiste em meras ordenanças carnis quanto ao fazer ou não fazer. Pensar desse modo é reduzir Deus a homem, como se Ele fosse como um de nós. Isto é o que fazem os homens inventores das muitas religiões humanas: fabricam, em o nome do Deus verdadeiro, os seus deuses, na medida em que projetam as suas aspirações e conceitos, dando-lhes formas e nome de Deus. Assim, pois, o fazem porque, em muitos casos, se utilizam de textos recortados da Bíblia Sagrada, descontextualizados, que não exprimem, isoladamente, a verdade de Deus em toda a Escritura.

Há, portanto, um princípio que se deve levar em consideração no estudo da Palavra de Deus: tudo o que diz a Escritura, independentemente de dispensações e gêneros, converge para o cumprimento da vontade do coração de

Deus. Os caminhos do Senhor e o modo como Ele age e ensina o Seu povo em cada época não fazem da Bíblia uma “colcha de retalhos”; antes, são *afluentes* que confluem para a plenitude do plano eterno de Deus. Por esse motivo, não se deve tomar parte da Escritura em detrimento do seu todo, visto que as partes não possuem elementos suficientes para exprimir, separadamente, a verdade plena de Deus. Esta somente é revelada e manifestada a partir de uma macrovisão, depois de reunidas as partes das Escrituras, formando um todo-significativo.

Esse princípio hermenêutico deve ser levando em conta quando se estuda a antiga e a nova aliança. Conforme indicado no título deste livro, as alianças de Deus visam ao cumprimento do Seu propósito. Isso significa que tais alianças constituem os meios pelos quais Deus cumpre algo. Por conseguinte as alianças não são o alvo, mas o caminho pelo qual o Senhor percorre, e as ferramentas por Ele utilizadas, na busca da concretização de Seu plano e da satisfação de Sua vontade eterna.

Com efeito, o conhecimento das alianças de Deus tanto quanto o uso que delas fazemos servem-nos para fazer-nos experimentar o trabalhar de Deus, a fim de conduzirmos, por fim, à edificação plena da nova criação, conforme planejada e decretada pelo Senhor, antes da fundação do mundo.

Não podemos, portanto, tão somente nos alegrar com o conhecimento da nova aliança, como quem se alegra com uma boa notícia. É necessário mais do que isso. É preciso fazer uso da aliança do Calvário, caminhando nos seus

princípios e utilizando os seus recursos como ferramentas de edificação do novo homem. É, pois, urgente, que passemos do átrio, onde somos judicialmente justificados, para o Santo dos santos, onde somos transformados, ontologicamente, de glória em glória, na própria imagem do Senhor, o Espírito (2Co 3:18).

O mero conhecimento da boa notícia de que Cristo já nos redimiu incondicionalmente de todas as nossas transgressões e nos libertou de todas as maldições prescritas na lei, não produz, efetivamente, a plena vontade de Deus, em nós. Antes, tão somente abre-nos uma porta em nosso entendimento, o que nos possibilita enxergarmos a Cristo como o novo e vivo caminho, para por Ele palmilharmos a experiência da salvação.

Nesse sentido, o sangue de Jesus é a garantia de perdão, e justificação e santificação objetivas diante de Deus, que qualifica o homem redimido a ser projetado no processo de salvação orgânica, em seu ser integral – espírito, alma e corpo, mediante a vida imarcescível do novo homem, gerado em ressurreição, a saber, Cristo Jesus – Rm 5:10.

Convido-te, pois, perseverante leitor, a percorrer o caminho do discernimento da vontade singular de Deus, conforme se encontra revelada ao longo das páginas de toda a Bíblia.



## DEUS TEM UM PLANO ETERNO

De tudo o que diz a Escritura Sagrada em seus sessenta e seis livros, a suma é: Deus tem um plano. Nada de significativo existe ou acontece por acaso. O que vemos profeticamente anunciado em Apocalipse 21 e 22 é o cumprimento daquilo que o Eterno planejou antes do “princípio”, o qual demarca o começo da obra de Deus. Ora, se há um princípio (Gn 1:1) e um fim (1Co 15:24), então os eventos que têm lugar entre esses dois pólos consistem no trabalhar de Deus na busca do cumprimento de Seu propósito eterno.

Desde que Deus estabeleceu o *princípio*, tendo Ele decretado os Seus caminhos pelos quais cumpriria o Seu plano, começou o SENHOR a trabalhar em direção ao Seu propósito. Todos os atos divinos, nesse sentido – a criação dos Céus e da Terra, a recriação da Terra em seis dias, a era patriarcal, a lei e os profetas, até o Seu Filho Jesus e Sua obra – constituem a obra de Deus para o cumprimento de Seu plano eterno.

A visão antropocêntrica do homem carnal e religioso não pode perceber essa verdade. O impedimento que lhe obstrui a visão é a compreensão triplamente equivocada que o homem tem a respeito de si mesmo: 1) o considerar-se a razão da existência de todas as coisas; 2) o julgar que a sua vontade humana é quem decide o curso de tudo; e, 3) o imaginar que o fim de todas as coisas será estabelecido pela força natural de seu braço.

Pobre homem. Nada existe por tua causa, nem tão pouco podes dirigir o curso da vida, e nem ao menos determinar o fim de todas as coisas. Certamente o vinho da prostituta te engana, e não te permite enxergar Aquele que é, por meio *do qual, no qual* e para *o qual* todas as coisas foram criadas (Cl 1:16).

A verdade é que o Pai tem um plano eterno, estabelecido em Seu Filho, antes da fundação do mundo (Ef 3:11), de fazer convergir n'Ele, na dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as do céu quanto as da terra (Ef 1:9-10). Trata-se de um tempo de glória em que haverá a convergência do Universo na pessoa de Jesus Cristo, o qual não somente será a universalidade e centralidade de todas as coisas, como será também, Ele mesmo, com a Sua natureza divino-humana, o novo homem que encherá toda a terra (Dn 2:35).

Aquilo que perdeu a unidade e que foi desagregado pela natureza diabólica do querubim caído deve ser redimido e reconciliado com Deus, tendo a Jesus Cristo como o elo de paz, mediante o Seu próprio sangue (Cl 1:20). Deus e o homem habitarão juntos e mutuamente em um novo céu e uma nova terra. Uma nova ordem será estabelecida, e Jesus, em quem reside toda a plenitude, encherá todas as coisas, mediante o Seu corpo que é a Igreja – a plenitude de Deus (Cl 1:10 cf. Ef 1:23).

Os homens, então, conhecerão a Deus, e Deus os apascentará e lhes enxugará dos olhos toda lágrima, e a morte já não existirá; já não haverá luto, nem pranto, nem

dor, porque as primeiras coisas terão se passado (Ap 21:4). Quanto, porém, ao diabo e seus anjos, tanto quanto a tudo e a todos que se mantiverem ligados à natureza diabólica de satanás, estes serão lançados no lago de fogo, a saber, a segunda morte (Mt 25:41 cp. Ap 20:14-15).

## **A OBRA DA PRIMEIRA CRIAÇÃO: MATERIAL E CENÁRIO PARA A NOVA CRIAÇÃO DE DEUS**

Para se chegar a esse apogeu do propósito eterno, um longo caminho foi determinado. Deus projetou a história de Sua criação – os procedimentos e acontecimentos relevantes – e definiu como se desenrolaria a trama que O levaria à dispensação da plenitude dos tempos (Ef 1:9-10).

A Palavra de Deus nos fala explicitamente sobre duas criações: a primeira e a segunda, a nova e a velha criação. Em Gênesis, no livro dos começos, vemos como Deus criou os céus e a terra, no princípio (1:1). Em Apocalipse, em cumprimento ao que havia sido profetizado por Isaías, encontramos a criação de novos céus e nova terra (21:1 cp. Is 65:17 cf. 2Pe 3:13). Por duas vezes nos é dito que Deus criou, em ocasiões distintas, céus e terra. Isso nos faz entender que, no plano de Deus, de acordo com o Seu projeto, constam duas obras de criação, distintas em natureza e propósito.

Alguns, contaminados com o fermento dos fariseus e com o vinho da Grande Babilônia, acreditam que a segunda criação consiste em o plano B, previamente elaborado por Deus, caso a primeira criação viesse a falhar. Outros, mais embriagados ainda, pensam em um Deus surpreendido diante

da queda, queda essa que O levou a elaboração, posterior, de um plano alternativo, que viesse resgatar a Sua autoridade e poder sobre o Universo. Nesses dois pensamentos, ambos equivocados, Deus é visto como vítima de Sua própria criação, e que, não possuindo nenhuma soberania, procede de acordo com os acontecimentos, prováveis ou inesperados, que surgem, na tentativa de frustrar os Seus planos.

Todavia não é esse o testemunho das Escrituras. De acordo com a Palavra de Deus, o sangue de Cristo, isto é, a morte de Jesus na cruz do Calvário, já era conhecida por Deus antes da fundação do mundo (1Pe 1:19-20). Tal conhecimento não se trata de mera presciência, pois a Escritura também afirma que a morte de Cristo foi predeterminada por Deus conforme está escrito: *“porque verdadeiramente se ajuntaram nesta cidade contra o teu santo Servo Jesus, ao qual ungiste, Herodes e Pôncio Pilatos, com gentios e gente de Israel, PARA FAZEREM TUDO O QUE A TUA MÃO E O TEU PROPÓSITO PREDETERMINARAM”* (At 4:27-28).

Ora, a presciência e a predeterminação de Deus – conforme verificados nos versículos acima – são provas suficientes de que Deus, não somente sabia da queda de Sua primeira criação, como também estava no controle de todas as coisas. A nova criação não é plano alternativo de Deus, pois o SENHOR não conhece limites nem em Sua sabedoria nem em Seu poder, nem tão pouco em qualquer de Seus atributos.

A nova criação, em verdade, consiste na consumação do único propósito de Deus, levado a cabo mediante todo

o Seu trabalhar. Nesse sentido, deve-se entender que tudo o que Deus fez, tanto quanto todos os acontecimentos que tiveram lugar, desde a eternidade passada (no princípio – Gn 1:1) até os novos céus e a nova terra em Apocalipse 21, são a vontade eterna de Deus sendo realizada, em cada um de seus detalhes, construindo um caminho pelo qual o Senhor Deus percorre, com vistas a alcançar a concretização final de Seu propósito eterno.

Diante disso, cabem aqui as seguintes questões: para que, então, criou Deus os primeiros céus e a primeira terra, se estes certamente iriam ser destruídos para dar lugar aos novos céus e nova terra? Por que o Senhor não começou a Sua obra pela nova criação, sem ter que passar pelos infortúnios da rebelião e queda de sua primeira criação?

Muito bem. Este é o ponto fundamental desta porção: a primeira criação de Deus tanto quanto todas as criaturas e acontecimentos em que estiveram (as criaturas) envolvidas fazem parte do plano original de Deus, mediante os quais, Deus chegará à Nova Jerusalém, em os novos céus e nova terra.

Ao criar o primeiro sistema de céus e terra, criava o Senhor o cenário onde protagonizaria, na pessoa de Seu Filho unigênito, a mais bela história de amor. Não me refiro a um romance, como se entende comumente, romântico, próprio de pessoas fracas e dominadas por paixão. Refiro-me à revelação de Sua pessoa, mediante o Se entregar voluntariamente à morte, como prova de um coração amável, misericordioso e *incapaz* de praticar o mal.

Com a queda do primeiro príncipe, o nome do único e verdadeiro Deus foi difamado e caluniado. Uma grande interrogação surgiu no universo, o que gerou profunda dúvida quanto ao Seu caráter de amor e justiça. Deus, pois, Se propôs a vindicar o Seu caráter, Seu nome e Sua pessoa. Isso, entretanto, não seria feito por meio da força de Seu poder, mas pela força do amor.

Foi, então, aqui nesta terra, que o Verbo Se fez carne e veio habitar entre nós. Embora sendo Deus, Ele viveu como homem, enfrentou satanás e o venceu. Contemplado por todo o universo, obteve o Senhor vida piedosa, sem pecado e sem mácula; e, sendo tentado em todas as coisas, não cometeu pecado. Resignado, nunca retribuiu o mal com o mal; jamais Se justificou com o fim de defender-Se; não Se apegou a riquezas nem dolo algum saiu de Sua boca. Foi ultrajado, cuspidado, humilhado, açoitado, ferido com socos e pontapés; mas, como cordeiro mudo, não abriu a Sua boca.

O Filho unigênito de Deus, em Sua paixão, manifestava ao mundo o Deus invisível, tornando visíveis os Seus atributos, fazendo-O conhecido mediante a expressão concreta de Sua natureza. Sua experiência de sofrimento e morte, na verdade, consistiu na revelação do caráter do Pai: no “dia” em que Deus foi julgado pelo homem e exposto ao vitupério, diante de toda a Sua vasta criação, sendo Ele humilhado e morto sem motivo algum, o universo obteve a prova concreta de que Deus é amor.

190 Enquanto isso, em contrapartida, o querubim caído mostrava-se rebelde, acusador e mau, à medida que se insurgia contra o Altíssimo, fazendo-O padecer sob as mãos

opressoras de seus agentes caídos. A cada golpe desferido na face de Deus, a cada insulto lançado contra o rosto inocente de Jesus e a cada injúria proferida contra o Santo, o mundo via a satanás como realmente ele é, e não conforme a falácia de suas palavras mentirosas. O seu caráter de rebelião e o ódio profundo que sentia contra o Criador, ocultos durante eras, manifestaram-se, impulsivamente, sem se atentar o diabo que, com isso, assinava a sua própria condenação.

Assim, com a morte de Jesus Cristo, o mundo conheceu, mediante provas incontestáveis, a natureza terna de Deus em contraste à verdadeira identidade de satanás.

A grande obra de redenção, embora não consista em o ponto fundamental do propósito de Deus, foi na verdade o trampolim que O projetou ao pódio universal, onde, na dispensação da plenitude dos tempos, será reconhecido, louvado e adorado por todo o Universo. E será que, naquele dia, todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, há de se curvar diante d'Ele, e toda língua confessará que Jesus Cristo é o Senhor (Fp 2:10).

A primeira criação serviu também para produzir o material da nova criação, sobretudo no que tange à Nova Jerusalém e às nações que habitarão a nova terra. Digo isso porque, os que hão de fazer parte dos novos céus e nova terra, são homens criados por Deus na primeira criação. Estes, embora tendo sido parte da primeira criação, foram redimidos, crucificados, mortos, ressuscitados, justificados, santificados e glorificados com Cristo. Eles realizaram, por fim, a travessia, e não mais são reconhecidos segundo a carne

(velha criação), mas segundo o Espírito, o qual os regenerou e os fez nova criação de Deus (2Co 5:16-17).

## JESUS DE NAZARÉ: O PROTÓTIPO DA NOVA CRIAÇÃO

A primeira criação, a qual tem Adão por cabeça, na qualidade de cenário e provedor dos materiais para a segunda criação, consiste, nesse sentido, em prenúncio profético da verdadeira e nova criação, a qual terá a Jesus Cristo por cabeça e Senhor.

Quando Deus criou o homem e lhe ordenou que crescesse, multiplicasse e enchesse a terra, o fez profeticamente, tomando-o por figura de algo muito maior. Ainda que o primeiro homem, Adão, verdadeiramente devesse multiplicar-se e encher a terra de descendentes, algo mais profundo estava ali sendo anunciado.

A falha de muitos em compreender o propósito de Deus, repousa exatamente neste ponto. Ao lerem o texto de Gênesis 1:26 interpretam-no em seu nível superficial, olhando para o que podem perceber de imediato e concreto, esquecendo-se de seu sentido espiritual, conforme revelado na Escritura. Em Romanos 5:14, lemos: “[...] *mesmo sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual **prefigurava** aquele que havia de vir*”.

Vede. O testemunho sagrado afirma que o primeiro **192** homem não possuía razão de existência em si mesmo. Pelo



contrário, ao referir-Se a Adão antes da queda, apresenta-o como prefiguração de outro que estava por vir. A simples criação de Adão, antes do pecado, já anunciava que um novo homem havia de vir, a saber: Jesus Cristo.

Ora, isso prova que nunca foi propósito de Deus criar o primeiro homem (Adão) para ser a glória e a consumação de Seu plano eterno. Nesse caso, não bastava Adão ser obediente a Deus e encher a terra de descendentes sem pecados, para que a vontade eterna de Deus fosse satisfeita. O prazer do Pai não está no homem criado, mas em Seu Filho Jesus (Mt 3:17).

O coração do Pai, desde a eternidade remota, sempre esteve no Seu Filho e, por esta razão, voltado para o reino milenar, tempo em que a nova criação, em Cristo, será consumada e manifestada, para a Sua glória. Por isso é dito que o Cristo ressuscitado, depois de crucificar e sepultar o primeiro homem, mediante a Sua morte na cruz, ressurgiu em glória para Se tornar o segundo homem (1 Co 15:47). Este é o homem que há de encher a terra de Si mesmo e governar sobre ela (Sl 2:8-9; Is 53:11-12).

Não é sem razão, pois, que em Efésios 1:9 e 10 diz-nos que a vontade de Deus consiste em fazer convergir, no Seu Filho, todas as coisas, tanto as dos céus como as da terra. A vontade do coração do Eterno não se resume em criar mero paraíso, para ali fazer habitar juntos o lobo e o cordeiro. Esta, na verdade, é uma visão distorcida e míope, de alguns que nem ao menos creem na pessoa de Jesus Cristo, segundo a Sua Palavra. Mas, nisto consiste, verdadeiramente, a

vontade do Altíssimo: em fazer do Seu Filho a centralidade, substância e universalidade de todo o Universo.

Conforme ordenado no projeto divino, isso acontecerá na dispensação da plenitude dos tempos, isto é, por ocasião da segunda vinda de Cristo, no reino milenar, quando o verdadeiro homem que está no coração de Deus encher a terra de Si mesmo. Então Cristo – o novo homem, e a igreja – o Seu corpo, haverá de exercer domínio sobre toda a terra, em cumprimento à profecia de Gênesis 1:26 (cf. Ap 2:26-28). Por essa razão, Adão tão somente apontava para realidades vindouras, as quais podiam ser lidas, figuradamente, nele, antes de sua queda.

A revelação desta nova humanidade, em Cristo, encontra-se explicitamente em Romanos 8:29, leia: *“Porquanto aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos”*.

Veja. Essa referência apresenta-nos dois objetivos por que o Senhor Deus nos predestinou. Tais objetivos estão indicados no texto pelas expressões *“para serem”* e *“a fim de que”*. O primeiro objetivo diz respeito a nós (os predestinados): Deus nos predestinou para sermos conformados à imagem do Seu Filho. O segundo objetivo refere-se a Jesus: a fim de que Ele seja o primogênito entre muitos irmãos.

Ora, o que isso significa? Significa que antes que houvesse mundo, Deus em Seu plano eterno já havia elegido

o Seu Filho para ser o principal, o cabeça da nova criação, e predestinado a muitos homens para serem conformados à Sua imagem. De sorte que os caminhos de Deus O levam a este fim: o dia em que Deus, o Deus-homem, há de Se tornar, efetivamente, o tudo em todo o Universo, e enchê-lo de Si mesmo, para a Sua glória. Isso Ele fará mediante a Sua igreja, a qual é o Seu corpo, depois de tê-la conformado à Sua imagem plena.

Esta conformação que os predestinados experimentarão e que os fará, finalmente, à imagem do Filho de Deus acontece em três dimensões: 1) a remissão de nossa humanidade do cativeiro da corrupção (Fp 3:21), para que tenhamos um corpo igual ao corpo de Jesus, em Sua ressurreição; 2) a participação na natureza divina, o que certamente nos faz um com Deus, em vida e natureza (Jo 17:21 cp. 2Pe 1:4 cf. 1Co 6:17); e, 3) a entrada na glória eterna de Seu reino, o que nos faz co-herdeiro do universo, e que nos levará, por fim, a reinarmos com Ele sobre as nações, por mil anos (Rm 8:17 cp. 1Ts 2:12 cf. Ap 2:26-28).

## **A NOVA VIDA E A NOVA LEI DO REINO DOS CÉUS**

Tendo em vistas que o propósito de Deus está firmado em Seu Filho Jesus, e que, somente com a edificação de Seu corpo – a igreja, é que a vontade divina será plenamente satisfeita, devem os nossos olhos estar voltados para a revelação, em realidade, desta verdade no novo testamento. Assim digo, por que, a vida geradora da nova criação, a qual

há de produzir, finalmente, o novo homem, foi-nos trazida por Jesus Cristo, na era do novo testamento. N'Ele, a graça e a verdade chegaram até nós (Jo 1:17), substantificadas n'Aquele que é a vida eterna" (1 Jo 1:1-4 e 20).

Foi a respeito desta *vida* que profetizou João Batista, ao declarar que o reino dos céus estava próximo. A expressão reino dos céus refere-se certamente ao próprio Jesus, como Aquele que, vindo ao mundo, trouxe consigo a natureza celestial do reino de Deus, para dentro do homem. Até então, antes de Sua encarnação, embora houvesse na terra a representação do *reino de Deus*, não havia o reino em substância. O que existia, na verdade, era uma autoridade representativa de Deus, dada aos filhos de Israel, como uma farda, exterior, que não fazia parte de sua constituição. Com o nascimento de Jesus, todavia, o próprio reino encarnou-Se e habitou entre nós (Mc 11:9-10).

Esta compreensão parte do conceito bíblico de que o reino não é a simples administração de Deus sobre o Universo. Quando a Bíblia nos fala de reino, cetro, trono e coroa, faz referência meramente simbólica para indicar atributos da divindade, e não um conjunto de coisas que compõem o reino de Deus. Sendo assim, a expressão reino de Deus refere-Se ao próprio Deus, em pleno exercício de Sua soberania e autoridade, de eternidade a eternidade. O termo reino dos céus, por sua vez, faz referência a Deus, o qual, sendo Ele o próprio reino, ao Se fazer carne, trouxe a realidade e substância de Si mesmo – o reino – para dentro do homem (Jesus). Reino dos céus, portanto, é o reino do céu identificado com o homem, na terra, de modo que, o reino e

Assim, vemos como que o *reino* e a *vida eterna* são o próprio Deus, a plenitude da deidade, a qual possui tanto um alto padrão de justiça e santidade, quanto o poder da vida todo-suficiente, cujas características estão à altura de Sua justiça e santidade. De modo que, mediante esse conceito, entendemos que a vida eterna é para a frutificação e expressão do reino, enquanto que o reino é para a revelação e manifestação da vida eterna de Deus.

Por isso dizemos que o Verbo de Deus encarnado era o próprio reino de Deus entre os homens. Pois, tendo Ele vivido aqui na terra, nos dias de Sua peregrinação, o fez mediante a vida que n'Ele estava (Jo 1:4), expressando o reino dos céus em cada movimento, palavra ou obra. Cristo Jesus foi de fato um homem absolutamente dominado por Deus, que viveu sob a sua autoridade e, permeado do poder divino, cumpriu a justiça e praticou a equidade, todos os dias de Sua vida humana na terra.

Diante disso, pergunto: quando o homem natural, que não possui a vida incorruptível do reino, procura viver à altura do padrão do reino de Deus, qual é o resultado? A resposta encontra-se no capítulo sete de Romanos, em que lemos: *“porque nem mesmo compreendo o meu próprio modo de agir; pois não faço o que prefiro, e sim o que detesto. [...] Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem nenhum, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetua-lo. [...] Desventurado homem que sou! Quem me livrará do corpo dessa morte?”* (vs. 15, 18 e 24).

Conforme a revelação de Deus em Sua Palavra, o homem carnal não pode agradar a Deus (Rm 8:8). E não

somente isso, mas o homem natural não compreende e nem mesmo aceita as coisas do Espírito de Deus (1Co 2:14). Esse é o motivo por que o Senhor Jesus disse a Nicodemos ser necessário nascer de novo, para que se possa ver e entrar no reino de Deus (Jo 3:3 e 5).

Quando alguém nasce de novo, dois grandes milagres acontecem: 1) uma nova vida, a vida eterna e indestrutível de Deus, é engendrada em seu espírito humano; e, 2) a vida do reino que o regenerou o torna, em natureza, um cidadão do reino de Deus. Nesse sentido, ser um cidadão do reino significa muito mais do que possuir o nome arrolado no livro de uma comunidade de crentes. Consiste em ser gerado com a vida celestial, a qual o torna um homem celestial, capaz de viver a vida do reino, em justiça e santidade.

Entender, pois, a verdade concernente ao reino dos céus e à vida celestial, a vida eterna, nos livra de cometer equívocos quanto aos propósitos da nova aliança. Por isso, não pense o leitor precipitado que, pelo fato de vivermos na era do novo testamento, livres de toda condenação da lei, podemos fazer o que bem queremos. Não argumente a favor da antiga aliança dizendo que somente a lei é capaz de conduzir e manter os homens fiéis a Deus, sob pena de os lançarem à sorte de seus próprios pecados. A verdade é que os crentes em Cristo não estão sem lei, livres para viverem deliberadamente em seus pecados, pelo simples fato de não pertencerem à antiga aliança. Leia o que diz em 1Co 9:20-21: *“Procedi, para com os judeus, como judeu, a fim de ganhar os judeus; para os que vivem sob o regime da lei, como se eu mesmo assim vivesse, para ganhar os que vivem debaixo da lei, embora não esteja eu debaixo da lei. Aos sem lei, como*

*se eu mesmo o fosse, não estando sem lei para com Deus, mas debaixo da lei de Cristo, para ganhar os que vivem fora do regime da lei”.*

Ora, vede. Não parece termos aqui um paradoxo? Como pode o apóstolo afirmar em um primeiro momento que não estava debaixo da lei, e em seguida declarar que estava debaixo da lei de Cristo? Afinal: Paulo estava ou não debaixo da lei? A resposta encontra-se no próprio texto. Há sem sombra de dúvida duas leis distintas em natureza e propósito: a lei de Cristo e a lei de Moisés. Esta consiste em letras escritas em tábuas de pedras, sob a qual o apóstolo não estava. A lei de Cristo, por sua vez, é a lei do Espírito da vida, sob a qual o apóstolo se encontrava. A lei de Moisés tem por ministério a condenação e a morte (2Co 3:7 e 9). A lei de Cristo foi-nos comunicada como espírito e vida, que nos livra do pecado e da morte (Rm 8:2). A lei mosaica consistia em meras ordenanças (Ef 2:15), ao passo que a nova lei do reino dos céus consiste em o próprio Deus, o Espírito, o qual habita em todos os crentes em Jesus Cristo, inscrevendo em suas mentes e corações a Sua vontade eterna.

Por isso é que em Mateus 5-7, ocasião em que o Senhor Jesus falou o sermão da montanha, encontramos ali o padrão do reino a ser vivido por todos os Seus discípulos. É certo que, se alguém ler estes capítulos com mente natural, logo dirá que as coisas se complicaram muito mais agora na nova aliança. Pois, se no antigo concerto a ordem era não adulterar, no novo testamento é dito que se alguém ao menos olhar para uma mulher com intenção impura, no seu coração já adulterou com ela (5:28).

Todavia a nova aliança não nos outorga tão somente um alto padrão a ser vivido no mundo. Antes, capacita-nos com o Deus Todo-Poderoso, o qual é a nossa suficiência (2Co 3:5). Pois se em Mateus temos o padrão do reino, em João 3 temos a vida do reino, que, uma vez gerada em nós, capacita-nos a viver o padrão apresentado por Mateus.

Nesse sentido, a nova aliança não veio abonar o pecado, nem tão pouco torná-lo menos ofensivo ao coração de Deus. Pelo contrário; Cristo veio resolver todo o problema do pecado por nós e em nós. Se, pois, com a Sua morte substitutiva na cruz do Calvário, Jesus recebeu a pena em o nosso lugar, em Sua ressurreição comunicou a nós o Seu Espírito, soprando o Pneuma divino para dentro de nós, o qual nos regenera e nos habilita com a vida celestial, para vivermos a vida do reino, em santidade, justiça e equidade.

## **A DISPENSAÇÃO DA PLENITUDE DOS TEMPOS:**

Será por ocasião da segunda vinda de Cristo que se cumprirá o mistério de Deus, anunciado aos Seus servos, os profetas (Ap 10:7). Ora, que mistério é esse de que nos fala as Escrituras, que há de se cumprir pelo tocar da sétima trombeta? É a concretização e a manifestação pública e universal da vontade de Deus, a respeito do Seu Cristo, momento no qual Ele há de receber honra, glória e poder, e o reino, e a majestade. Então, todo joelho nos céus, na terra e debaixo da terra se dobrará diante d'Ele, e toda língua



confessará que Jesus Cristo é o Senhor (Fp 2:10).

Este será o tempo em que todas as coisas serão restauradas (At 3:21). Todo o Universo terá Jesus por centro, e todas as coisas convergirão para Ele em completa reconciliação (Ef 1:10). Satanás será juntamente com todos os seus aliados (Ap 20:2 cf. Is 24:21-22), e o Cristo de Deus, juntamente com os cristãos vencedores hão de reinar sobre toda a terra com cetro de ferro, em justiça, por mil anos (Ap 2:26-27 cf. 5:10).

Nesse tempo, os extremos das Escrituras se encontrarão, e aquilo que fora profetizado em Gênesis (1 e 2) encontrará o seu cumprimento em Apocalipse 20. O homem criado por Deus e refeito segundo a Sua imagem, por fim, surgirá em glória, para ser a plenitude de Deus (Ef 1:23). Então toda a terra se encherá do conhecimento do SENHOR e de Sua expressão e domínio. O nome do Altíssimo se tornará magnífico em todo o Universo.

## **A NOVA JERUSALÉM:**

### **RESULTADO FINAL E MÁXIMO DA OBRA DE DEUS, VIABILIZADO PELAS SUAS ALIANÇAS**

A Bíblia Sagrada possui um desfecho maravilhoso. Depois de nos apresentar todo o drama sofrido pelo Universo ao longo da história de Deus com a Sua criação, na busca do cumprimento de Seu propósito, faz ecoar de suas páginas as palavras finais de vitória: *“Tudo está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Princípio e o Fim [...]”* (Ap 21:6).

O SENHOR, YHVH, por fim cumpriu toda a Sua vontade. Nenhum *i* ou *til* deixou de ser cumprido. Certo é que no decorrer dos séculos e gerações se levantaram reis e príncipes, anjos e demônios, principados e potestades, doutos e incautos, com o fim de frustrar os planos do Eterno. Mas, quem pode resistir Àquele que é o Todo-Poderoso, Soberano e Invencível? Na verdade, todos esses se levantaram para cair, e, uma vez caídos, revelaram toda a sua fraqueza e loucura, e foram reconhecidos como aqueles que são *menos do que nada*.

Tudo o que é velho e pertencente à primeira criação se passou. A nova Jerusalém está, por fim, edificada. Esta é o tabernáculo de Deus e a Noiva do Cordeiro, por toda a eternidade (21:3, 9-10). Os eleitos e redimidos, regenerados e conformados à imagem do Filho Primogênito de Deus, existem na eternidade, não para si mesmos, mas para a satisfação eterna do Pai e do Filho. O Espírito Santo que os edificou, pode, então, exibir para todo o Universo a Sua obra prima, a Nova Jerusalém, cujos materiais eram homens imprestáveis, tições tirados do fogo, mas que foram transformados em pedras preciosas e edificados juntos para a glória de Deus.

Novos céus e nova terra foram criados para receber Deus e os homens numa habitação mútua: Deus neles, e eles em Deus. Eis o princípio da filiação. Aquilo que o Pai tanto desejou, concretizou-se finalmente: uma família, com muitos filhos, tendo a Jesus Cristo como o Primogênito entre muitos irmãos (Rm 8:29). Deus e os homens eleitos, redimidos e glorificados foram unidos, tornando-se um em vida e natureza (Jo 17:21). E as nações restauradas andarão sob a luz deste

complexo divino-humano, e Deus, finalmente, habitará entre os homens para todo o sempre.

A história terminou. O que se segue é o desfrute eterno daquilo que o SENHOR um dia planejou, e que, mediante as Suas alianças, cumpriu para a Sua própria glória e satisfação. Ele é o Alfa e o Ômega, pois todas as coisas estão n'Ele incluídas; é Ele também o Princípio e o Fim, pois é a consumação de todas as coisas que um dia começou realizar.

